



Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira



2021





Introdução.....	5
Sumário executivo.....	6
A. Actividades e desempenho.....	9
A.1 Informação geral	9
A.1.1 Perfil	11
A.1.2 Informação geral.....	11
A.1.3 Grupo Crédito Agrícola.....	13
A.2 Desempenho da subscrição.....	14
A.2.1 Síntese dos principais indicadores de gestão	14
A.2.2 Mercado seguros não vida	14
A.2.3 Resseguro.....	17
A.2.4 Margem de distribuição	18
A.2.5 Custos e gastos operacionais	19
A.2.6 Situação patrimonial	20
A.2.7 Garantias financeiras e solvência	21
A.3 Desempenho dos investimentos	21
A.4 Desempenho de outras actividades	22
A.5 Eventuais informações adicionais.....	22
B. Sistema de governação	25
B.1 Informações gerais sobre o sistema de governação	25
B.1.1 Estrutura organizacional	25
B.1.2 Política de remuneração em 2021.....	31
B.1.3 Alterações materiais no sistema de governação.....	34
B.1.4 Processos, políticas e riscos	34
B.1.5 Transacções materiais	35
B.2 Requisitos de qualificação e de idoneidade	35
B.3 Sistema de gestão de riscos com inclusão do ORSA	37
B.3.1 Função de gestão do risco	38
B.3.2 Auto-avaliação prospectiva dos riscos (ORSA)	39
B.4 Compliance e gestão da qualidade	40
B.5 Função de auditoria interna	42
B.6 Função actuarial.....	42
B.7 Subcontratação	44



B.8 Eventuais informações adicionais	45
C. Perfil de risco	47
C.1 Requisito de capital de solvência	48
C.2 Risco específico de seguros	48
C.3 Risco de mercado	49
C.3.1 Risco de taxa de juro	50
C.3.2 Risco accionista	51
C.3.3 Risco de <i>spread</i>	51
C.3.4 Risco de concentração	52
C.3.5 Risco cambial	52
C.4 Risco de crédito	52
C.5 Risco de liquidez	53
C.6 Risco operacional	54
C.7 Outros riscos materiais	56
C.8 Eventuais informações adicionais	56
D. Avaliação para efeitos de solvência	60
D.1 Activos	61
D.2 Passivos	63
D.3 Outras responsabilidades	73
D.4 Métodos alternativos de avaliação	73
D.5 Eventuais informações adicionais	73
E. Gestão de capital	75
E.1 Fundos próprios	75
E.2 Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo	76
E.3 Utilização do submódulo de risco accionista	77
E.4 Diferenças entre a fórmula padrão e qualquer modelo interno utilizado	77
E.5 Incumprimento do requisito de capital mínimo e do capital de solvência	77
E.6 Eventuais informações adicionais	77



Introdução

O presente *Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira* (RSSF) visa dar cumprimento às disposições legais e regulamentares em matéria de governação, de acordo com o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Actividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), constante na Lei n.º 147/2015, de 9 de Setembro, que transpõe para o ordenamento jurídico português a Directiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, também denominada “Directiva Solvência II”.

A estrutura do presente relatório tem por base o Anexo XX do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão e apresenta nos capítulos “Actividades e Desempenho”, “Perfil de Risco”, “Avaliação para Efeitos de Solvência” e “Gestão do Capital”, um item intitulado “Eventuais Informações Adicionais”.

O conteúdo deste relatório é referente à actividade da CA Seguros no ano de 2021, sendo reportado um conjunto de informação sobre a sua actividade e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão do capital.

O *Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira* tem como objectivo divulgar publicamente informação clara, objectiva e útil, que possibilita o reconhecimento do negócio e performance da Companhia, das estruturas de governação e inclui, para cada categoria, informação sobre os montantes de exposição ao risco, situações de concentração, estratégias de mitigação e análises de sensibilidade.



Sumário executivo

A CA Seguros celebrou 27 anos de vida em 2021, registando resultados positivos, sucessivamente, nos últimos 16 anos, e revelando uma situação económica e financeira saudável, com equilíbrio técnico na actividade de seguros e um rácio de solvência confortável.

O desempenho económico e financeiro da Companhia foi novamente positivo em 2021. A taxa de sinistralidade global diminuiu ligeiramente, para 54% dos prémios adquiridos, reflectindo os efeitos da redução da actividade económica dos segurados e a redução da circulação automóvel, mas que foram quase integralmente compensados pelo acréscimo dos custos médios dos sinistros, e pela revisão conservadora de pressupostos no cálculo das provisões para sinistros do ramo Acidentes de Trabalho, incluindo a redução da taxa de actualização das responsabilidades futuras, e a alteração da tábua de mortalidade.

O crescimento contido dos custos operacionais e o crescimento dos prémios emitidos permitiu aumentar novamente as remunerações de mediação pagas às Caixas Agrícolas, de 26,7 milhões de euros em 2020, para 29,0 milhões de euros em 2021 e os Resultados Líquidos situaram-se em 5,8 milhões de euros.

O rácio de solvência da Companhia a 31 de Dezembro de 2021 situou-se nos 166%, com um excesso de fundos próprios sobre o requisito de capital de solvência de cerca de 19.794 mil euros. Adicionalmente, e como complemento ao cálculo de solvência, a CA Seguros realiza diferentes cenários de choque com o objectivo de avaliar a sua situação de solvência face à ocorrência de determinados cenários desfavoráveis, em todos apresenta uma posição de solvência sólida.

A produção nova - vendas de apólices novas, aumentou 11%, e a nossa carteira de apólices renováveis em vigor registou um crescimento de cerca de 5%. No final do ano, tínhamos 755 mil apólices renováveis em vigor, com um valor de prémios anuais de 139 milhões de euros.

Relativamente ao cálculo do capital de solvência obrigatório, a CA Seguros utiliza a fórmula padrão, de acordo com o normativo em vigor estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e pela Autoridade Europeia de Seguros e Pensões (EIOPA), sem recurso a qualquer medida transitória.

A CA Seguros, no âmbito do seu sistema de gestão de risco, tem implementado um processo de auto-avaliação de riscos. No âmbito deste processo concluiu-se que a CA Seguros reage de forma positiva e resiliente aos riscos mais significativos, sendo o risco específico de seguros o mais relevante, a que a empresa está exposta devido à sua actividade.

O sistema de governação da empresa, consideramos que este assegura a gestão sã e prudente da actividade, garantindo a continuidade e o cumprimento dos seus objectivos estratégicos, os quais estão em sintonia com o perfil de risco definido. Quer a avaliação dos riscos assumidos pela Companhia, quer a sua estrutura de governação, permitem concluir que a Companhia cumpre e tem a capacidade para cumprir com todos os requisitos do regime de Solvência II, de forma efectiva e continuada.



De salientar que o rácio combinado ficou abaixo de 100% em todos os ramos, incluindo em Acidentes de Trabalho e Automóvel, evidenciando o sucesso das medidas implementadas para a correcção da insuficiência de prémios nesses ramos.

A Companhia recebeu novamente diversas distinções externas, ao nível das práticas de gestão de recursos humanos e de clima organizacional, foi pela quarta vez reconhecida como empresa líder no Índice da Excelência 2021 - Revista Human Resources Portugal, tendo sido distinguida como a segunda melhor do segmento das Médias Empresas. Foi também reconhecida como a Melhor Empresa para Trabalhar no sector Banca, Seguros e Serviços Financeiros, também pela quarta vez, no estudo MEPT 2021.

Foi ainda distinguida com o prémio de Seguradora Líder na Satisfação do Cliente no Ramo Não Vida, pelo quarto ano consecutivo, de acordo com o estudo BECX (*Best European Customer Experience*), o qual constitui uma evolução do anterior estudo ECSI (*European Consumer Satisfaction Index*).

O presente relatório foi validado pelo grupo de trabalho de Solvência II, com a seguinte composição, Gabinete de Actuariado - Dra. Ana Ferreira, Gabinete de Gestão Risco - Eng. José Maria Coelho, Gabinete de Gestão de Informação - Dr. Miguel Henriques e Área Financeira - Dr. Nuno Matos.

O presente relatório foi aprovado pelo Conselho de Administração Executivo da CA Seguros, no dia 8 de Abril de 2022.

João Pedro Quartin Coelho Borges
Presidente do Conselho de Administração Executivo

Teresa de Jesus Araújo Garrido Barreira
Vogal do Conselho de Administração Executivo



A. Actividades e desempenho

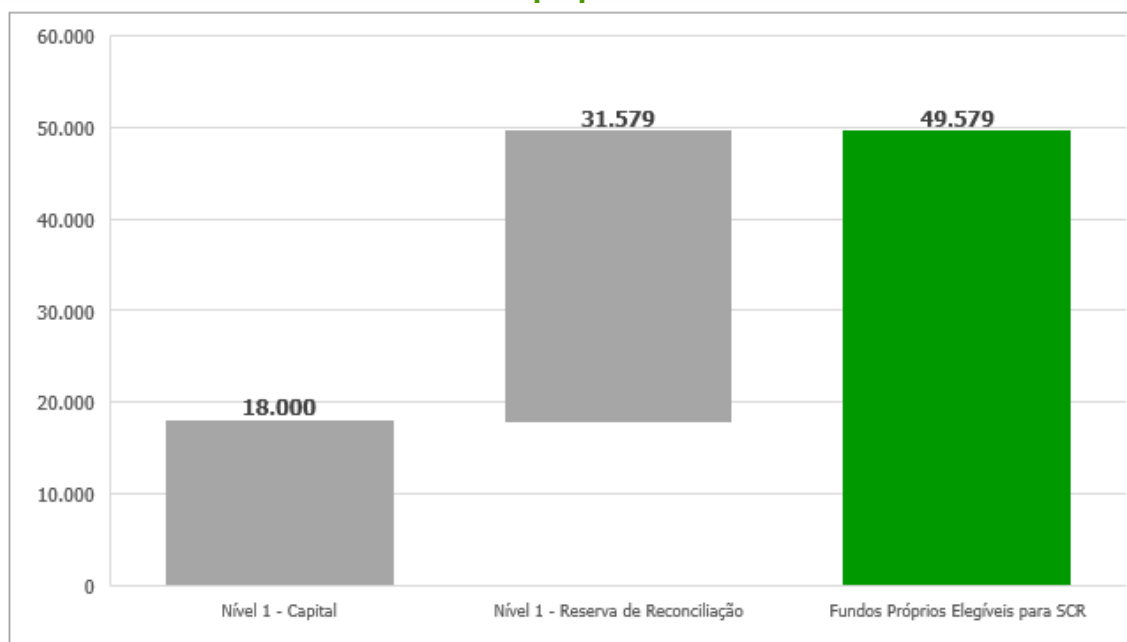


A. Actividades e desempenho

A.1 Informação geral

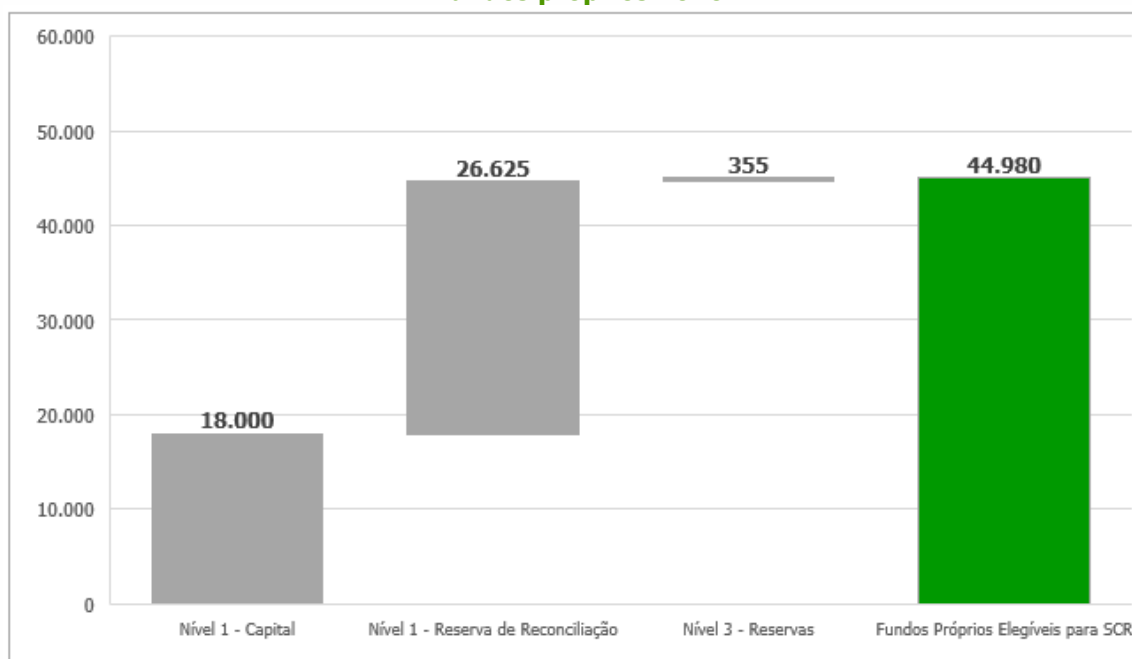
Os gráficos abaixo proporcionam uma visão geral da composição dos fundos próprios e do requisito de capital de solvência (SCR) da Companhia, comparando os anos de 2021 e 2020.

Fundos próprios 2021



Unidade: milhares de euros

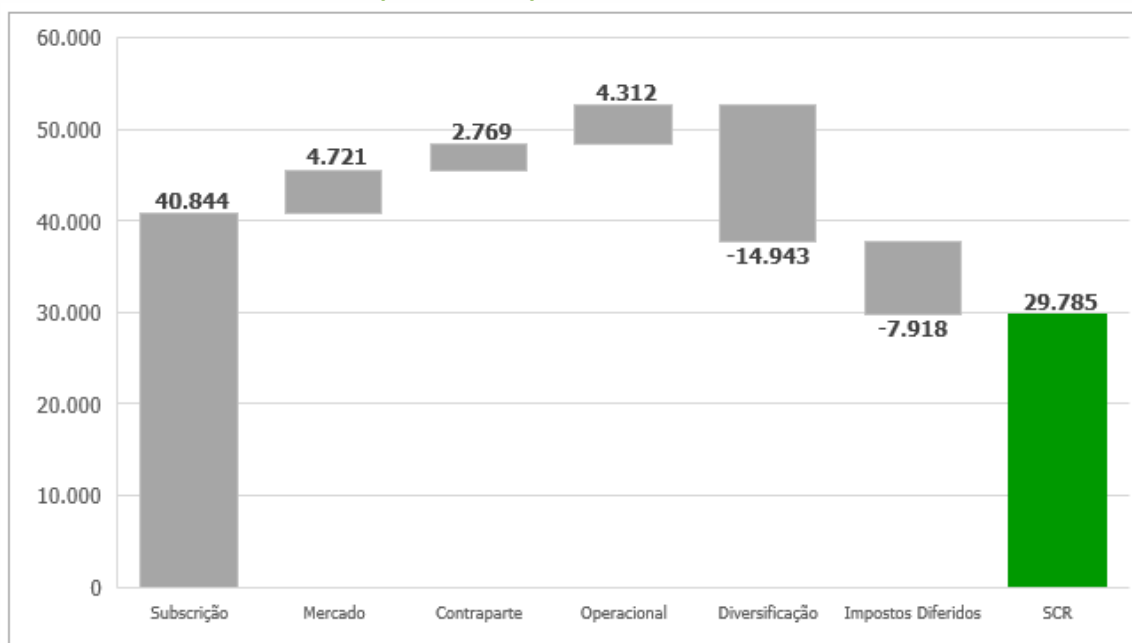
Fundos próprios 2020



Unidade: milhares de euros

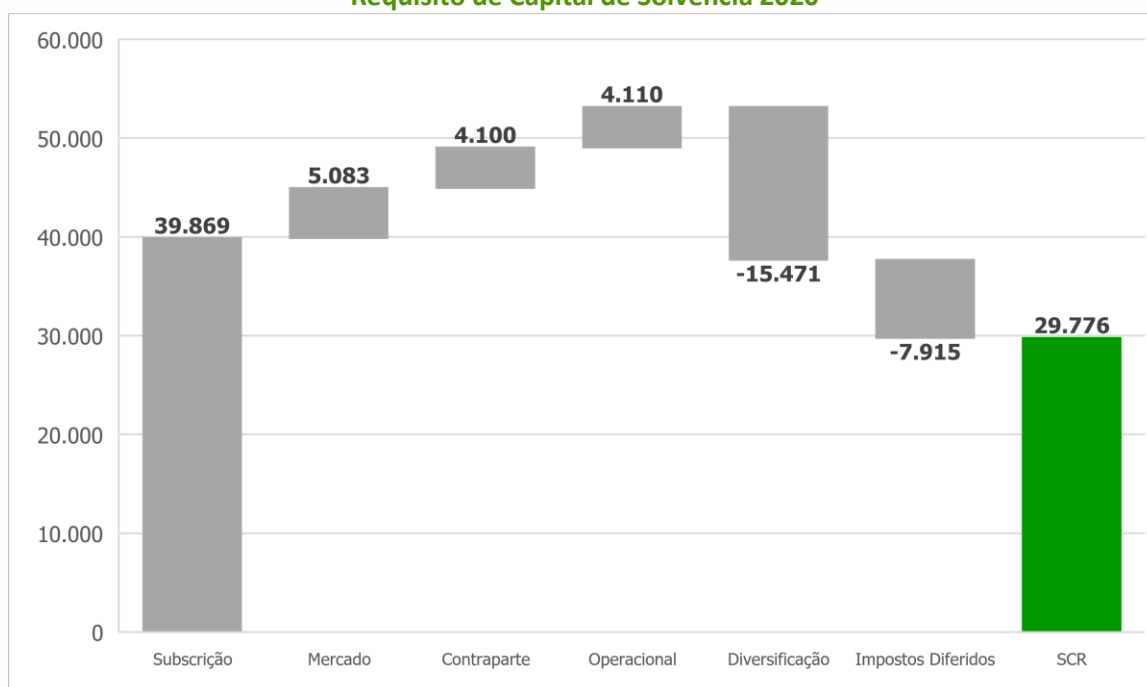


Requisito de Capital de Solvência 2021



Unidade: milhares de euros

Requisito de Capital de Solvência 2020



Unidade: milhares de euros



A.1.1 Perfil

A CA Seguros foi constituída em 22 de Dezembro de 1994 tendo, inicialmente, a designação comercial de Rural Seguros em consonância com o mercado do Grupo Crédito Agrícola. A alteração da denominação social de Rural Seguros para Crédito Agrícola Seguros - CA Seguros ocorreu em 22 de Setembro de 2006, acompanhando a nova imagem do Grupo Crédito Agrícola e reforçando a lógica de *bancassurance*.

Personalidade

Ao estabelecer a Missão, a Visão e os Valores, a CA Seguros pretende definir o seu foco para o futuro e evidenciar a razão da sua existência.

Visão

Ser a Seguradora - não vida, em que confiam todos os Associados e Clientes do Crédito Agrícola.

Missão

Oferecer soluções - produtos e serviços de seguros não vida - para protecção e segurança dos Associados e Clientes do Crédito Agrícola, excedendo as suas expectativas, num conceito de *bancassurance* e num espírito de Parceria.

Valores

Competência: aplicamos conhecimento para acrescentar Valor.

Cumprimento: executamos com observância das regras e obrigações.

Responsabilidade: assumimos os nossos compromissos.

Sustentabilidade: no presente, harmonizamos aspectos económicos, sociais e ambientais, para os manter no futuro.

Transparência: comunicamos com clareza.

A.1.2 Informação geral

Contactos gerais

Crédito Agrícola Seguros - Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.

Rua de Campolide n.º 372, 3.º Dto, 1070-040 Lisboa

Tel.: (+351) 213 806 000 (atendimento personalizado das 8:30h às 17:30h)

E-mail: geral@ca-seguros.pt

Pedidos de assistência

Tel.: (+351) 707 280 028 ou (+351) 213 700 260

(atendimento personalizado permanente 24 horas)

Nome e dados de contacto da autoridade de supervisão

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)

Av. da República, n.º 76, 1600-205 Lisboa

Tel.: (+351) 217 903 100

E-mail: asf@asf.com.pt



Linha Informativa: 217 983 983

Horário de atendimento: das 9h às 16h

Nome e dados de contacto do revisor oficial de contas

PWC Portugal, representada pelo Dr. Fernando Henriques

Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa

Tel.: (+351) 213 599 000

Fax: (+351) 213 599 999

Nome e dados de contacto do actuário responsável

EY, representada pela Dra. Carla Sá Pereira

Avenida da República, n.º 90, 3º, 1649-024, Lisboa

Tel.: (+351) 217 912 000

Fax: (+351) 217 957 590

Órgãos sociais a 31 de Dezembro de 2021

Assembleia geral

CCAM Vale do Dão e Alto Vouga - Vítor Manuel Coutinho Lopes Gomes (Presidente)

CCAM do Alentejo Central - José Luís Tirapicos Nunes (Vice-Presidente)

CCAM de Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém - Maria do Rosário Turégano Caetano
Honório (Secretário)

Conselho geral e de supervisão

CCAM de Paredes - António Francisco Coelho Pinheiro (Presidente)

CCAM de Terras de Viriato - Américo Afonso Loureiro

CCAM do Cadaval - Renato Manuel Ferreira Feitor

CCAM de Cantanhede e Mira - Ana Paula dos Santos Ferreira

CCAM de Médio Ave - António Germano Fernandes de Sá e Abreu

Comissão de remunerações

CCAM da Póvoa do Varzim - Joaquim Maia Igreja

CCAM de Serras de Ansião - Ilídio Batista

Crédito Agrícola Seguros e Pensões, SGPS - Manuel Valentim Correia Stichaner Lacasta de Jesus

Conselho de administração executivo

João Pedro Quartin Coelho Borges (Presidente)

João Martins de Oliveira Maranga

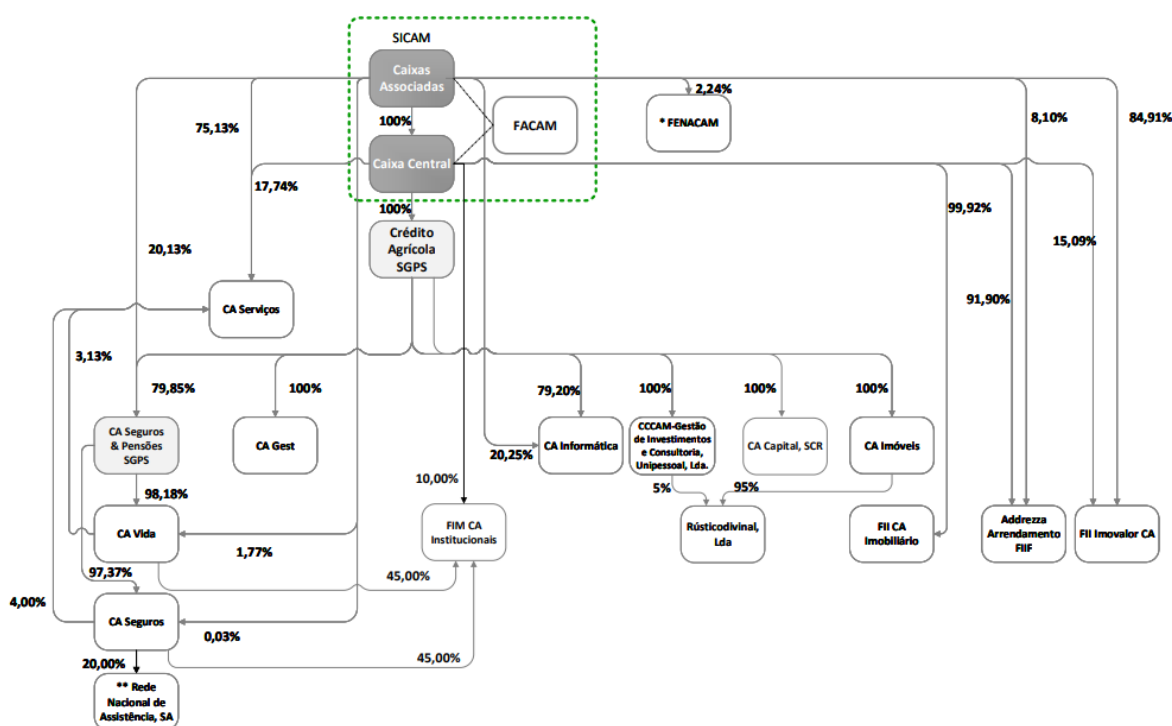
Teresa de Jesus Araújo Garrido Barreira



A.1.3 Grupo Crédito Agrícola

A CA Seguros integra o Grupo Crédito Agrícola, do qual fazem parte diversas empresas dos sectores bancário, segurador, financeiro e de serviços. O sector bancário do Grupo é constituído pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. e por 76 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, detentoras de cerca de 623 agências, mais de 300 mil Associados e sensivelmente 1,8 milhões de Clientes, sendo um dos principais grupos financeiros portugueses.

O organograma do Grupo Crédito Agrícola é o seguinte:



(*) A FENACAM detém 97,74% do seu próprio capital.

(**) Consolidação por método de equivalência patrimonial.

Figura 1: Organograma do Grupo Crédito Agrícola

As empresas do sector segurador incluem a CA Seguros, que explora os ramos não vida, e a CA Vida, que desenvolve a sua actividade no ramo vida. Ambas as seguradoras utilizam como canal de distribuição exclusivo, as agências das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

A Caixa Central detém 100% do capital social da Crédito Agrícola S.G.P.S., a qual detém 79,85% do capital da Crédito Agrícola Seguros e Pensões S.G.P.S., que por sua vez detém 97,37% do capital social da CA Seguros.

O Grupo Crédito Agrícola inclui ainda as empresas, CA Serviços S.A., e a CA Informática, S.A., as quais prestam serviços de informática ao Grupo, e as empresas CA Gest S.A. e a CA Gestão Investimentos e Consultoria S.A., que desenvolvem a sua actividade nas áreas da gestão de fundos e prestação de serviços de consultoria e a CA Imóveis.



A CA Seguros comercializa seguros de protecção de pessoas, protecção de patrimónios e responsabilidades, através das agências do Crédito Agrícola, relativos aos seguintes grupos homogéneos de risco: despesas médicas, protecção de rendimento, acidentes de trabalho, automóvel responsabilidade civil, automóvel outras coberturas, marítimo e transportes, incêndio e outros danos, responsabilidade civil, protecção jurídica, assistência e outros e perdas financeiras.

A CA Seguros exerce actividade em Portugal Continental, Açores e Madeira.

A.2 Desempenho da subscrição

A.2.1 Síntese dos principais indicadores de gestão

Rubrica	2019	2020	2021
Prémios Brutos Emitidos	131.252	138.027	145.063
Prémios Brutos Adquiridos	129.491	137.015	143.732
Custos com Sinistros*/Prémios Adquiridos	56,5%	55,6%	53,6%
Saldo Resseguro / Prémios Adquiridos	-7,0%	-8,5%	-7,0%
Investimentos Investimentos	185.332	200.048	220.177
Provisões Técnicas (líquidas)**	145.627	156.333	171.496
Investimentos / Provisões Técnicas	127,3%	128,0%	128,4%
Resultado dos Investimentos	3.183	3.271	2.071
Activo Total	228.501	247.986	265.418
Capitais Próprios	49.510	53.932	56.360
Resultados Líquidos	5.159	4.118	5.847
Resultados Líquidos / Capitais Próprios	10,4%	7,6%	10,4%
Resultados Líquidos / Prémios Adquiridos	4,0%	3,0%	4,1%
Nº Apólices em Vigor no final do ano	718.024	726.066	754.798
Nº Clientes no final do ano	395.323	399.995	418.923
Nº Colaboradores no final do ano	171	170	168
Prémios Brutos Adquiridos/Nº Colaboradores	757	806	856

Unidade: milhares de euros

*"Custos com sinistros" antes de imputação de custos

**"Provisões Técnicas" deduzidas dos "Custos de aquisição diferidos"

A.2.2 Mercado seguros não vida

O mercado de seguros não vida registou um crescimento dos prémios brutos emitidos, seguindo a tendência dos anos anteriores, o que descontando a inflação, esta evolução representou um aumento real de 4,8% nos prémios. Este valor representa um aumento do peso dos prémios brutos emitidos no PIB, de 3,75% em 2020 para 4% em 2021:



PRINCIPAIS INDICADORES DO MERCADO NÃO VIDA

Rubrica	2020	2021
Prémios Brutos Emitidos (1)	5.363	5.619
Taxa crescimento PBE (nominal)	3,0%	4,8%
Taxa crescimento PBE (real)	2,9%	3,4%
Prémios / PIB	3,8%	4,0%
Prémios / Nº Habitantes (2)	494	543
Quota Mercado Acumulada 5 maiores	67,9%	68,2%
Quota Mercado Acumulada 10 maiores	86,9%	86,9%

Unidade: milhares de euros (1) e euros (2)

Fontes: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e Associação Portuguesa de Seguradores (APS)

Em 2021, as cinco maiores seguradoras aumentaram a sua quota de mercado, de 67,9% para 68,2%.

A CA Seguros está no *ranking* das 10 maiores seguradoras nos ramos não vida, com uma quota de mercado de 2,6%.

ESTRUTURA DA CARTEIRA NÃO VIDA DO MERCADO

Rubrica	2020 %	2021 %
Automóvel	35,0%	33,8%
Acidentes de Trabalho	16,9%	17,2%
Acidentes Pessoais	3,2%	3,3%
Doença	17,7%	18,4%
Incêndio e Outros Danos (excepto Colheitas)	17,1%	17,3%
Agrícola - Colheitas	0,5%	0,5%
Outros	9,6%	9,6%

Fontes: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e Associação Portuguesa de Seguradores (APS)

No ramo Acidentes de Trabalho, registou-se um crescimento de apenas 0,3 p.p. dos prémios brutos emitidos, enquanto o ramo Doença continua com um perfil evolutivo muito favorável 0,7 p.p.

Este crescimento explica-se pelo aumento do universo das pessoas seguras e do respectivo prémio médio, reflectindo uma forte procura por soluções de protecção da saúde.

PESO DA BANCASEGUROS NA PRODUÇÃO NÃO VIDA

Rubrica	2020 %	2021 %
Automóvel	2,9%	6,6%
Acidentes de Trabalho	5,8%	5,6%
Acidentes Pessoais	45,7%	48,1%
Doença	29,8%	29,6%
Incêndio e Outros Danos	35,8%	30,9%
Transportes	1,2%	1,3%
Responsabilidade Civil Geral	4,0%	8,5%
Outros	15,6%	18,0%

Fontes: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e Associação Portuguesa de Seguradores (APS)

O canal bancaseguros manteve a sua contribuição para o mercado não vida, representando 16,6% do total dos prémios brutos emitidos. Os ramos não vida em que se verifica maior peso neste canal



de distribuição, no total dos prémios brutos emitidos, são Acidentes Pessoais com 48,1%, Doença com 29,6%, e Incêndio e Outros Danos com 30,9%. Estes números reflectem o grande potencial deste canal junto do segmento de particulares, e cujo peso se prevê que continue a aumentar nos próximos anos.

Os prémios brutos emitidos ascenderam a 145 milhões de euros, o que representa um aumento de 5,1%, face ao ano anterior, com um crescimento semelhante ao do mercado não vida, o qual cresceu 5,2%.

A maior parte dos produtos que a Companhia tem vindo a destacar no contexto da sua estratégia continuaram a crescer a bom ritmo, com variações positivas nos prémios brutos emitidos, nomeadamente, CA Saúde +8%, CA CliniCard +4,4% e CA Habitação +7%.

Nos produtos CA Acidentes de Trabalho e CA Automóvel, registaram-se aumentos nos prémios brutos emitidos também em consequência do aumento dos prémios médios das apólices em vigor. Como aspecto positivo, realça-se o facto de as taxas de anulação se terem mantido reduzidas em 2021, em quase todos os produtos.

No ramo Acidentes de Trabalho, registou-se um crescimento de 7,5% dos prémios brutos emitidos, mantendo a recuperação dos últimos anos, depois de vários anos de contracção.

O ramo Doença (CA Saúde e CA CliniCard) continua com um perfil evolutivo muito favorável, +6,5%, registando um ritmo de crescimento relativamente a 2020. Este crescimento explica-se pelo aumento do universo das pessoas seguras e do respectivo prémio médio, já que a procura de particulares e empresas por soluções para protecção da sua saúde continua forte, num contexto de pandemia ainda.

O ano de 2021 ficou ainda marcado pelo impacto da pandemia Covid-19, e pela necessidade de implementar medidas que assegurassem a continuidade do negócio e das operações, com elevados níveis de qualidade, e a segurança dos nossos Colaboradores, que estiveram em diversos períodos em regime de teletrabalho.

Os inquéritos de satisfação realizados em 2021 confirmam que conseguimos assegurar elevados níveis de serviço e de satisfação de Clientes, Sinistrados e Caixas Agrícolas.

O desempenho económico e financeiro da Companhia foi novamente positivo em 2021. A taxa de sinistralidade global diminuiu ligeiramente, para 54% dos prémios adquiridos, reflectindo os efeitos da redução da actividade económica dos segurados e a redução da circulação automóvel, mas que foram quase integralmente compensados pelo acréscimo dos custos médios dos sinistros, e pela revisão conservadora de pressupostos no cálculo das provisões para sinistros do ramo Acidentes de Trabalho, incluindo a redução da taxa de actualização das responsabilidades futuras, e a alteração da tábu de mortalidade.

Tal como em anos anteriores, a atribuição de uma remuneração de mediação extra indexada ao cumprimento e ultrapassagem dos objectivos comerciais propostos, funcionou como um forte mecanismo de incentivo ao desempenho comercial. No final do ano, a maioria das Caixas Agrícolas atingiram os objectivos comerciais e 50% dos objectivos registaram um grau de realização superior a 110%.



Nos seguros patrimoniais, verificaram-se menos sinistros decorrentes de tempestades e outros fenómenos atmosféricos, comparativamente aos anos anteriores.

Ao nível dos custos, é de salientar a evolução contida dos custos operacionais, relativamente aos prémios adquiridos no exercício.

PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS

Produtos*	2020		2021		Var.
	Valor	%	Valor	%	%
Acidentes Trabalho	26.008	18,8%	27.959	19,3%	7,5%
Acidentes Pessoais	6.979	5,1%	6.849	4,7%	-1,9%
Saúde	11.921	8,6%	12.874	8,9%	8,0%
CA CliniCard	8.249	6,0%	8.610	5,9%	4,4%
Automóvel	42.662	30,9%	44.244	30,5%	3,7%
Máquinas Agrícolas	2.205	1,6%	2.356	1,6%	6,8%
Agrícola-Colheitas	5.794	4,2%	5.828	4,0%	0,6%
Habitação	15.484	11,2%	16.562	11,4%	7,0%
Comércio e Serviços	7.567	5,5%	7.961	5,5%	5,2%
Responsabilidade Civil	3.391	2,5%	3.534	2,4%	4,2%
Outros	7.767	5,6%	8.285	5,7%	6,7%
Total	138.027	100,0%	145.062	100,0%	5,1%

Unidade: milhares de euros

*Valores discriminados por Produtos da CA Seguros, não coincidindo com a discriminação por ramos

Os prémios brutos emitidos ascenderam a 145 milhões de euros, o que representa um aumento de 5,1%, face ao ano anterior, com um crescimento superior ao do mercado não vida, que por sua vez apresentou uma taxa de crescimento de 2,9%.

A maior parte dos produtos que a Companhia tem vindo a destacar no contexto da sua estratégia continuaram a crescer a bom ritmo, com variações positivas nos prémios brutos emitidos, nomeadamente, CA Saúde +8%, CA CliniCard +4,4%, CA Habitação +7% e o Comércio e Serviços +5,2%.

Implementaram-se diversas melhorias e optimizações de processos, oriundas das mais diversas fontes, incluindo Colaboradores, Auditoria Interna e Caixas Agrícolas. Iniciámos a revisão de todos os Processos e implementámos um Manual de Processo, que integra o desenho do processo e a descrição de todas as suas actividades.

A.2.3 Resseguro

O aumento dos Prémios de resseguro cedido reflecte o crescimento da carteira e, em particular, deve-se ao aumento dos Prémios brutos emitidos dos produtos com maiores taxas de cedência, com um peso significativo dos ramos de Assistência.

O aumento de custos com sinistros, parte de resseguro, é essencialmente explicado pelo retomar da actividade em 2021, comparativamente a 2020.

**SALDO DE RESSEGURO (Excluindo Colheitas)**

Rubrica	2020	2021
Prémios de resseguro cedido	29.062	31.838
Comissões de resseguro cedido	-5.281	-4.673
Variação PPNA, parte de resseguro	495	-485
Custo com Sinistros, parte de resseguro	-13.136	-16.403
Saldo de Resseguro	11.139	10.277
Saldo de Resseguro / PBE	8,4%	7,4%

Unidade: milhares de euros

No contexto da mitigação do risco específico de seguros, a Companhia continuou a consolidar a parceria com as suas tradicionais resseguradoras: Munich Re, Swiss Re, Partner Re, QBE Re, R+V Re e Mapfre Re, havendo ainda a salientar mais um ano da excelente colaboração com o corretor de resseguro AMWINS - Global Risks.

A.2.4 Margem de distribuição

A margem após sinistros registou um aumento de +9,6% evoluindo de 60,9 milhões de euros, para 66,7 milhões de euros.

A taxa de sinistralidade global situou-se em 53,6%, antes de imputação de custos por funções, registando-se um aumento de 1,2 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

MARGEM DE DISTRIBUIÇÃO (Incluindo Colheitas)

Rubricas	2020		2021		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Prémios adquiridos	137.015	100%	143.732	100%	4,9%
Custos com sinistros	-76.152	-55,6%	-77.052	-53,6%	1,2%
Margem após sinistros	60.863	44,4%	66.680	46,4%	9,6%
Saldo de resseguro	-11.709	-8,5%	-9.992	-7,0%	-14,7%
Outros custos e prov. téc.	670	0,5%	-1.028	-0,7%	n.a.
Margem técnica	49.824	36,4%	55.661	38,7%	11,7%
Custos comerciais	-26.852	-19,6%	-28.694	-20,0%	6,9%
Margem de distribuição	22.972	16,8%	26.966	18,8%	17,4%

Unidade: milhares de euros

Nota: Não inclui a imputação dos Custos por natureza a imputar, nem os rendimentos dos investimentos financeiro

Aumentou o valor global das provisões para sinistros, mantendo-se uma política de provisionamento prudente, que incluiu no ramo Acidentes de Trabalho, pressupostos conservadores na mensuração das provisões matemáticas e nas provisões para assistência vitalícia.

A margem técnica registou um aumento em relação a 2020 (+11,7%), reflectindo o aumento dos prémios adquiridos, a redução da taxa de sinistralidade e a diminuição do saldo de resseguro favorável aos resseguradores, que representou 7% dos prémios adquiridos.



A rubrica de custos comerciais inclui as remunerações de mediação pagas às Caixas Agrícolas, as quais aumentaram 6,7%, para 29 milhões de euros. Esta rubrica está deduzida pelos custos de aquisição diferidos.

A margem de distribuição, calculada antes dos custos por natureza e antes do resultado financeiro, registou um aumento de 17,4%.

A.2.5 Custos e gastos operacionais

Os custos e gastos por natureza, excluindo as remunerações de mediação às Caixas Agrícolas, registaram um aumento global de 6,6%, e mantiveram o seu peso face aos prémios adquiridos.

Os gastos com o pessoal aumentaram 1,1%, reflectindo a evolução do quadro de pessoal, progressões na carreira e o aumento da tabela salarial, de acordo com orçamento previsto.

CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA

Rubricas	2020		2021		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Gastos com pessoal	9.498	45,3%	9.605	43,3%	1,1%
Forn. Serviços externos	7.331	35,0%	8.382	37,8%	14,3%
Amortizações	3.023	14,4%	3.016	13,6%	-0,2%
Outros custos e prov. téc.	1.105	5,3%	1.167	5,3%	5,6%
Total	20.958	100,0%	22.170	100,0%	5,8%

Unidade: milhares de euros

Os custos e gastos por natureza aumentaram 1.212 mil euros relativamente ao ano anterior.

CUSTOS OPERACIONAIS

Rubricas	2020	2021
Custos de Aquisição	32.170	34.962
Custos Administrativos	9.017	9.394
Custos Gestão de Sinistros	5.514	5.957
Custos Gestão de Investimentos	936	893
Custos Operacionais	47.636	51.206
Custos Oper.(s/Remun. Mediação)	20.958	22.170
Custos Oper.(s/Remun.Mediação)/PBE	15,2%	15,3%
Custos Oper.(s/Remun.Mediação)/apólice	0,029	0,029

Unidade: milhares de euros

Considerando os custos já imputados por funções, os custos operacionais, sem remunerações de mediação, aumentaram ligeiramente o seu peso nos prémios brutos emitidos.



A.2.6 Situação patrimonial

Os activos financeiros aumentaram 20,1 milhões de euros, tendo o peso desta rubrica no total do activo aumentado de 80,7%, para 83% em 2021.

ACTIVO

Rubricas	2020		2021		Var %
	Valor	%	Valor	%	
Caixa e equivalentes	14.595	5,9%	8.326	3,1%	-43,0%
Investimentos financeiros	200.048	80,7%	220.177	83,0%	10,1%
Outros activos tangíveis	2.591	1,0%	1.933	0,7%	-25,4%
Outros activos intangíveis	3.481	1,4%	3.655	1,4%	5,0%
Prov. técnicas resseguro	18.403	7,4%	22.021	8,3%	19,7%
Devedores	5.919	2,4%	8.084	3,0%	36,6%
Activos por impostos	162	0,1%	199	0,1%	22,8%
Acréscimos e diferimentos	2687	1,1%	929	0,4%	-65,4%
Outros	101	0,0%	95	0,0%	-5,9%
Total	247.986	100%	265.418	100%	7,0%

Unidade: milhares de euros

PASSIVO

Rubricas	2020		2021		Var %
	Valor	%	Valor	%	
Provisões técnicas*	156.333	80,6%	171.496	82,0%	9,7%
Credores	28.102	14,5%	28.445	13,6%	1,2%
Passivos por impostos	6.211	3,2%	6.012	2,9%	-3,2%
Acréscimos e diferimentos	2.283	1,2%	2.878	1,4%	26,1%
Outros	1.125	0,6%	226	0,1%	-79,9%
Total	194.054	100,0%	209.057	100,0%	7,7%

Unidade: milhares de euros

*"Provisões técnicas" deduzidas dos "Custos de aquisição diferidos"

A Companhia manteve uma política prudente ao nível do provisionamento, tal como em anos anteriores. Globalmente, as provisões técnicas situaram-se, em 31 de Dezembro de 2021, no valor de 171 milhões de euros, aumentando 9,7% em relação ao ano anterior.

Em 31 de Dezembro de 2021, os capitais próprios ascendem a 56,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 4,5% em relação ao ano anterior.

CAPITAIS PRÓPRIOS

Rubricas	2020		2021		Var %
	Valor	%	Valor	%	
Capital Social	18.000	100,0%	18.000	100,0%	0,0%
Reservas	27.171	150,9%	24.164	150,9%	-11,1%
Resultados transitados	4.644	25,8%	8.349	25,8%	79,8%
Acréscimos e diferimentos	4.118	22,9%	5.847	22,9%	42,0%
Total	53.932	299,6%	56.360	313,1%	4,5%

CA Seguros



Unidade: milhares de euros

No final de 2021, os capitais próprios representavam 313% do capital social quando, no final de 2020, a taxa de cobertura era de 300%.

A.2.7 Garantias financeiras e solvência

As responsabilidades relativas aos segurados encontram-se devidamente asseguradas em 31 de Dezembro de 2021, quer ao nível da representação das provisões técnicas quer ao nível da solvência.

GARANTIAS FINANCEIRAS

Rubricas	2020	2021	Var. %
	Valor	Valor	
Provisões Técnicas (Líquidas)*	156.333	171.496	9,7%
Activos Representativos Provisões Técnicas	200.876	222.583	10,8%
Activos Repres. / Provisões Técnicas	128%	130%	1%

Unidade: milhares de euros

*Deduzidas dos "Custos de aquisição diferidos"

A.3 Desempenho dos investimentos

Os activos financeiros aumentaram cerca de 20 milhões de euros, mais 10%, relativamente ao final do ano anterior:

ACTIVOS FINANCEIROS

Títulos	2020		2021		Var %
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	
Participações Sociais	240	0,1%	240	0,1%	0,0%
UP Fundos Imobiliários	4.213	2,1%	4.411	2,0%	4,7%
UP Fundos Mobiliários	9.315	4,7%	8.940	4,1%	-4,0%
Obrigações Empresas	34.143	17,1%	26.804	12,2%	-21,5%
Obrigações Dívida Pública	152.137	76,1%	179.781	81,7%	18,2%
Total	200.048	100,0%	220.177	100,0%	10,1%

Unidade: milhares de euros

As obrigações de dívida pública europeia continuam a ter um peso preponderante na nossa carteira de activos financeiros, representando, no final do ano, 81,7% do total. Nesta componente da carteira, temos exposição às dívidas soberanas de Portugal, Espanha, Itália, França, Eslovénia e dívida da União Europeia. Por outro lado, o peso das obrigações emitidas por empresas, as quais representam agora 12% do total dos activos financeiros.

Considerando a expectativa de volatilidade elevada nos mercados de capitais, a Companhia decidiu continuar a não incluir acções na sua carteira de activos financeiros, nem produtos derivados, nem activos em moeda estrangeira, estes últimos excluídos pela Política de Investimentos Financeiros aprovada.



RESULTADOS FINANCEIROS

Títulos	2020			2021		
	Rendimentos	Ganhos	Mais valias	Rendimentos	Ganhos	Mais valias
	Investimentos	Investimentos (líquidos)	não realizadas	Investimentos	Investimentos (líquidos)	não realizadas
Obrigações Dívida Pública	3.757	738	6.870	3.014	-1.434	2.712
Obrigações Empresas	831	-59	1284	594	-143	658
Participações Sociais	-	-	-	-	-	-
Fundos Imobiliários	-	-	1.513	-	-	1.910
Fundos Mobiliários	33	-	14	40	-	-59
Total	4.621	679	9.681	3.648	-1.577	5.221

Unidade: milhares de euros

Os Resultados dos investimentos financeiros ascenderam a 2 milhões de euros, reflectindo o equilíbrio das contas técnicas e consequentemente a aplicação de uma política de *buy-and-hold*.

Saliente-se que a Companhia tem uma exposição controlada ao Risco de Crédito nos seus activos financeiros, já que a maioria dos títulos de dívida em carteira foi emitida por entidades públicas europeias.

A Companhia não tem exposição ao Risco de Liquidez porque, por um lado, controla totalmente o ritmo de saída de *cash-flows*, onde se destaca o pagamento de indemnizações e despesas de sinistros e, por outro lado, a totalidade da carteira de Activos financeiros é facilmente convertível em dinheiro, por ser constituída na sua quase totalidade por depósitos a prazo, obrigações transaccionadas em mercados regulamentados e unidades de participação em fundos de investimento.

A Companhia manteve a parceria com a CA Gest para gestão dos seus Activos financeiros, a qual tem vindo a ser executada de acordo com os princípios claramente definidos, evitando a especulação de curto prazo e privilegiando uma estratégia de *buy-and-hold* tendencialmente conservadora, que assegura uma exposição mitigada ao risco de mercado, na sua componente de flutuação de valores dos activos financeiros.

A CA Seguros integra e gere na sua carteira de activos, títulos cujo risco possa identificar, mensurar, gerir, controlar e comunicar, e cuja localização seja de modo a assegurar a sua disponibilidade, aplicando assim o Princípio do Gestor Prudente ao nível dos investimentos, conforme preconizado em Solvência II.

A.4 Desempenho de outras actividades

Nenhuma outra actividade é material.

A.5 Eventuais informações adicionais

Pandemia Covid 19 - Europa e Portugal

Tendo-se iniciado em Março de 2020, discutimos a seguir os impactos da crise pandémica Covid 19, na Europa, em Portugal e na CA Seguros.

A pandemia Covid 19 causou uma recessão global, apenas ultrapassada pelas recessões que derivaram das duas Guerras Mundiais e da Grande Depressão. Segundo o Banco Mundial, a economia terá contraído 4,3% em 2020.



O ano de 2021 continuou a ser ainda marcado pelo impacto da pandemia Covid-19, e pela necessidade de implementar medidas que assegurassem a continuidade do negócio e das operações, com elevados níveis de qualidade, e a segurança dos nossos Colaboradores, que estiveram em diversos períodos em regime de teletrabalho.

Guerra na Ucrânia - Incerteza terá impactos negativos

E as incertezas sobre a evolução da economia mundial em 2022, e anos seguintes, foram muito amplificadas pela eclosão da guerra na Ucrânia, a qual originará certamente impactos negativos na produção, no comércio internacional e na evolução dos preços.



B. Sistema de governação



B. Sistema de governação

B.1 Informações gerais sobre o sistema de governação

B.1.1 Estrutura organizacional

A estrutura de governo da Companhia, assente no modelo dualista, é composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração Executivo (CAE), Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Remunerações e Revisor Oficial de Contas.

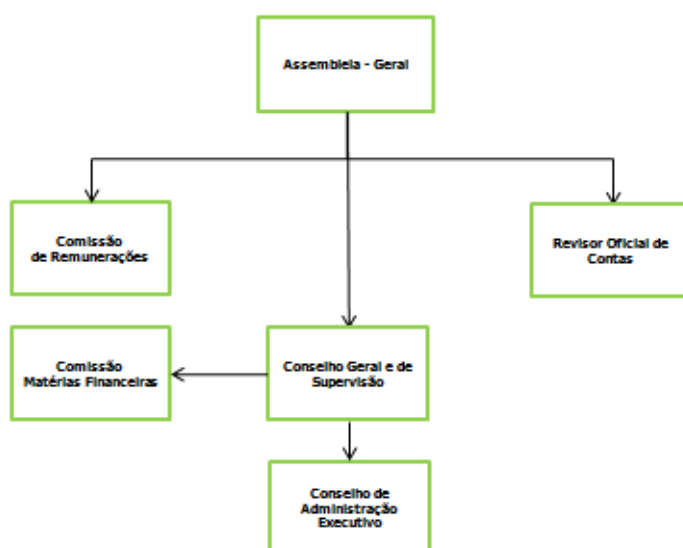


Figura 2: Estrutura de governação da CA Seguros

O modelo dualista de governo da sociedade em vigor tem permitido uma separação eficaz do exercício da supervisão e da função de gestão e alavancado a prossecução dos objectivos e interesses da CA Seguros, dos seus Accionistas, Colaboradores, Clientes e demais *Stakeholders*, contribuindo para alcançar o grau de confiança e transparência necessário ao seu adequado funcionamento e optimização.

Conselho de Administração Executivo

O CAE é o órgão responsável pela gestão das actividades e pela representação da sociedade. É constituído por três gestores executivos profissionais de seguros, dois deles nomeados para um novo mandato em Março de 2019, com a duração de três anos. Em Junho de 2020, a Administradora Teresa Barreira integrou o Conselho de Administração Executivo. Em 1 de Abril de 2022, o Administrador João Maranga deixou de integrar o Conselho de Administração Executivo.

Conselho Geral e de Supervisão

O Conselho Geral e de Supervisão, também nomeado em Março de 2019, é constituído por cinco representantes de Caixas Agrícolas. Tem como principal missão assegurar o aconselhamento, o acompanhamento e a supervisão da actividade da Administração, cooperando com o Conselho de Administração Executivo e com os demais órgãos e corpos sociais na prossecução do interesse da Companhia, sendo eleito pelos accionistas em Assembleia Geral.



Reúne mensalmente com o Conselho de Administração Executivo para discutir e avaliar decisões estratégicas, ser informado acerca dos projectos em curso e sobre as actividades operacionais, e acompanhar o controlo orçamental e a evolução do negócio. Três dos Membros do Conselho Geral e de Supervisão constituem a Comissão para as Matérias Financeiras, a qual reúne regularmente, para a análise de temas relacionados com as demonstrações financeiras, com os activos financeiros e com a gestão económica e financeira da Companhia.

São mantidos contactos regulares com o Conselho Geral e de Supervisão, com o Conselho Superior e com o Conselho de Administração Executivo da Caixa Central, e promovidas reuniões com as Caixas Agrícolas para intercâmbio de informação sobre a actividade da Companhia e do mercado, a análise da produção, da sinistralidade e dos resultados da Companhia e também para reforço do conceito e da estratégia de bancasseguros.

O Presidente do Conselho de Administração Executivo é também Membro do Conselho de Administração Executivo da sociedade CA Seguros e Pensões, SGPS, a qual detém 97,4% do capital social da CA Seguros, desde a data de constituição daquela *sub-holding*, em Novembro de 2015.

O Conselho de Administração Executivo reúne regularmente com os quadros superiores responsáveis de todas as Áreas e Gabinetes da Companhia, incluindo no âmbito de Comitês, com o objectivo de promover o alinhamento e o conhecimento da Companhia e do Grupo CA, da sua estratégia e actividades, bem como para a análise dos resultados de exploração.

Em Setembro de 2021, foi realizada a reunião anual de desenvolvimento estratégico, onde participaram os Responsáveis de todas as Áreas e Gabinetes da Companhia, e da qual resultou a definição do plano estratégico para 2022 e anos seguintes, incluindo a redefinição dos *key performance indicators* (KPI), a selecção das iniciativas estratégicas, e a preparação dos respectivos planos de acção operacionais.

Comissão de remunerações

A Comissão de remunerações foi eleita pela Assembleia geral de accionistas, sendo composta por três membros, representantes de instituições accionistas da Companhia e pertencentes ao Grupo Crédito Agrícola, eleitos em Março de 2019.

Revisor oficial de contas

A CA Seguros recorre à revisão oficial das suas contas, através da PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Estrutura Organizacional

O modelo organizativo da Companhia prevê a existência de Comitês, Áreas e Gabinetes. Os Comitês contribuem para o processo de decisão e divulgação de informação. As Áreas evidenciam uma orientação processual, sendo que os processos operacionais tendem a ser transversais a todos os produtos. Os Gabinetes estão também orientados por processos, e desempenham funções técnicas, de análise, controlo e apoio ao CAE e às Áreas.



A estrutura organizacional da Companhia é a seguinte:

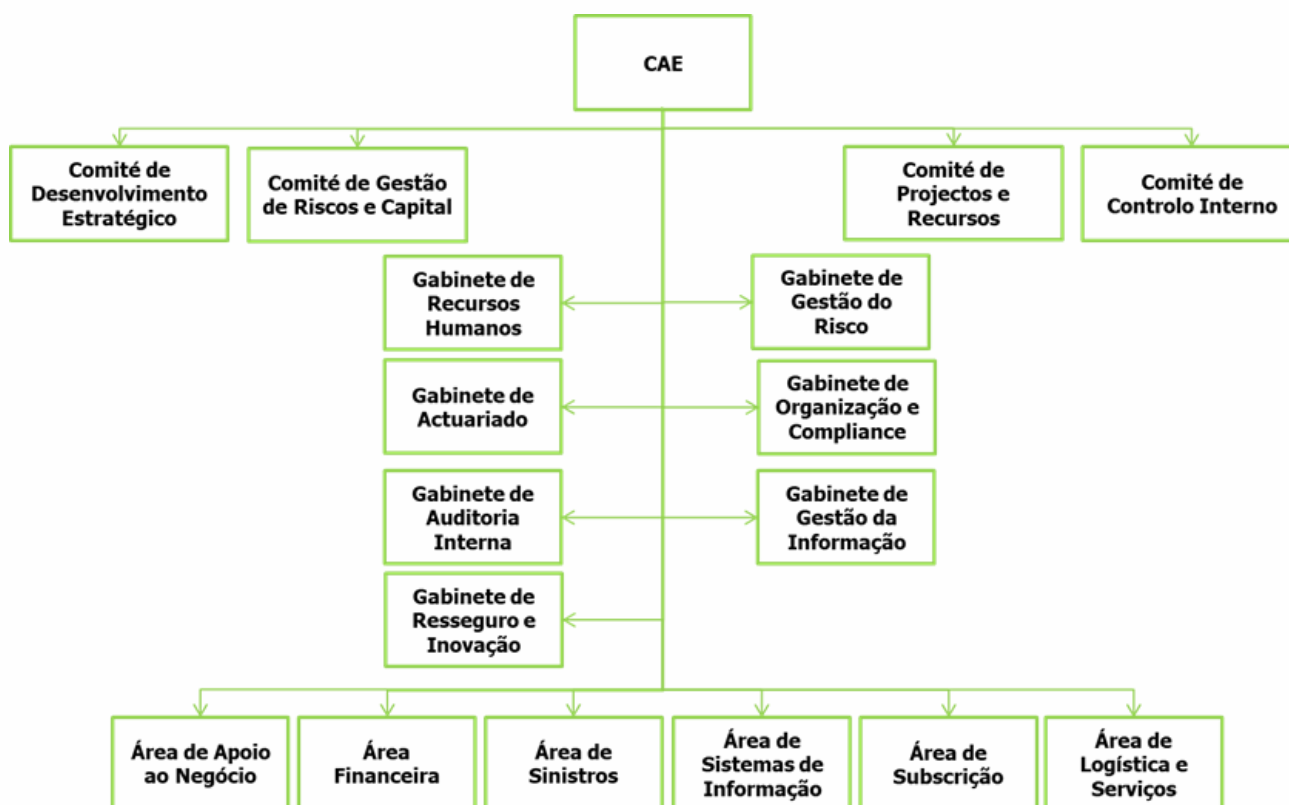


Figura 3: Organograma da CA Seguros

A estrutura organizacional da CA Seguros apresenta um desenho de modo a funcionar em termos eficientes e flexíveis, facilitador da comunicação ascendente e descendente e criador de processos decisórios fáceis e de reacção rápida. É coerente com os Objectivos e estratégia adoptados e está procura facilitar a qualidade no serviço ao Cliente.

O Conselho de Administração Executivo reúne todas as semanas com os quadros superiores responsáveis de todas as Áreas e Gabinetes, no âmbito de reunião seguimento da implementação das Iniciativas Estratégicas, e através de Comités, com o objectivo de promover o alinhamento e o conhecimento da Companhia e do Grupo CA, da sua estratégia e actividades, bem como para a análise dos resultados de exploração.

Em Setembro de 2021, foi realizada a reunião anual de Desenvolvimento Estratégico, onde participaram os Responsáveis de todas as Áreas e Gabinetes da Companhia, e da qual resultou a definição do plano de acções para 2022 e um Plano Plurianual para os quatro anos seguintes, incluindo a redefinição dos *key performance indicators* (KPI), e a preparação dos respectivos planos de acção operacionais.

A estratégia apresenta-se representada através de um mapa estratégico que é do conhecimento de todos os Colaboradores, bem como a Visão, Missão e Valores da CA Seguros.



O sistema de avaliação de desempenho dos Colaboradores inclui componentes que reflectem, o desempenho global da Companhia e das equipas onde estão integrados.

O primeiro é medido por um *Score* de Execução da Estratégia, construído como uma média ponderada dos KPI estratégicos, que medem o desempenho ao nível dos *Stakeholders*, dos Clientes, dos Processos e dos Recursos, num *balanced scorecard*.

A segregação de responsabilidades do CAE foi a seguinte em 2021:

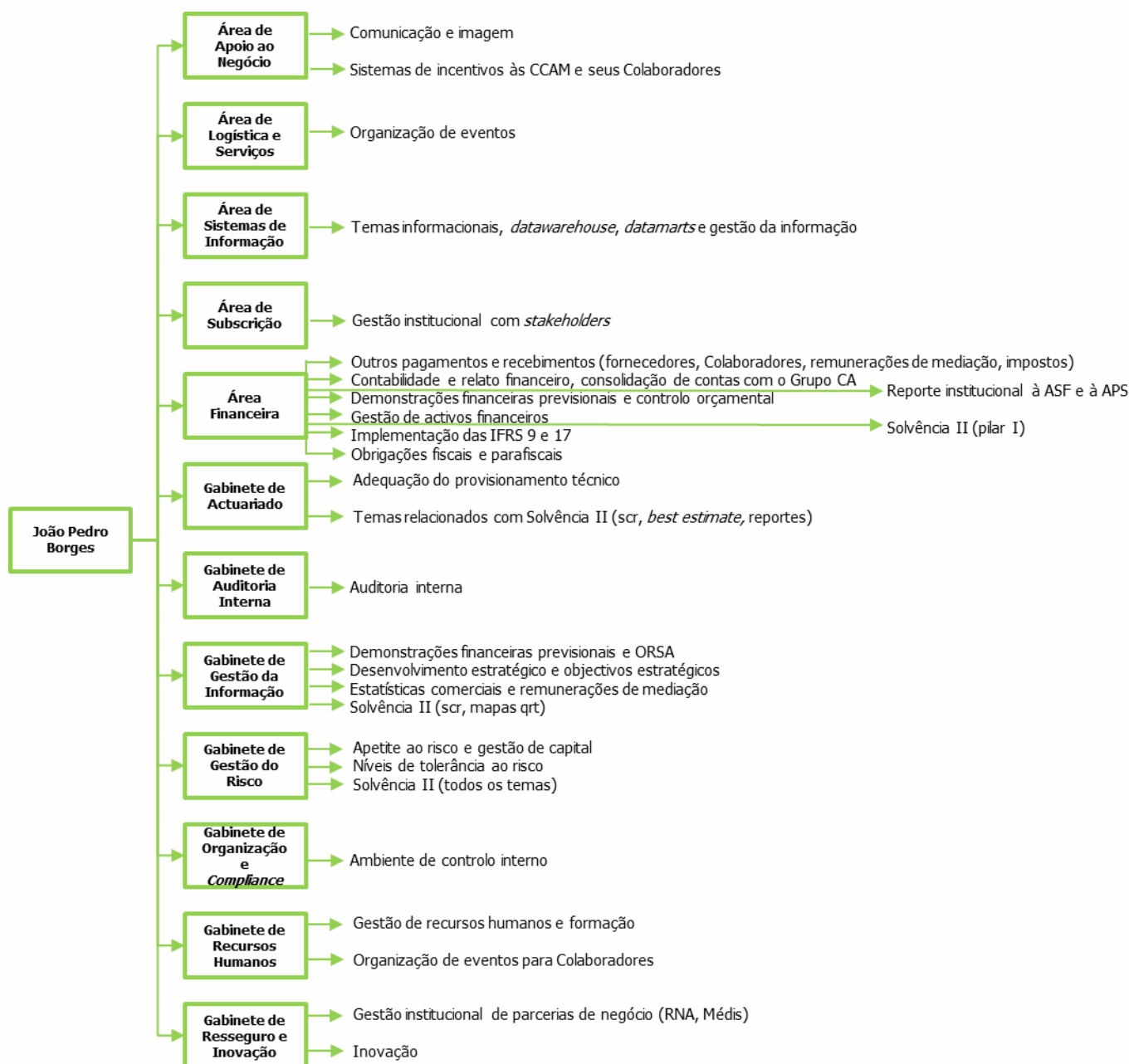


Figura 4: Dependência hierárquica presidente do CAE

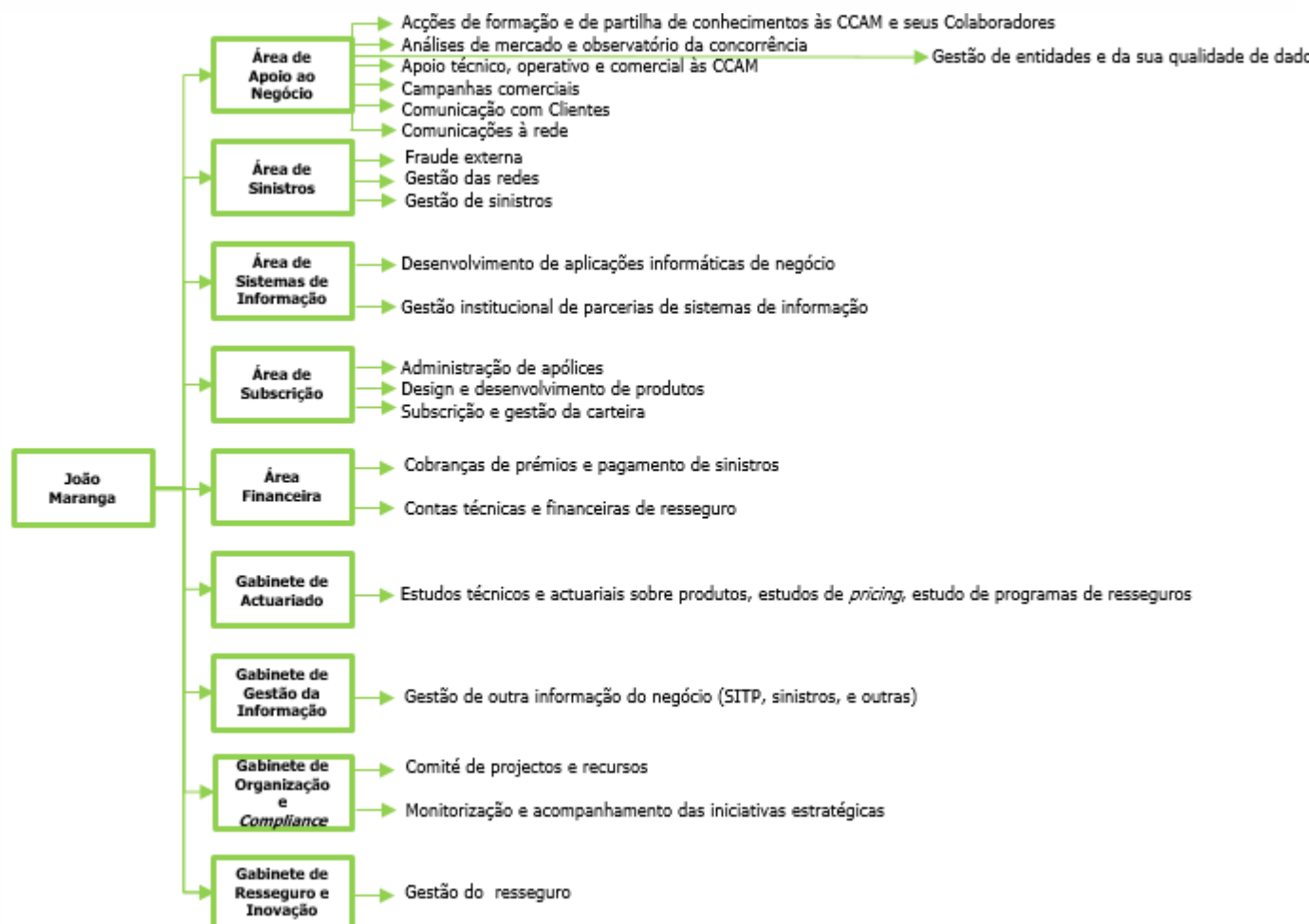


Figura 5: Dependência hierárquica vogal do CAE

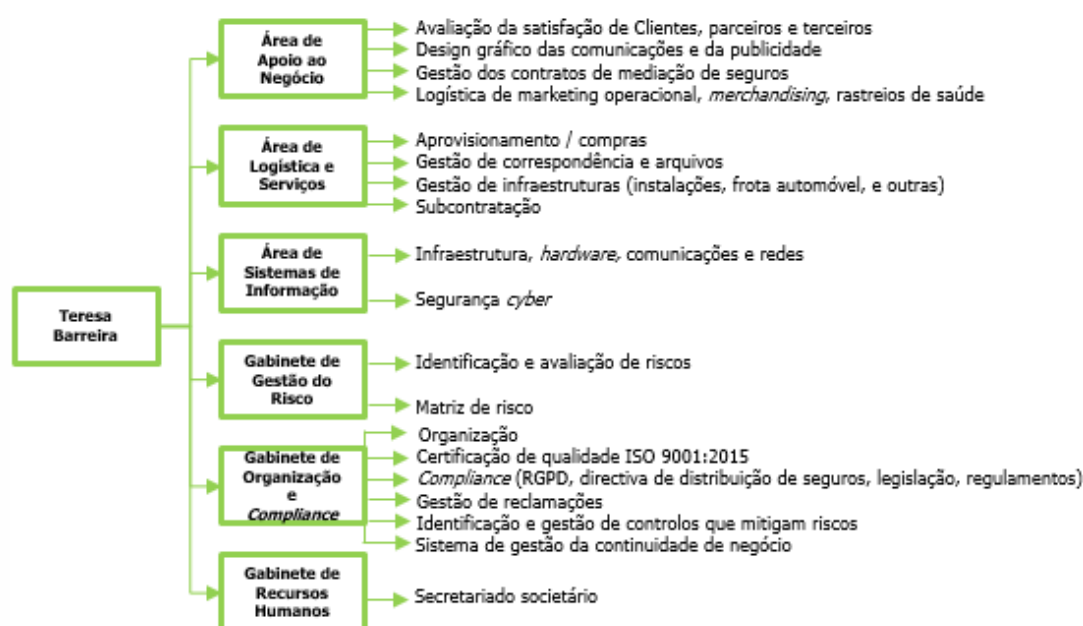


Figura 6: Dependência hierárquica vogal do CAE



Comités

Os Comités exercem responsabilidades delegadas pelo CAE e tem cada um deles, uma participação e objectivos específicos. Existem actualmente quatro:

Comité de Desenvolvimento Estratégico

O Comité de Desenvolvimento Estratégico reúne quatro vezes por ano, discute e define a estratégia da Companhia, as iniciativas estratégicas e monitoriza os temas críticos da Companhia e do negócio, designadamente:

- Debater e estabelecer considerações sobre a estratégia global, nas diversas dimensões temporais;
- Propor os Objectivos Estratégicos;
- Propor os KPI estratégicos, monitorizá-los e comunicar o *score* de execução da estratégia;
- Promover a adopção de acções correctivas, nos objectivos estratégicos com desvios;
- Propor as Iniciativas Estratégicas e acompanhar a sua execução;
- Acompanhar a evolução do capital económico;
- Propor o desenvolvimento de produtos;
- Propor a Política de Subscrição e eventuais alterações à mesma;
- Monitorizar a *performance* global da Companhia.

Comité de Gestão de Riscos e Capital

O Comité de Gestão de Riscos e Capital acompanha o desenvolvimento do ambiente e da estrutura de gestão de risco mediante o seguimento das medidas a implementar, a coordenação de esforços e recursos entre as diversas unidades orgânicas e a tomada de decisão relativamente a temas transversais à Companhia, designadamente:

- Validar e propor, a Política de Gestão de Risco da Companhia, nas suas diferentes dimensões, assim como as associadas aos riscos financeiros, de concentração e específicos de seguros;
- Analisar o reporte regular efectuado pelo Gabinete de Gestão de Risco sobre a gestão de risco e o nível de implementação e cumprimento da directiva de Solvência II;
- Determinar e propor o nível de tolerância ao risco a adoptar pela Companhia;
- Propor a realização de novas actividades que envolvam transversalmente a Companhia, no âmbito da gestão de risco;
- Coordenar a relação e a colaboração entre as diversas unidades orgânicas da Companhia no referente à gestão de risco;
- Monitorizar e garantir que a política de gestão de risco é efectivamente implementada por toda a Companhia;



- Assegurar a coerência e eficácia do funcionamento da estrutura de gestão de risco, em todas as suas componentes e sobre uma base consolidada;
- Propor estratégias de mitigação e acções adequadas para efectuar a gestão dos respectivos riscos entre outros.

O Gabinete de Gestão de Risco é o dinamizador deste Comité, que se reúne quatro vezes por ano, e assegura a preparação da informação necessária ao mesmo.

Comité de Controlo Interno

O Comité de Controlo Interno propõe e assegura as políticas da qualidade, *compliance*, controlo interno, continuidade de negócio e segurança de informação, designadamente:

- Assegurar efectividade das funções relativas àqueles domínios;
- Monitorizar e garantir que as correspondentes políticas são efectivamente implementadas e analisar e propor a optimização das actividades que envolvam transversalmente a Companhia e,
- Acompanhar os planos de acção que resultem da monitorização e avaliações efectuadas no Comité.

Comité de Projectos e Recursos

O Comité de Projectos e Recursos discute e propõe a alocação de recursos aos projectos novos ou em curso, designadamente:

- Analisar os projectos propostos e aprovar os que tenham benefícios esperados superiores aos custos de implementação e de funcionamento;
- Estabelecer prioridades entre os projectos aprovados, com base no rácio benefícios / custos;
- Acompanhar os projectos em vigor e identificar os períodos críticos dos mesmos e o necessário à sua boa concretização;
- Acordar com as unidades orgânicas envolvidas em cada projecto os recursos a afectar aos mesmos, em termos da quantidade e de *timing*;
- Promover junto do CAE a adequação dos recursos disponíveis ao volume de projectos em curso e outros.

O Comité de Projectos e Recursos reúne-se com periodicidade mensal, e o Gabinete de Organização e *Compliance* é o dinamizador destes dois Comités.

B.1.2 Política de remuneração em 2021

A Comissão de Remunerações eleita pela Assembleia Geral de Accionistas, é composta por três membros, representantes de instituições accionistas da Companhia e pertencentes ao Grupo Crédito Agrícola. A Comissão de Remunerações em exercício foi eleita para o triénio 2019/2021, sendo constituída por:



- CCAM da Póvoa do Varzim - Joaquim Maia Igreja (Presidente)
- CCAM de Serras de Ansião - Ilídio Baptista
- Crédito Agrícola Seguros e Pensões, SGPS - Manuel Lacasta

Membros de Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia-Geral

Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral passaram a partir de 2020 a ser remunerados através da atribuição de “senhas de presença” pela sua participação nas Assembleias Gerais.

Conselho Geral e de Supervisão

Relativamente à remuneração dos Membros do Conselho Geral e de Supervisão, tendo em conta a natureza da composição desse Órgão Social (composto por representantes indicados pelas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo eleitas em Assembleia Geral para esse Órgão), os mesmos têm sido remunerados apenas através da atribuição de “senhas de presença” pela participação que têm nas reuniões em que participam, cujo valor tem essencialmente em linha de conta os custos e as despesas com as deslocações e com as participações nas respectivas reuniões.

Revisor Oficial de Contas

No que respeita à Sociedade Revisora Oficial de Contas a sua remuneração é feita por via de um contrato de prestação de serviços de revisão de contas, estando a sua remuneração determinada pela tabela da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e em linha com as práticas do mercado.

Conselho de Administração Executivo

De acordo com a política de remuneração aprovada, os Membros do Conselho de Administração Executivo, cujo desempenho é avaliado em primeira linha pelo Conselho Geral e de Supervisão, devem desempenhar as suas funções de forma diligente e criteriosa, no interesse da Companhia, tendo em conta a sua actividade e os interesses dos seus Accionistas e Colaboradores, sendo, para isso, importante, que sejam estabelecidos parâmetros de remuneração adequados que motivem o elevado desempenho individual e colectivo e que permitam estabelecer, e serem atingidas, adequadas metas de crescimento e resultados da Companhia, no quadro de uma cuidada gestão de risco, atentos aos diferentes interesses que a Seguradora deve respeitar.

A remuneração dos Membros do Conselho de Administração Executivo, fixada pelo Conselho Geral e de Supervisão, com base na política de remuneração aprovada, contém uma componente fixa e outra variável.

A componente fixa visa, fundamentalmente, a remuneração do esforço desenvolvido ao longo de cada exercício do respectivo mandato, e tem em linha de conta, designadamente, a relevância das áreas de gestão executiva de cada um dos Membros, a sua experiência curricular e o nível de remuneração praticado noutras empresas congéneres, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões.

Por sua vez, na fixação da componente variável da remuneração dos Membros do Conselho de Administração Executivo, o Conselho Geral e de Supervisão, tem, nomeadamente, em conta, para



além de indicadores económico-financeiros e de funcionamento da Companhia, a perspectiva de sustentabilidade dos mesmos nos exercícios seguintes, a avaliação do desempenho individual de cada um dos Membros e o seu contributo para os resultados obtidos e para o reforço da posição financeira, assegurando um adequado nível de solvência e o cumprimento integral das regras aplicáveis à actividade da Companhia.

A componente variável não tem um limite máximo formalmente definido, mas, até relativamente ao exercício de 2020, nunca excedeu um valor correspondente a 22,5% da componente fixa. A componente variável relativa ao exercício de 2021, não foi ainda definida. Existe a possibilidade do não pagamento da componente variável, no caso de o desempenho económico-financeiro da Companhia não atingir os objectivos definidos, ou no caso de desempenho individual não satisfatório.

O Conselho Geral e de Supervisão não considera necessário diferir o pagamento de uma parte desta componente variável, uma vez que a avaliação da performance da Companhia incorpora uma perspectiva de médio e longo prazo, *forward-looking*, e reflecte também uma apreciação da trajectória recente da Companhia, nos últimos exercícios.

Tendo em atenção a natureza e a estrutura do Grupo CA, de que a Companhia faz parte, não existe qualquer tipo de plano de atribuição de acções ou opções de aquisição de acções aos Membros do Conselho de Administração Executivo, nem existe qualquer outro sistema de prémios ou de atribuição de benefícios não pecuniários. Nos termos dos Estatutos da Companhia, a remuneração dos Membros do Conselho de Administração Executivo pode incluir uma participação dos lucros distribuíveis, não superior a 10%, mas que não foi atribuída em 2021, relativamente ao exercício de 2020, nem em exercícios anteriores.

Os Membros do Conselho de Administração Executivo não receberam no exercício de 2021 qualquer remuneração por parte de uma Sociedade em relação de domínio ou do Grupo Crédito Agrícola.

Colaboradores em funções-chave ou com impacto material no perfil de risco da Companhia

A política de remuneração dos Colaboradores é definida pelo Conselho de Administração Executivo, e revista anualmente.

A política de remuneração dos Colaboradores que exercem a sua actividade profissional no âmbito de funções-chave, ou seja, das funções estabelecidas no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno, ou que desenvolvem uma actividade com impacto material no perfil de risco da instituição, é idêntica àquela que está definida para a generalidade dos Colaboradores da Companhia. Nestes termos, a sua remuneração é composta por uma remuneração fixa, a qual atende ao nível de responsabilidade da função e às competências pessoais face às exigíveis por essa função, e por um eventual prémio de desempenho.

O eventual prémio de desempenho é definido em função da qualidade/quantificação do desempenho do Colaborador, face aos objectivos e pressupostos previamente definidos pelo Conselho de Administração Executivo, para o exercício. O eventual prémio de desempenho reflecte também os factores comportamentais do Colaborador, o grau de responsabilidade da sua função, a sua capacidade de adaptação à Companhia e seus procedimentos, o seu contributo para a Criação de Valor e para a Melhoria Contínua, mas também o desempenho técnico e/ou económico-



financeiro da Área de Responsabilidade em que o Colaborador está inserido e o desempenho económico-financeiro da Companhia.

B.1.3 Alterações materiais no sistema de governação

Em 2021 foram realizadas as seguintes alterações na estrutura organizacional:

- Renomeação para “Área de Logística e Serviços” da Área de Recursos e Serviços;
- Actualização do organograma das “Área de Logística e Serviços” e da “Área de Sistemas de Informação”;
- Actualização dos Responsáveis das Unidades Orgânicas e do Organograma da CA Seguros;
- Actualização da Ficha Técnica dos Comitês nas áreas Participantes, Dinamizadoras e Periodicidade.

B.1.4 Processos, políticas e riscos

A CA Seguros tem prosseguido o seu esforço na formalização e actualização das Políticas estruturantes - pilar II - Solvência II, sendo que estão formalizadas e algumas já na segunda revisão: Política de Appetite ao Risco, Gestão do Risco, *Compliance*, Controlo Interno, Auditoria Interna, Subscrição, Resseguro, Provisionamento, Gestão de Sinistros, Gestão de Continuidade de Negócio, Subcontratação, Financeira e de Investimentos, Auto-Avaliação Prospectiva dos Riscos e da Solvência (ORSA), Selecção e Avaliação da Adequação, Sistemas de Informação, Tratamento dos Tomadores e Outros, Anti - Fraude, Reputação, Selecção e Designação do ROC, de Qualidade dos Dados e Informação, e a de Remuneração.

Durante o ano de 2021 foi publicada através da *intranet*, uma nova versão da Política de Subcontratação, de Subscrição, de Controlo Interno, de Participação de Irregularidades, comum ao Grupo Crédito Agrícola, e da Política de Prevenção, Comunicação e Sanação de Conflito de Interesses.

A CA Seguros tem a sua actividade estruturada por processos e subprocessos, sendo que cada processo tem um *owner* que deve elaborar uma política que estabeleça objectivos, metodologias de actuação e identifique os principais riscos que podem ocorrer no âmbito do processo. Esse responsável deve igualmente proceder à difusão de procedimentos de actuação, documentação esta que é emitida no *software* de gestão de processos, ARIS.

A Companhia procede à actualização semestral do levantamento e reavaliação dos riscos, quer ao nível dos riscos operacionais em todas as áreas de actividade numa estratégia *bottom-up*, ao desenvolvimento de uma Política de Continuidade de Negócio associada ao Grupo Crédito Agrícola. Existe um sistema de Planeamento Estratégico alinhado com a estratégia da actividade bancária do Grupo Crédito Agrícola. Os restantes riscos são revistos anualmente numa estratégia *top-down*.



B.1.5 Transacções materiais

A CA Seguros comercializa seguros não vida fundamentalmente através das agências do Grupo Crédito Agrícola, seguindo uma estratégia de *bancassurance*, mas iniciou a comercialização de seguros através dos canais digitais com a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo na solução do CA Protecção Financeira Crédito Pessoal integrado no CA Flow.

Integramos mais produtos na App CA Seguros, nomeadamente o CA Caçadores e o CA Cães & Gatos, e preparámos a implementação da assinatura de propostas em terminal digital nas agências do Crédito Agrícola, o que, em conjunto com a já utilizada assinatura remota por eSign, reforça ainda mais o caminho para a digitalização e mobilidade do processo de subscrição de riscos.

A CA Seguros adquire alguns serviços a empresas do Grupo Agrícola, designadamente serviços bancários de cobranças - Caixas Crédito, de gestão de carteiras de investimento - CA Gest e de gestão de infraestruturas informáticas e telecomunicações - CA Serviços e distribuição de correio - FENACAM. Comercializa os seus produtos de seguros não vida junto de outras empresas do Grupo, sendo o peso destas transacções reduzido, no volume de negócios da CA Seguros.

A rubrica de custos comerciais inclui as Remunerações de mediação pagas às Caixas Agrícolas, as quais aumentaram 6,7%, para 29 milhões de euros. Esta rubrica está deduzida pelos Custos de aquisição diferidos e promoveu uma distribuição de dividendos da ordem de 3,024 milhões euros.

B.2 Requisitos de qualificação e de idoneidade

A CA Seguros tem implementado um processo de análise da qualificação e da idoneidade para todos aqueles que desempenham qualquer função de direcção no quadro do sistema de governação da Companhia e dispõe de uma Política de Selecção e Avaliação da Adequação das Pessoas que dirigem efectivamente a Companhia, a fiscalizam, são responsáveis por funções-chave ou exercem funções-chave.

Estão sujeitas na CA Seguros a avaliação da adequação ao exercício as seguintes funções ou cargos:

- Membros do Conselho de Administração Executivo e demais pessoas que possam vir a dirigir efectivamente a empresa;
- Membros do Conselho Geral e de Supervisão;
- Revisor Oficial de Contas, a quem compete emitir a certificação legal de contas;
- Directores de topo;
- Responsáveis por funções-chave;
- Pessoas que exercem funções-chave.

A avaliação e selecção compreende a verificação do cumprimento dos requisitos de idoneidade, qualificação profissional, independência, disponibilidade e capacidade previstos na lei e de acordo a referida política. São valorizados nos candidatos elevados princípios éticos, valores, cultura de risco e capacidade para exercer um juízo crítico ponderado e imparcial.



A avaliação da adequação ao exercício da função, ocorre:

- Previamente ao exercício da função (avaliação inicial);
- Directores de topo;
- Responsáveis por funções-chave;
- Pessoas que exercem funções-chave.

A avaliação e selecção compreende a verificação do cumprimento dos requisitos de idoneidade, qualificação profissional, independência, disponibilidade e capacidade previstos na lei e de acordo a referida política. São valorizados nos candidatos elevados princípios éticos, valores, cultura de risco e capacidade para exercer um juízo crítico ponderado e imparcial.

A reavaliação da adequação das funções em causa é realizada:

- Pelo menos uma vez por ano, independentemente dos factos previstos no ponto seguinte;
- Durante o exercício das respectivas funções, sempre que ocorram circunstâncias supervenientes que possam determinar o não preenchimento dos requisitos exigidos; neste caso, nos termos do n.º 6 do artigo 66.º do RJASR, são adoptadas as medidas necessárias com vista à sanção da falta de requisitos detectados, à suspensão de funções ou à destituição das pessoas do cargo em causa.

De acordo com a obrigação prevista no n.º 4 do artigo 66.º do RJASR, as pessoas designadas devem comunicar à Comissão de Avaliação quaisquer factos supervenientes à designação ou ao registo que alterem o conteúdo da declaração que lhes é exigida.

As funções-chave actuariado, auditoria interna, *compliance* e gestão do risco, são desempenhadas pelos seguintes Colaboradores:

- Actuariado, Dra. Ana Manuela Pais da Silva Ferreira Monteiro Rocha;
- *Compliance*, Dra. Margarida Sofia Batista do Couto Domingues;
- Gestão do Risco, Eng. José Maria Valente da Silva Coelho;
- Auditoria Interna, Dr. Paulo Jorge Gato Soares.

A política interna de selecção e avaliação das pessoas que exercem funções-chave promove a diversidade de qualificações e competências necessárias ao exercício da função, tendo a preocupação de paridade da representação de géneros. A descrição de funções dos responsáveis de todas as Áreas e Gabinetes é formalizada e actualizada através do Manual de Estrutura, disponível para todos os Colaboradores, através do sistema interno de comunicação intranet.

Os Directores de topo e todos os Colaboradores são submetidos a processos anuais de avaliação de desempenho, nos quais se procura identificar eventuais *gaps* de competências relativamente às funções que desempenham. Estes *gaps* por Colaborador e função estão perfeitamente identificados e são o primeiro *input* do plano anual de formação. Os responsáveis pelas funções-chave são detentores de qualificação profissional adequada ao exercício das suas funções, adquiridas através de habilitações académicas adequadas ao cargo que ocupam.



B.3 Sistema de gestão de riscos com inclusão do ORSA

O sistema de gestão de riscos da CA Seguros integra-se no normal funcionamento da Companhia com a participação de todos os responsáveis de processos e respectivos coordenadores:

- Subscrição (risco de subscrição, concentração e resseguro);
- Provisionamento;
- Financeiros (riscos financeiros, *asset liability management*, liquidez e investimentos, risco de concentração);
- Avaliação periódica necessidades de capital inerente ao negócio (Pilar I - Solvência II);
- Risco estratégico e risco de reputação e outros que possam em cada momento serem considerados importantes;
- Operacional (risco operacional inerente aos processos, recursos humanos, plano de continuidade de negócio, fraude).

O ciclo da função gestão de risco da CA Seguros integra as seguintes componentes:



Figura 7: Ecosistema da Gestão de Risco

Ao nível do sistema de gestão de risco, a Companhia tem vindo a desenvolver diferentes actividades ao longo dos anos, visando quer a componente estratégica quer a componente operacional.

Em termos estratégicos, e para além do estabelecimento e actualização da Política de Appetite ao Risco, a Companhia dispõe de uma estrutura organizacional bem definida, adequada à dimensão e complexidade da actividade desenvolvida estruturada em 13 Áreas ou Gabinetes e formalizada através de políticas revistas periodicamente que cobrem todo o perímetro de risco da sua actividade, e cujo conteúdo e *modus operandis* é apresentado e discutido em qualquer dos Comitês que suportam o processo de decisão da Companhia.



A CA Seguros procura incorporar em todas as decisões de gestão, uma reflexão com base no risco e nas necessidades de capital associadas.

B.3.1 Função de gestão do risco

Compete ao Responsável do Gabinete de Gestão Risco identificar, avaliar, mitigar, monitorizar e controlar o sistema de gestão de risco da Companhia, englobando os riscos materiais, internos e externos, a que a Companhia se encontra exposta, designadamente:

- Desenvolver, actualizar e divulgar a política de gestão de risco nas suas diferentes dimensões, como o apetite ao risco, a taxonomia de risco e a gestão de capital;
- Garantir a existência e cumprimento dos níveis de tolerância ao risco bem como a revisão periódica dos mesmos;
- Garantir a existência e eficácia de mecanismos e processos para a identificação dos riscos a que a Companhia se encontra exposta, para a sua análise quantitativa e qualitativa e para acompanhamento dos mesmos com base nos limites de risco estabelecidos;
- Definir, implementar e desenvolver o processo de Avaliação Prospectiva dos Riscos (ORSA - *Own Risk and Solvency Assessment*), incluindo a análise do risco, no contexto do processo de desenvolvimento estratégico, e das demonstrações financeiras previsionais;
- Formar os Colaboradores sobre as diferentes políticas de gestão de risco e de solvência e dinamizar o Comité de Gestão de Riscos e Capital, entre outros.

O Responsável da Gestão de Risco, reporta hierárquica e funcionalmente ao CAE.

Todos os anos é realizada uma acção de formação onde se procura sensibilizar todos os Colaboradores para a temática do risco e actualizaram-se os Limites de Risco, um conjunto de 35 *key risk indicators* (KRI) que estão de acordo com a Política de Apetite ao Risco, e são avaliados mensalmente, permitindo ter uma monitorização contínua da situação de risco na CA Seguros.

Risco operacional

Na Companhia, os responsáveis pelos processos operacionais e de suporte (*process owners*) têm atribuídas as seguintes responsabilidades:

- Reconhecer a responsabilidade pela concepção, implementação e manutenção da estrutura de controlo no âmbito dos “seus” processos de negócio;
- Informar, formar e educar todos os Colaboradores que realizam actividades no âmbito do “seu” processo, para a importância do controlo interno e das exigências e esforço necessários nesta área;
- Liderar e dinamizar a identificação, priorização e revisão dos riscos e controlos;
- Remover todos os obstáculos ao cumprimento de leis, normas e regulamentos externos e internos;



- Colaborar activamente no programa de auto-avaliação dos riscos e na realização de testes aos controlos dos riscos associados aos “seus” processos;
- Com a colaboração do Gabinete de Qualidade e Controlo Interno, actuar no sentido de corrigir todas as situações de ineficiência nos processos e de ineficácia dos controlos;
- Divulgar a ocorrência de riscos, expressar preocupações e colocar questões prontamente, para que possa ser dada a atenção adequada à sua correcção.

No âmbito da aplicação do regime de Solvência II, e em particular ao que à gestão do risco operacional diz respeito, a CA Seguros tem vindo a reforçar a aplicação do enquadramento legal previsto à estrutura da Companhia, com o intuito de implementar um adequado Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno.

Com vista a mitigar o risco operacional a que a Companhia se encontra exposta, durante o ano de 2021, foram identificados e avaliados os riscos operacionais de vários processos.

Estes riscos foram avaliados e classificados numa matriz de risco, consoante a frequência e a severidade dos mesmos. Os controlos identificados são posteriormente testados, com o intuito de verificar se estão bem desenhados e se são eficazes na mitigação do risco. Este levantamento conta com a participação das Áreas de negócio envolvidas, o Gabinete de Qualidade e Controlo Interno e o Gabinete de Auditoria Interna.

Os eventos de risco operacional foram objecto de registo e tratamento numa aplicação de apoio à melhoria contínua. De facto, existem conceitos semelhantes e complementares, no domínio dos processos, da melhoria contínua e suas não conformidades (Qualidade) com alguns dos conceitos de processos, risco operacional, eventos e controlos (Solvência II), e objectiva-se evoluir para a integração na gestão, controlo e operação daquelas vertentes em subordinação aos dois *frameworks* Solvência II e Qualidade.

B.3.2 Auto-avaliação prospectiva dos riscos (ORSA)

Este exercício é realizado anualmente ou sempre que as circunstâncias o determinem (por exemplo, pela alteração do perfil de risco da Companhia). O exercício ORSA já foi realizado 7 vezes na Companhia, sendo o mesmo dinamizado por um grupo multidisciplinar coordenado pelo Gabinete de Gestão de Risco e integrando os responsáveis dos Gabinetes Actuarial, Gestão da Informação, e Área Financeira.

As conclusões e análise crítica dos cenários de *stress* efectuados são apresentados em Comité de Gestão de Risco e Capital com a presença dos membros do CAE, sendo na sequência elaborado o relatório ORSA para a ASF.

No âmbito do exercício ORSA de 2021, efectuaram-se três exercícios de *stress* relacionados com a solidez dos mercados financeiros, e dois com o risco de subscrição e de negócio.

Em todos os cenários estudados foi utilizada a fórmula padrão sem alterações, no contexto da auto-avaliação prospectiva dos riscos.



B.4 Compliance e gestão da qualidade

Ao responsável do Gabinete de Organização e *Compliance*, compete neste domínio, motivar e difundir um ambiente de interno de cumprimento através das seguintes acções:

- Assessorar a direcção da Companhia relativamente ao cumprimento das disposições legais e regulamentares e administrativas aplicáveis;
- Avaliar o potencial impacto de eventuais alterações do enquadramento legal na actividade da empresa de seguros;
- Identificar e avaliar o risco de cumprimento;
- Estabelecer e manter um sistema eficaz de gestão do risco de cumprimento entre outros.

Certificação de qualidade

A Companhia tem implementado um sistema de gestão de qualidade que periodicamente é auditado pela entidade certificadora. Em 2021, renovamos a adequação do sistema de gestão da qualidade implementado (NP EN ISO 9001:2015) e a equipa auditora constatou que os sistemas são cumpridos na generalidade e que os processos e controlos implementados se revelam eficazes. Transmitiu-nos também uma opinião elogiosa relativa ao funcionamento da Companhia, da orientação ao risco, da sua organização interna e da qualidade dos seus recursos humanos.

Dependendo dos benefícios estimados, implementaram-se diversas melhorias e optimizações de processos, provenientes das mais diversas fontes, incluindo Colaboradores, Auditoria Interna e Caixas Agrícolas. Asseguramos a revisão de todos os processos, descritos em manuais, que integram o desenho do processo e a descrição de todas as suas actividades, incluído parâmetros do sistema de gestão de continuidade de negócio.

Gestão de continuidade de negócio

No âmbito do sistema de gestão de continuidade de negócio, implementamos a revisão anual das *business impact analysis* e os requisitos de negócio de todos os processos, com o objectivo de manter e determinar com exactidão os impactos de uma interrupção de negócio e as respectivas dimensões de recuperação. Simultaneamente, foram realizados dois simulacros, um ao modelo de continuidade operacional e outro ao modelo tecnológico da Companhia. O simulacro operacional decorreu no local alternativo mediante a utilização de postos e trabalho portáteis integrado com as actividades diárias da Companhia. O simulacro tecnológico foi executado com total sucesso e permitiu aferir a eficácia e eficiência dos procedimentos de suporte ao plano de continuidade de negócio, assim como dotar os Colaboradores críticos das rotinas necessárias para recuperação em caso de desastre.

Decorrente da situação pandémica registada no corrente ano, foi executado o plano do sistema de gestão de continuidade de negócio, com sucesso, tendo a CA Seguros colocado em teletrabalho 100 % dos seus Colaboradores.

Lei de distribuição de seguros



Asseguramos o cumprimento da Norma Regulamentar 13/2020 - Regulamentação Regime Jurídico de Distribuição e da Lei de Distribuição de Seguros (Lei 7/2019), em todas as suas vertentes, e acompanhámos com especial atenção o tema das formações obrigatórias para os Administradores e Colaboradores das Caixas Agrícolas e as obrigações de reporte junto da Autoridade de Supervisão de Seguros.

Satisfação de Clientes

Realizámos diversos inquéritos de satisfação a Clientes, com e sem sinistros, e a Colaboradores das Caixas Agrícolas, que permitiram identificar medidas concretas de optimização dos serviços e dos processos. À semelhança de anos anteriores, implementámos um inquérito de satisfação geral com o intuito de se conhecer e avaliar o grau de satisfação dos Clientes relativamente às seguintes dimensões: produtos, atendimento, serviços prestados e critérios de qualidade.

O nível de geral de satisfação dos Clientes foi aferido através da agregação das dimensões acima referidas, atingindo-se um valor específico de 4,4, numa escala de 1 a 5, mantendo o valor elevado desde a primeira edição destes inquéritos, iniciados em 2011. Em relação ao *Net promoter score* obtivemos o valor de 77, situando-se na zona de Excelência.

Lançámos um inquérito de satisfação a Clientes que tenham tido sinistro, nos produtos mais representativos da carteira. As respostas destes Clientes revelam, também, que 92% recomendariam a Companhia a familiares ou amigos. No CA Automóvel, a taxa de recomendação dos Clientes com sinistros é de 95%. No CA Acidentes de Trabalho, a taxa de recomendação é de 87%, e no CA Habitação esta taxa é de 93%.

Demos continuidade ao inquérito a Clientes que anularam apólices, com o objectivo de aferir os principais motivos para essas anulações. Entre as várias dimensões avaliadas, ficou patente por parte de 85% desses Clientes a disponibilidade em voltar a subscrever um contrato de seguro na CA Seguros.

Em 2021, as taxas de anulação nos nossos produtos mantiveram-se estáveis e em valores muito favoráveis quando comparadas com referenciais do mercado de seguros não vida, reflectindo os elevados níveis de satisfação e fidelização dos nossos Segurados.

Em 2021, participámos no estudo BECX (*Best European Customer Experience*) e fomos novamente distinguidos com o prémio de Seguradora Líder na Satisfação do Cliente no Ramo Não Vida, depois de termos sido reconhecidos em três anos consecutivos no estudo ECSI (European Customer Satisfaction Index), que este ano evoluiu para o estudo BECX. Merece destaque o facto de a CA Seguros ter conquistado o primeiro lugar em sete dos oito índices medidos no estudo BECX 2021.

Gestão de reclamações

No âmbito da gestão de reclamações, a Companhia apresenta um dos mais baixos índices de reclamações do sector segurador. Neste domínio, comprometemo-nos com prazos de resposta ao Cliente inferiores ao prazo de resposta legal, e as reclamações são geridas por um órgão independente que assegura também o controlo e a rastreabilidade dos processos.

Provedor do Cliente



O nosso Provedor do Cliente tem assegurado a defesa dos interesses dos Clientes e sinistrados, emitindo respostas completas, bem documentadas, com elevado espírito de justiça e equilíbrio na sua tomada de posição em relação às situações reclamadas, e contando com a função interna de gestão das reclamações.

B.5 Função de auditoria interna

A auditoria interna tem como objectivo avaliar a eficiência e eficácia do sistema de controlo interno e de outros elementos do sistema de governação, e dispõe de um plano de acção plurianual aprovado pela direcção da CA Seguros. Não está atribuída à auditoria interna qualquer função operacional.

Ao responsável desta função-chave compete definir, desenvolver, implementar, controlar e monitorizar o sistema de auditoria da Companhia, incluindo a componente da qualidade, designadamente:

- Desenvolver, actualizar, divulgar e garantir a implementação da política de auditoria interna;
- Definir o perímetro do trabalho de auditoria - Plano de Auditoria;
- Definir o plano anual de auditoria, contemplando as diversas acções a realizar e processos e órgãos funcionais a analisar;
- Focalizar o trabalho de auditoria interna nos riscos significativos identificado;
- Auditar a governação do sistema de controlo interno;
- Validar se o sistema de gestão da qualidade está em conformidade com as disposições planeadas, entre outros.

B.6 Função actuarial

Ao Responsável do gabinete actuarial compete:

- Estudar as Políticas de Subscrição, de Provisionamento e de *Pricing*;
- Dirigir estudos, análises e reportes técnicos e actuariais;
- Estudar e propor mecanismos de mitigação do risco específico de seguros de acordo a estratégia e o nível de apetite ao risco definidos;
- Apurar o requisito de capital relativo ao risco específico de seguros, no contexto do cálculo do SCR (*Solvency Capital Requirement*);
- Assegurar e validar o cálculo das provisões técnicas contabilísticas e em base económica (*best estimate*) considerando, a qualidade, fiabilidade e suficiência dos dados;
- Acompanhar a adequação das tarifas ao comportamento dos riscos a que a Companhia se encontra exposta e outros.

Em 2021 reforçamos o Gabinete de Actuariado com mais dois elementos, passando o Gabinete a contar com quatro elementos, para além da Directora.



Gestão do risco específico de seguros

Desenvolvemos estudos de tarificação que permitiram a tomada de melhores decisões ao nível do desenho de produtos e da definição de tarifas, incluindo a identificação de factores de tarificação relevantes, para a segmentação dos riscos. Entre estes, destaca-se a revisão do estudo tarifário do Seguro CA Automóvel, que nos permitiu rever alguns factores tarifários desta nova tarifa, com o objectivo de adequar melhor os prémios aos riscos. Em Julho de 2021, foi lançada a nova tarifa de Acidentes de Trabalho, para seguros novos, que continuamos a acompanhar de forma contínua. Ainda ao nível de Acidentes de Trabalho, foram implementadas melhorias no modelo de renovação da carteira, com o objectivo de evitar a existência de segmentos de contratos onerosos, o que teria fortes implicações no contexto da norma IFRS 17, que entrará em vigor em 2023.

Ao nível do provisionamento dos sinistros, melhorámos as metodologias de forma a projectar cada vez melhor a estimativa de pagamento dos mesmos, bem como a sua volatilidade. Para as responsabilidades de longa duração (provisões matemáticas e assistências vitalícias), alterámos a taxa de actualização das nossas responsabilidades de 1,25% para 1%, aproximando esta taxa de actualização às taxas de juro sem risco do mercado. Associada a esta situação, e no âmbito da melhor estimativa, procedemos à alteração da tábua de mortalidade TV 88/90 para uma tábua mais recente, reflectindo melhor a esperança de vida da população portuguesa, passando a ser aplicada a tábua INE 18/20 mista.

Programa anual de resseguro

A Companhia revê anualmente o seu programa de resseguro cedido, definindo a combinação adequada de tratados proporcionais e não proporcionais, com o objectivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração. Anualmente, são definidos os níveis de retenção adequados, para cada tipo de risco.

No programa anual de resseguro, considerando a maior incerteza associada às alterações climáticas, mantivemos a nossa retenção de risco nos casos de eventos climatéricos extremos, incluindo tempestades, inundações, incêndios florestais entre outros, reduzindo a volatilidade dos nossos resultados económicos, face a estes tipos de eventos.

O programa de resseguro de 2021, foi constituído pelos seguintes tratados:

Produtos	Cobertura de Resseguro - Tratados por Linha Produto	
Acidentes de Trabalho	Tratado não proporcional (Workers Compensation)	CLASH XL
Acidentes Pessoais	Tratado não proporcional (Personal Accidents)	CLASH XL
Automóveis RC	Tratado não proporcional (Motor and GTPL)	
Automóveis outras coberturas	Tratado não proporcional (Motor and GTPL) FN	CAT XL Sublayer XL
Habitação e Multiriscos	Excedente de Capitais (Surplus)	CAT XL Sublayer XL
Engenharia (diversos)	Engenharia Excedente (Engineering - surplus)	CAT XL Sublayer XL
Agrícola	Quota - Parte (QS) (Agricole various crops and UNAC)	Stop Loss (SL)

A gestão eficaz do risco de crédito no resseguro passa essencialmente pela selecção de resseguradoras com boa qualidade creditícia, e na promoção de relações comerciais e contratuais



duradouras. Esta política tem sido utilizada pela Companhia desde o início da sua actividade, e terá continuidade no futuro.

As resseguradoras incluídas no programa de resseguro da Companhia em 2021, e os respectivos *ratings* Standard & Poors, são as seguintes: Munich Re (A+), Swiss Re (A+), Scor Re (A+), R+V Re (A+), Partner Re (A+), QBE Re (A+) e Mapfre Re (A), havendo ainda a salientar mais um ano da excelente colaboração com o corretor de resseguro AMWINS - Global Risks.

Como política adicional de diversificação do risco de crédito, é promovida a participação diversificada de resseguradoras nos tratados de resseguro proporcionais e não proporcionais, para que nenhuma tenha uma participação superior a 35%, no mesmo tratado.

Certificação actuarial

Em 2021, foi emitido o relatório de certificação actuarial elaborado nos termos e para os efeitos estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 5/2016-R, de 12 de Maio, da ASF, pela E&Y Portugal.

Esta certificação inclui a validação da informação de abertura e o cálculo das provisões técnicas, dos montantes de recuperáveis de resseguro, dos módulos de riscos específicos de seguros e do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas, no âmbito da fórmula padrão de cálculo do requisito de capital de solvência definido em Solvência II. Ficou evidenciada a adequação do cálculo das provisões técnicas e dos montantes de recuperáveis.

B.7 Subcontratação

A Política de Subcontratação integra já os princípios consagrados no âmbito do Regime Jurídico Actividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), e está em curso de aplicação a nível da actividade de selecção, qualificação e avaliação de fornecedores de bens e serviços.

As funções-chave: Gestão de Risco, Auditoria, Actuariado e *Compliance* não são subcontratadas pela Companhia. A subcontratação incide num conjunto de serviços, de empresas exteriores nomeadamente, a gestão de investimentos, a gestão do arquivo-documentos, o atendimento a Clientes, o *call center*, a assistência a Clientes, a assistência ao lar, em viagem, os serviços de peritagens, averiguações e *rent-a-cars*, a rede clínica, a gestão da infra-estrutura e telecomunicações, desenvolvimento de aplicações de gestão de informação e o Actuário Responsável. Todos os serviços actualmente subcontratados, têm um responsável interno na CA Seguros, do ponto vista quer da gestão contratual, quer do nível do serviço prestado.



Subcontratação	Entidade Subcontratada	Responsável Interno Subcontratação
Actuário Responsável	E.Y.	Gabinete Actuariado
Atendimento de Clientes - <i>call center</i>	R.N.A.	Área de Sinistros
Assistência a Clientes - assistência lar, assistência em viagem, e outras	R.N.A.	Área de Sinistros
Desenvolvimento Aplicações de Gestão de Informação	Diversas	Área de Sistemas de Informação
Gestão de Arquivo de Documentos	E.A.D.	Área de Logística e Serviços
Gestão de Carteira de Investimentos	CA Gest	Área Financeira
Gestão de Infraestruturas Sistemas Informação e Telecomunicações	CA Serviços	Área de Sistemas de Informação
Serviços Especializados - Rede Clínicas, Averiguadores, Peritos, <i>Rent-a-Cars</i>	Diversas	Área de Sinistros

B.8 Eventuais informações adicionais

O ano de 2021 ficou ainda marcado pelo impacto da pandemia Covid-19, e pela necessidade de implementar medidas que assegurassem a continuidade do negócio e das operações, com elevados níveis de qualidade, e a segurança dos nossos Colaboradores, que estiveram em diversos períodos em regime de teletrabalho.

Pese embora os constrangimentos advindos dos estados de emergência e calamidade, o contínuo investimento em sistemas e ferramentas permitiu à Companhia o acompanhamento dos clientes e lesados, bem como a agilidade e eficiência na regularização dos processos de sinistro, mantendo o permanente sentido de qualidade de serviço.

No âmbito da gestão do risco, prosseguimos as acções de formação, designadamente sobre a fraude, as quais promovem a integração da avaliação de riscos em todas as decisões, agora dificultadas pela situação de pandemia, consolidando o sistema de Gestão de Risco da CA Seguros e o desenvolvimento do Controlo Interno.

Contrariamente ao que se tem vindo a verificar nos últimos anos, o ano de 2021 não ficou marcado pela ocorrência de fenómenos meteorológicos de relevo, com impacto na sinistralidade dos produtos e coberturas que normalmente são afectados por este tipo de eventos.



C. Perfil de risco



C. Perfil de risco

O regime Solvência II, cujos objectivos principais são, o reforço da protecção do consumidor, estruturação a partir da perspectiva de risco e o desenvolvimento do mercado europeu de seguros, completou o seu sexto ano de vigência, através da implementação do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Actividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), incluso na Lei n.º 147/2015 de 9 Setembro, que transpõe para a legislação nacional, as duas directivas de Solvência II.

Neste contexto as seguradoras devem promover a existência de um sistema de gestão de risco e um sistema de controlo interno, adequado à dimensão da carteira e aos tipos de riscos que a Companhia subscreve.

Assim, a Companhia tem vindo a implementar as seguintes iniciativas no domínio da gestão de risco e do controlo interno:

- Identificar, avaliar, quantificar (quando aplicável) monitorizar e reportar os riscos inerentes à área de negócios ou funções, de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos e as políticas da Companhia, Ciclo de Gestão de Risco;
- Identificar e registar todas as não conformidades/eventos de risco operacional, detectadas ou potenciais, e promover a adaptação dos processos e dos controlos, com vista à redução da probabilidade de que voltem a ocorrer;
- Reportar os temas relacionados com gestão de risco e controlo interno, nomeadamente novos riscos e riscos emergentes em virtude da alteração do modelo de negócio;
- Implementar as políticas, normas, regulamentos e procedimentos definidos pelo Gabinete de Gestão de Risco e pelo Gabinete de Organização e *Compliance*, nomeadamente:
 - Alinhar o negócio com os processos de gestão de risco e controlo interno (incluindo a tolerância ao risco definida pela Companhia);
 - Cumprir com os requisitos regulamentares em vigor;
 - Cooperar com as actividades de auditoria, através da disponibilização dos elementos necessários para realização das auditorias internas e externas e colaborar na implementação das recomendações de melhoria realizadas pelo Gabinete de Auditoria.
- Envolvimento de todos no sistema de gestão de riscos, Conselho de Administração Executivo, Directores (*owners* dos processos), Coordenadores (*owners* operacionais) e colaboradores.

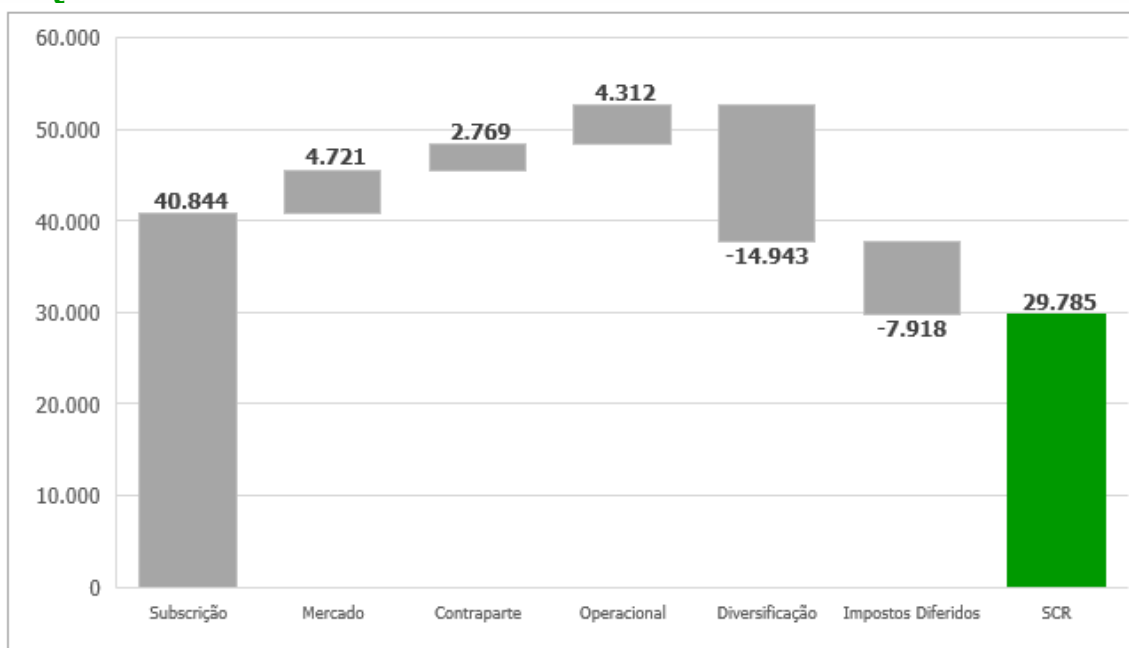
No contexto do Grupo Crédito Agrícola, estabelecemos uma articulação com o Gabinete de Comunicação e Relações Institucionais e o Gabinete de Organização e Processos da Caixa Central, para articulação da comunicação, no âmbito da gestão da continuidade do negócio e do risco reputacional.



C.1 Requisito de capital de solvência

O cálculo do SCR da Companhia em 31 de Dezembro de 2021, conduziu ao seguinte resultado:

REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA 2021



Unidade: milhares de euros

C.2 Risco específico de seguros

O risco específico de seguros consiste no risco de perda, ou de evolução desfavorável do valor dos elementos do passivo, decorrentes da actividade seguradora devido à utilização de pressupostos inadequados, na fixação de preços e no provisionamento.

Procedemos à avaliação regular dos riscos específicos de seguros, incluindo a avaliação da adequação de tarifas, e a suficiência das provisões técnicas e outras, com recurso às melhores práticas actuariais, incluindo a implementação de modelos estocásticos no estudo do provisionamento de sinistros.

Durante o ano de 2021, foi emitido o relatório de certificação actuarial elaborado nos termos e para os efeitos estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 5/2016-R, de 12 de Maio, da ASF, pela E&Y. Nesta certificação, ficou evidenciada a adequação do cálculo das provisões técnicas e dos montantes de recuperáveis.



O requisito de capital de solvência, decorrente dos riscos específicos de seguros, calculado com utilização da fórmula *standard*, sem qualquer medida de transição, é o seguinte:

Requisitos de Capital	QRT		Variação Absoluta	Var. %
	31.12.2020	31.12.2021		
Risco de Subscrição	24.734	25.704	971	3,9%
Prémios e Reservas	20.198	21.283	1.085	5,4%
Descontinuidade (Lapse)	111	53	-58	-51,9%
Catastrófico (CAT)	10.093	10.044	-49	-0,5%
Poupança p Diversificação	-5.668	-5.676	-8	0,1%
Risco Saúde	15.135	15.139	5	0,0%
Saúde similar a Vida	4.378	3.690	-688	-15,7%
Longevidade	3.116	2.581	-535	-17,2%
Despesas	384	367	-17	-4,3%
Revisão	2.136	1.823	-313	-14,7%
Descontinuidade (Lapse)	-	-	-	-
Poupança p Diversificação	-1.258	-1.081	177	-14,1%
Saúde Não similar a Vida	10.562	11.173	611	5,8%
Prémios e Reservas	10.562	11.173	611	5,8%
Descontinuidade(Lapse)	34	15	-18	-54,7%
Poupança por Diversificação	-34	-15	18	-54,7%
Catastrófico (CAT)	4.393	4.242	-150	-3,4%
Subrisco Acidente em Massa	400	1.000	600	150,0%
Subrisco Concentração	4.374	4.123	-252	-5,7%
Subrisco Pandémico	-	-	-	-
Poupança p Diversificação	-382	-880	-499	130,6%
Poupança por Diversificação	-4.198	-3.966	232	-5,5%

Unidade: milhares de euros

A evolução do Risco de Subscrição de +3,9%, seguiu a evolução da actividade e a evolução do aumento da taxa de juro sem risco a 31 Dezembro 2021.

A evolução do Risco Saúde é função dos mesmos fenómenos ao que acresce a redução do risco catastrófico derivado da redução do risco de concentração, por via do confinamento obrigatório, o que reduziu de forma significativa este risco.

C.3 Risco de mercado

Os riscos de mercado decorrem da incerteza associada às variações do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros que influenciam o valor dos elementos do activo e do passivo de uma empresa de seguros.

A gestão dos activos financeiros é executada de acordo com os princípios claramente definidos, evitando a especulação de curto prazo e privilegiando uma estratégia de *buy-and-hold* tendencialmente conservadora, que assegura uma exposição mitigada ao risco de mercado, na sua componente de flutuação de valores dos activos financeiros.

A gestão da carteira de investimentos é realizada pela CA Seguros, de acordo com o princípio do gestor prudente.



O requisito de capital de solvência, que deriva do risco de mercado, é o seguinte:

Activos	2021					
	Balanco		Risco			
	contabilístico	económico	Tx. Juro	Accionista	Imobiliário	Spread
Partes de capital (emp. Part.)	240	2.485	-	2.485	-	-
Títulos Dívida Pública	179.781	179.781	179.781	-	-	-
Títulos Dívida <i>Corporate</i>	26.804	26.804	26.804	-	-	26.804
Unidades Part.F.Investimento	13.351	13.351	8.220	720	4.411	8.220
Activos Tangíveis	1.933	1.933	-	-	1.933	-
Total	222.110	224.355	214.806	3.205	6.344	35.025

Unidade: milhares de euros

Activos	2020					
	Balanco		Risco			
	contabilístico	económico	Tx. Juro	Accionista	Imobiliário	Spread
Partes de capital (emp. Part.)	240	1.845	-	1.845	-	-
Títulos Dívida Pública	152.137	152.137	152.137	-	-	-
Títulos Dívida <i>Corporate</i>	34.143	34.143	34.143	-	-	34.143
Unidades part.F.Investimento	13.528	13.528	12.086	1.442	-	-
Activos tangíveis	2.591	2.591	-	-	2.591	-
Total	202.639	204.244	198.366	3.287	2.591	34.143

Unidade: milhares de euros

Os activos que contribuem para o risco de mercado, no balanço económico de Solvência II, totalizam 204.244 mil euros em 2020 e 224.355 mil euros em 2021.

RISCO DE MERCADO

Requisitos de Capital	QRT		Variação absoluta	Var.%
	31.12.2020	31.12.2021		
Risco de Mercado	5.083	4.721	-362	-7%
Risco Taxa de Juro	1.213	1.709	495	41%
Risco Accionista	1.112	899	-213	-19%
Risco Imobiliário	1.776	1.586	-190	-11%
Risco de <i>Spread</i>	2.022	1.557	-465	-23%
Risco de Concentração	-	-	-	-
Poupança por diversificação	-1.041	-1.030	10	-1%

Unidade: milhares de euros

C.3.1 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro deriva do facto de flutuações nas taxas de juro de mercado se reflectirem numa evolução dos valores desses activos, no sentido inverso. Quando as taxas de juro sobem, o valor dos activos com entradas de caixa fixas, reduz-se e vice-versa. O risco de taxa de juro é tanto mais elevado quanto maior o prazo durante o qual as entradas de caixa estão fixadas, o que significa que este é mais pronunciado em activos como as obrigações a taxa fixa, em que todas as entradas de caixa já estão fixadas até à maturidade, data de reembolso, a qual pode ser daqui a 5, 10, ou mesmo 30 anos.



A exposição ao risco de taxa de juro existente em 31 de Dezembro de 2021 poderia ainda ser reduzida, reduzindo o montante de obrigações de taxa fixa, ou reduzindo a sua *duration* média.

Enquanto as flutuações no valor de mercado das obrigações a taxa fixa classificadas como activos disponíveis para venda são reflectidas directamente nos capitais próprios, as flutuações ao nível dos passivos (por exemplo, as provisões matemáticas de acidentes de trabalho) afectam directamente os resultados do exercício. A estes factos, acresce que o actual referencial contabilístico não permite a actualização das restantes provisões técnicas, incluindo as provisões para sinistros do ramo automóvel, cujas saídas de caixa esperadas se distribuem para além de 2021.

O risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2021 implica um requisito de capital de solvência de 1.709 milhões de euros, mais 41% que a 31 de Dezembro de 2020 no valor de 1.213 milhões de euros.

C.3.2 Risco accionista

O risco accionista reflecte as variações resultantes do nível de preços de mercado das acções. Na CA Seguros corresponde à entidade participada R.N.A. e a depósitos à ordem das participações em fundos mobiliários, o que resulta num requisito de capital de solvência de 899 mil de euros, -19% do que em igual data de 2020, 31 de Dezembro (era de 1.112 mil euros), dado a evolução do valor das participações em fundos mobiliários.

C.3.3 Risco de *spread*

O risco de *spread* de crédito descreve a sensibilidade dos valores dos activos e passivos em resultado das alterações do nível ou da volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo das curvas de rendimentos (*yields*) de taxas de juro isentas de risco. Os movimentos dos *spreads* de crédito são influenciados pela probabilidade esperada de incumprimento, perda esperada nos casos de incumprimentos dos emitentes, incerteza dos valores de probabilidade e perda em caso de incumprimento, bem como incumprimentos actuais dos emitentes.

A avaliação dos activos sujeitos a risco de *spread* no balanço económico, foi efectuada tendo por base a sensibilidade do valor dos elementos do activo e dos instrumentos financeiros a alterações no nível e volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da estrutura temporal das taxas de juro sem risco.

Para todos os investimentos financeiros foi atribuído um *rating* tendo por base as agências de *rating* internacionais. A duração modificada foi calculada para toda a carteira de investimentos com base nos *cash-flows* actualizados, na *yield-to-maturity* e na *Macaulay duration*.

O requisito de capital de solvência do risco de *spread* ascende a 1.557 mil euros, menos 23% que a 31 de Dezembro de 2020 no valor de 2.022 mil euros, dado a evolução da estrutura da carteira de investimentos.



C.3.4 Risco de concentração

A avaliação dos activos sujeitos ao risco de concentração tem como objectivo validar a diversificação da carteira de activos, reduzindo a exposição ao risco de incumprimento por parte de um único emitente de valores mobiliários ou de um grupo de emittentes coligados. Para todos os investimentos financeiros, está atribuído um *rating* pelas agências de notação de risco internacionais.

O requisito de capital de solvência para o risco de concentração é calculado com base nas exposições individuais. Para o efeito, as exposições sobre empresas que pertencem ao mesmo grupo são equiparadas a uma exposição individual. A exposição ao risco de incumprimento de uma contraparte corresponde à soma das exposições dessa contraparte. A exposição ao risco de incumprimento de uma exposição individual corresponde à soma das exposições ao risco de incumprimento de todas as contrapartes que pertencem à exposição individual.

Devido à diversificação de activos assegurada pela Companhia, o risco de concentração não resulta em qualquer requisito de capital de solvência, situação que já se verifica desde 2018.

C.3.5 Risco cambial

A CA Seguros não apresenta à data de referência, i.e. 31 de Dezembro de 2021 qualquer valor de risco cambial, por só existirem activos e passivos titulados em euros.

C.4 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de incumprimento, *default* ou de alteração na qualidade creditícia (*rating*) dos emittentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros está exposta, bem como dos devedores, prestadores, mediadores, tomadores de seguro e resseguradoras que com ela se relacionam.

O risco de crédito na CA Seguros manifesta-se via contratos de resseguro, devido à possibilidade de incumprimento por parte das resseguradoras relativamente a verbas recuperáveis de sinistros ocorridos. Considerando o pressuposto da continuidade das relações contratuais com resseguradoras, as verbas recuperáveis de sinistros de massa são dedutíveis aos valores de prémios a pagar às resseguradoras, pelo que o risco de crédito é muito reduzido ao nível dessas situações. As situações de risco de crédito, com um impacto potencial significativo na Companhia, só se poderão colocar nos casos de: (i) sinistros de elevada gravidade, (ii) eventos catastróficos ou (iii) sinistros com demorada regularização.

A gestão eficaz do risco de crédito no resseguro passa essencialmente pela selecção de resseguradoras com boa qualidade creditícia, e na promoção de relações comerciais e contratuais duradouras, e dispersão do risco por uma *pool* de quatro ou mais resseguradores. Esta política tem sido utilizada pela Companhia desde o início da sua actividade, e terá continuidade no futuro. As resseguradoras incluídas no programa de resseguro da CA Seguros em 2021, e os respectivos *ratings* Standard & Poors, são os seguintes: Munich Re (A+), Swiss Re (A+), Partner Re (A+), Mapfre RE (A+), QBE Re (A+), R+V Re (A+).



Como política adicional de diversificação do risco de crédito, é promovida a participação diversificada de resseguradoras nos tratados de resseguro proporcionais e não proporcionais, para que nenhuma tenha uma participação superior a 40%, no mesmo tratado.

A CA Seguros considerou para o cálculo de requisito de capital de solvência todas as exposições sujeitas a risco de incumprimento pela contraparte e efectua a reconciliação dos passivos sujeitos ao risco de contraparte e o balanço económico, a qual reflecte as perdas resultantes do incumprimento inesperado ou da deterioração na qualidade de crédito das contrapartes e devedores, relativamente a contratos de mitigação de riscos, tais como resseguro e os valores a receber de intermediários bem como todas as outras posições decorrentes de créditos não abrangidos pelo risco de *spread* do módulo de risco de mercado.

Os activos que contribuem para o Risco de Contraparte estão indicados no balanço de Solvência II, no montante global de 25.965 mil euros em 2020 e 30.347 mil euros em 2021:

ACTIVOS QUE CONTRIBUEM PARA RISCO DE CONTRAPARTE

Activos	2020		2021	
	Balanço Contabilístico	Balanço Económico	Balanço Contabilístico	Balanço Económico
Não Vida e Saúde similar a Não Vida	18.403	11.370	22.021	15.599
Outros devedores e credores	1.677	1.677	2.439	2.439
Caixa e Equivalentes	14.595	14.595	8.326	8.326
Total	34.675	27.642	32.787	26.364

Unidade: milhares de euros

As exposições ao risco de incumprimento da contraparte são classificadas de acordo com as suas características, podendo ser denominadas de Tipo I ou de Tipo II.

As exposições de Tipo I são compostas por activos não considerados nos submódulo do risco de mercado, contrapartes em instrumentos financeiros derivados, contratos de resseguro, responsabilidades com resseguro (montante de recuperáveis de resseguro, se positivos) e depósitos à ordem, incluindo o valor das operações a liquidar pela compra de activos. As do Tipo II, são compostas por activos que não são de Tipo I nem são considerados no risco de mercado, tais como empréstimos sobre apólices, empréstimos hipotecários e valores a receber de intermediários ou de tomadores de seguro.

O requisito de capital de solvência, por via do risco de contraparte, é o seguinte:

RISCO DE CONTRAPARTE

Requisitos de Capital	QRT		Variação absoluta	Var. %
	31.12.2020	31.12.2021		
Risco de Contraparte (Default)	4.100	2.769	-1.331	-32%
Exposições Tipo I	3.142	1.355	-1.787	-57%
Exposições Tipo II	1.178	1.604	426	36%
Poupança por diversificação	-220	-190	30	-14%

Unidade: milhares de euros

C.5 Risco de liquidez

A exposição da CA Seguros ao risco de liquidez é limitada porque a Companhia controla o ritmo de saída dos fluxos de caixa, pagamento de indemnizações e despesas de sinistros, e a totalidade da



carteira de activos financeiros é convertível em liquidez, obrigações transaccionadas em mercados regulamentados e unidades de participação em fundos de investimento.

O quadro seguinte discrimina os valores de balanço dos activos e passivos financeiros, em 31 de Dezembro de 2021, sujeitos e não sujeitos ao risco de taxa de juro. Para os activos financeiros sujeitos ao risco de taxa de juro, são indicadas as respectivas datas de maturidade:

RISCO DE LIQUIDEZ

2021	Sujeito a risco de taxa de juro / Datas de maturidade					Sujeito a risco tx juro	Não sujeito a risco tx juro	Total
	até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 8 anos	Mais 8 anos			
Activos financeiros								
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	240	240
Activos disponíveis para venda	39.084	22.822	26.193	43.113	75.375	206.585	13.351	219.937
Passivos financeiros								
Passivo subordinado	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo por locação	-	-	-	-	-	-	226	226
Exposição líquida	39.084	22.822	26.193	43.113	75.375	206.585	13.365	219.951

Unidade: milhares de euros

2020	Sujeito a risco de taxa de juro / Datas de maturidade					Sujeito a risco tx juro	Não sujeito a risco tx juro	Total
	até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 8 anos	Mais 8 anos			
Activos financeiros								
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	240	240
Activos disponíveis para venda	41.721	46.534	30.597	67.428	-	186.280	13.528	199.808
Passivos financeiros								
Passivo subordinado	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo por locação	-	-	-	-	-	-	1.125	1.125
Exposição líquida	41.721	46.534	30.597	67.428	-	186.280	12.643	198.923

Unidade: milhares de euros

A CA Seguros calcula o montante dos ganhos esperados, incluídos nos prémios futuros como a diferença entre as provisões técnicas sem uma margem de risco calculada em conformidade com o disposto no artigo 77º da Directiva 2009/138/CE e um cálculo das provisões técnicas sem margem de risco no pressuposto de que os prémios referentes aos contratos de seguro e de resseguro existentes, que devam ser recebidos no futuro, não são recebidos por qualquer outra razão que não a ocorrência dos eventos segurados, independentemente dos direitos legais ou contratuais do tomador do seguro de cessar a apólice.

C.6 Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

O risco operacional está em todas as funções, em todos os processos, em todas as actividades, no dia-a-dia, pelo que muitas vezes se apresenta como o mais importante de todos os riscos.

Um aspecto fulcral relativamente ao risco operacional é a existência de controlos eficazes, que permitam detectar, corrigir e evitar situações de não conformidade com as políticas e procedimentos definidos.



A CA Seguros deve identificar os riscos de maior prioridade, para tratamento imediato. A gestão do risco operacional obriga a que o foco incida prioritariamente sobre o conjunto dos riscos mais sérios.

Os *process owners*, responsáveis pelos processos operacionais e de suporte, têm atribuídas as seguintes responsabilidades:

- Promoção activa da importância de os seus processos irem ao encontro dos requisitos do Cliente, interno e externo, nomeadamente provendo as acções em vista do aumento da satisfação do Cliente;
- Assegurar a promoção da consciencialização dos seus Colaboradores e o desenvolvimento das competências adequadas ao atingir os objectivos de qualidade;
- Planear e atribuir responsabilidades pelas acções definidas nas alíneas anteriores, garantir a sua execução e controlo e ter um papel activo na concretização daquelas que dependam do contributo de outros processos, unidades orgânicas e parcerias externas;
- Garantir o cumprimento dos requisitos legislativos, regulamentares e normativos, bem como a adequada actualização destes últimos;
- Promover, gerir e controlar as acções que consubstanciam a política de qualidade nos processos sobre sua gestão, bem como equacionar a sua revisão, melhoria e adequação em ordem à eficácia do sistema de gestão da qualidade;
- Garantir o estabelecimento de objectivos mensuráveis e consistentes, adequados aos objectivos de qualidade da Companhia nas funções e níveis relevantes dos processos sobre sua gestão, nomeadamente nos requisitos dos produtos (*outputs*) dos seus processos; documentar o exercício das suas responsabilidades. Compete ainda aos *process owners* implementar as políticas, normas, regulamentos e procedimentos definidos pelo Gabinete de Gestão de Risco e pelo Gabinete de Organização e *Compliance*, entre outros.

A CA Seguros tem vindo a reforçar a aplicação do enquadramento legal previsto à estrutura da Companhia, regime Solvência II, com o intuito de implementar um Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno, que seja adequado ao nível de risco que a Companhia está submetida.

Os riscos foram avaliados e classificados numa matriz de risco, consoante a frequência e a severidade dos mesmos. Os controlos identificados são posteriormente testados, com o intuito de verificar se estão bem desenhados e se são eficazes na mitigação desses riscos. Este levantamento e avaliação conta com a participação dos Responsáveis, Coordenadores das Áreas envolvidas, o Gabinetes de Gestão de Risco, Organização e *Compliance* e de Auditoria Interna. Os Colaboradores de cada área ou gabinete são sempre envolvidos.

Os eventos de risco foram objecto de registo e tratamento numa aplicação de apoio. Existem conceitos semelhantes e complementares, no domínio dos processos, da melhoria contínua e suas não conformidades (Qualidade) com alguns dos conceitos de processos, risco operacional, eventos e controlos, Solvência II, e objectiva-se evoluir para a integração na gestão, controlo e operação daquelas vertentes em subordinação aos dois frameworks Solvência II e Qualidade.

O requisito de capital de solvência decorrente do risco operacional, a 31 de Dezembro 2020 era de 4.110 mil euros, e agora em 31 de Dezembro de 2021 é de 4.312 mil euros ou seja +5%, o que



está relacionado com o crescimento com o volume de prémios ter aumentado +5% (de 137 para 144 milhões de euros):

RISCO OPERACIONAL

Requisitos de Capital	QRT		Variação Absoluta	Var. %
	31.12.2020	31.12.2021		
Risco Operacional	4.110	4.312	202	5%

Unidade: milhares de euros

C.7 Outros riscos materiais

Não foram identificados quaisquer outros riscos materialmente relevantes, no âmbito deste exercício para além dos anteriormente referidos.

C.8 Eventuais informações adicionais

No cálculo do requisito de capital de solvência - SCR, com referência à data de 31 de Dezembro de 2021, a CA Seguros considerou 100% do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos LAC-DT.

Para a utilização dos 100% de capacidade de absorção dos impostos diferidos, foi realizado um estudo, tendo por base o Plano de Negócios 2021/2026 da CA Seguros, onde se demonstrou a existência de lucros tributáveis futuros, que permite validar a recuperação de uma perda potencial dentro do prazo fiscalmente aceite. Este procedimento está documentado e validado com base em especificações técnicas.

Os quadros seguintes apresentam, uma análise de sensibilidade do impacto do ajustamento, para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos LAC-DT, no SCR e no rácio de Solvência II:

POUPANÇA POR IMPOSTOS DIFERIDOS

2021	POUPANÇA POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
	100%	75%	50%	25%	0%
Fundos Próprios elegíveis para SCR	49.579	49.579	49.579	49.579	49.579
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	29.785	31.766	33.747	35.728	37.709
Excesso Capital	19.794	17.813	15.832	13.851	11.870
Rácio de Solvência II	166%	156%	147%	139%	131%

Unidade: milhares de euros

2020	POUPANÇA POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
	100%	75%	50%	25%	0%
Fundos Próprios elegíveis para SCR	44.980	44.980	44.980	44.980	44.980
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	29.776	31.755	33.733	35.712	37.691
Excesso Capital	15.204	13.225	11.247	9.268	7.289
Rácio de Solvência II	151%	142%	133%	126%	119%

Unidade: milhares de euros



É de salientar que no cálculo do *Solvency Capital Requirement* (SCR), a CA Seguros não recorreu à aplicação de qualquer tipo de medidas transitórias, pelo que assegura desde do início do regime Solvência II o *full compliance* com as regras vigentes no âmbito do Pilar 1 - Requisitos Quantitativos.

Apesar de se ter encontrado em regime de teletrabalho, a Companhia assegurou mais uma vez o cumprimento total dos prazos legais e datas limite impostas por lei, na gestão e regularização dos sinistros automóvel, registando zero incumprimentos.

Continuamos a verificar um número residual de reclamações, mantendo-se a tendência de estabilização, relativamente ao número global dos sinistros participados.

Metodologia para a quantificação de risco e capital

Para obter a posição de solvência, a CA Seguros projectou os seus fundos próprios e requisitos de capital de solvência com base em determinados pressupostos e metodologias.

Fundos próprios

A metodologia para a obtenção dos fundos próprios baseia-se em duas fases complementares:

- Construção do balanço IFRS projectado;
- Construção do balanço *Market Consistent Balance Sheet* (MCBS) projectado.

Construção do balanço IFRS e MCBS projectado

O balanço IFRS projectado tem por base o Plano de Negócios 2021/2026, havendo uma correspondência directa entre ambos.

O MCBS projectado constitui o cerne do exercício do ORSA e tem por base o balanço IFRS projectado para os anos N+1 a N+4 e o balanço real da Companhia (IFRS e MCBS) relativos à situação patrimonial de 30 de Setembro do ano N.

A conversão do balanço em IFRS projectado para MCBS é feita através de *drivers*, ou seja, um factor de conversão que transforma um conceito de IFRS em MCBS determinado pela comparação entre reporte nas Demonstrações Financeiras e o reporte de Solvência II oficiais em determinado ponto de partida.

Na construção do balanço MCBS, para os períodos projectados aplica-se o ajuste descrito acima para a situação de 30 de Setembro do ano N bem como aos períodos projectados. A metodologia descrita acima diz respeito ao activo e passivo da CA Seguros. Para o capital próprio em MCBS é considerado o capital próprio em IFRS mais a reserva de reconciliação (onde são considerados os ajustamentos realizados na construção do balanço MCBS).

Requisito de capital de solvência

A metodologia de cálculo dos requisitos de capital de solvência aplicada a cada risco corresponde à fórmula simplificada, exposta nas especificações técnicas, para o risco de subscrição de doença semelhante às técnicas de Vida e à fórmula padrão para os restantes riscos. Esta metodologia tem por base o cálculo do risco a 30 de Setembro do ano N e a projecção é feita com base em *risk*



drivers que correspondem a variáveis do balanço MCBS. As únicas excepções correspondem aos riscos accionista e imobiliário em que são aplicados os choques definidos na fórmula padrão directamente às rubricas de orçamento afectas a cada risco e em cada ano.

Para os sub-riscos de mercado, a Companhia utilizou a aplicação de choques directamente a rubricas de orçamento para os riscos accionista e imobiliário:

- Risco accionista: choque ao montante orçamentado de acções e fundos de investimento;
- Risco imobiliário: choque ao montante orçamentado de investimento em propriedades.

No cálculo dos riscos de taxa de juro, *spread* e concentração a 30 Setembro do ano N, a projecção dos *inputs* é realizada com base em *risk drivers* procedendo-se de seguida ao cálculo do SCR em cada ano de acordo com a fórmula padrão:

- Risco de taxa de juro: os *cash-flows* de activo e passivo são projectados com base na variação das obrigações e depósitos a prazo para activo e na variação das provisões técnicas para passivo; a curva de taxa de juro a 30 Setembro do ano N disponibilizada pela EIOPA;
- Risco de *spread*: a carteira de obrigações é projectada tendo em conta a evolução das obrigações corporativas definida no balanço. O requisito de capital do risco de spread associado a derivados de crédito é projectado com base nos estruturados definidos em balanço;
- Risco de concentração e Risco incumprimento de contraparte: a carteira sujeita a este risco é projectada de acordo com a variação do tipo de investimento da contraparte, ou seja, em consonância com a evolução das obrigações corporativas, das acções, dos depósitos a prazo e dos fundos de investimento definida em balanço; para o risco de incumprimento da contraparte, são utilizadas as variações dos depósitos à ordem e dos recuperáveis de resseguro em balanço como forma de projectar os activos sujeitos a este risco;
- Risco de subscrição: para os sub-riscos de subscrição, a CA Seguros recorreu à variação dos prémios e das provisões técnicas no orçamento plurianual.

Informações qualitativas e quantitativas

A CA Seguros não possui quaisquer posições extrapatrimoniais à data de fecho do Exercício de 2021.

A Gestão da Carteira de Investimentos Financeiros é na CA Seguros realizada de acordo com os princípios do Gestor Prudente, no sentido em que em primeiro lugar a sua gestão se apoia em associada, especializada na Gestão de Carteira de Investimentos - CA Gest, e na CA Seguros Área Financeira as opções de investimentos centram-se em títulos cujos riscos se possam identificar, mensurar, monitorizar, gerir, controlar e comunicar. A localização dos activos é de molde a assegurar a sua disponibilidade e os activos representativos de Provisões Técnicas são investidos de forma adequada à natureza e duração das responsabilidades de seguros que representam.



Processos de monitorização da eficácia

Existem vários aspectos da gestão da Companhia que se focam na preocupação com a mitigação do risco e a monitorização da eficácia contínua dessas técnicas, nomeadamente:

- Estudos levados a cabo pelo Gabinete de Actuariado, sobre as tarifas adequadas ao risco suportado, pelas apólices subscritas, nomeadamente nos produtos automóvel e acidentes de trabalho;
- Estudos realizados pelo Gabinete de Actuariado sobre sinistros graves;
- *Key Risk Indicators* (KRI) mensais sobre vários aspectos sobre o risco de concentração, não só ao nível da Subscrição, mas também ao nível dos activos financeiros;
- Transferência de parte de risco através de um programa anual de resseguro bem robusto por congregar resseguradoras de *rating* igual ou superior a A+, nomeadamente Acidentes de Trabalho (Excesso de Perdas XL), Acidentes Pessoais (Excesso de Perdas XL), Automóvel e RC Geral (Excesso de Perdas), Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais (Excesso de Perdas (CLASH XL), Engenharia (Excesso de Capitais - *Surplus*) Patrimoniais (Excesso de Capitais - *Surplus* e Excesso de Perdas CAT XL), Automóvel - Danos Próprios (Excesso de Perdas CAT XL), Patrimoniais e Engenharia e Automóvel (Excesso de Perdas - Sublayer CAT XL), Agrícola *Various Crops and UNAC* (Quota-parte QS).



D. Avaliação para efeitos de solvência



D. Avaliação para efeitos de solvência

Este capítulo contém informações sobre a avaliação das principais rubricas de balanço, identificando as rubricas mais relevantes, os métodos e os principais pressupostos utilizados para avaliação económica dos mesmos:

ACTIVO

Activo	2020			2021		
	Balanço Contabilístico	Reavaliações	Balanço Económico	Balanço Contabilístico	Reavaliações	Balanço Económico
Gastos de aquisição diferidos	7.517	-7.517	-	8.024	-8.024	-
Activos intangíveis	3.481	-3.481	-	3.655	-3.655	-
Activos por impostos diferidos	0	7.096	7.096	36	5.702	5.702
Excedente benefício pensões	101	-	101	95	-	95
Imobilizado p/uso próprio	2.591	-	2.591	1.933	-	1.933
Investimentos	200.048	1.605	201.653	220.177	2.245	222.422
Interesses em empresas relac. incl. participações	240	1.605	1.845	240	2.245	2.485
Obrigações	186.280	-	186.280	206.585	-	206.585
Obrigações de dívida pública e outros fundos públicos	152.137	-	152.137	179.781	-	179.781
Obrigações de empresas	34.143	-	34.143	26.804	-	26.804
Fundos de Investimento	13.528	-	13.528	13.351	-	13.351
Recuperáveis de resseguro	18.403	-7.033	11.370	22.021	-6.423	15.598
Não Vida e Acidentes e Doença	18.403	-7.033	11.370	22.021	-6.423	15.598
Não Vida	18.403	-7.033	11.370	22.021	-6.423	15.598
Acidentes e Doença	1.994	-1.994	-	2.356	-2.356	-
Contas a receber p operações seg. e intermediários	4.937	-	4.937	5.760	-3.649	2.111
Contas a receber p operações resseguros	371	-	371	304	-	304
Contas a receber por outras operações	610	-	610	2.181	-	2.181
Caixa e seus equivalentes	14.595	-	14.595	8.326	-	8.326
Outros Activos	2.687	-	2.687	929	-	929
Total Activo	255.341	-9.330	246.011	273.442	-13.804	259.601

Unidade: milhares de euros

D.1 Activos

Para cada classe de activos com materialidade significativa descrevem-se as bases, métodos e pressupostos utilizados na valorização a efeitos de solvência, assim como uma explicação quantitativa e qualitativa das diferenças substanciais entre a dita valorização e o valor das contas com o normativo contabilístico vigente à data de 31 de Dezembro de 2021.

Custos de aquisição diferidos

Para efeitos de Solvência II, os custos de aquisição diferidos são incluídos na melhor estimativa das provisões técnicas, não sendo reconhecidos separadamente. Desta forma, o balanço para efeitos de Solvência II não apresenta nenhum activo por custos de aquisição diferidos.

Activos intangíveis

Os activos intangíveis só podem ser reconhecidos para efeitos de Solvência II quando possam ser alienados individualmente no mercado, e desde que existam evidências de transacções para activos da mesma natureza ou natureza similar. Consequentemente, em comparação com as contas, o balanço para efeitos de Solvência II não apresenta nenhum activo intangível.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos e valorizados no balanço contabilístico de acordo com a IAS 12. Especificamente, impostos diferidos reconhecidos no balanço económico resultam de:

CA Seguros



- Diferenças temporárias (decorrentes, nomeadamente, da aplicação do justo valor) entre o valor económico e o valor do imposto de activos e passivos;
- Créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais.

Um activo por impostos diferidos é reconhecido na medida em que é provável que a CA Seguros tenha lucros tributáveis disponíveis contra os quais estas diferenças temporárias, prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados podem ser usados.

A Companhia considerou que a capacidade de absorção de perdas por impostos diferidos é de 100%, o que representou na data de 31 de Dezembro de 2021, o montante de 7.918 mil euros, mais 0,1% que em data equivalente em 2020 em que o seu montante era de 7.915 mil euros.

O teste de recuperabilidade de perdas teve como base um *stress test* com base no Plano de Negócios 2021-2024, que demonstrou a existência de lucros tributáveis futuros, que permite validar a recuperação de uma perda potencial dentro do prazo fiscalmente aceite. Este procedimento está documentado e validado com base em especificações técnicas.

Recuperáveis de resseguro

Os montantes recuperáveis de contratos de resseguro foram, à semelhança de anos anteriores, calculados separadamente tanto para as reservas como para os prémios.

Os fluxos de caixa relativos às provisões para sinistros incluem os pagamentos por indemnizações referentes aos sinistros considerados nas provisões brutas para sinistros da empresa que cede os riscos.

Os fluxos de caixa relativos às provisões para prémios incluem os pagamentos referentes aos sinistros futuros. Os montantes recuperáveis de resseguro distribuem-se da seguinte forma, por linha de negócio, conforme apresentado abaixo:

RECUPERÁVEIS RESSEGURO - MELHOR ESTIMATIVA

Linhas de Negócio ME - Melhor Estimativa	2020			2021		
	Recuperáveis Resseguro	Recuperáveis Resseguro	Recuperáveis Resseguro Total	Recuperáveis Resseguro	Recuperáveis Resseguro	Recuperáveis Resseguro Total
	Sinistros	Prémios		Sinistros	Prémios	
1. Despesas Médicas	3.074	-855	2.219	3.369	-8.636	-5.267
2. Protecção de Rendimentos	-	-20	-20	-	10	10
3. Acidentes de Trabalho	-	-205	-205	-	-252	-252
4. Automóvel - Responsabilidade Civil	579	-61	518	235	636	872
5. Automóvel - Outros Ramos	-	-80	-80	-	-11	-11
6. Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-0,5	-1	6	-10	-4
7. Incêndio e Outros Danos	4.535	323	4.858	5.526	3.052	8.578
8. Responsabilidade Civil Geral	-	-109	-109	19	-113	-94
9. Crédito e Caução	-	-	-	-	-	-
10. Protecção Jurídica	12	-39	-27	12	-31	-19
11. Assistência	1.928	862	2.790	2.790	999	3.789
12. Outros - Perdas Financeiras	1.429	-5	1.424	1.428	2.191	3.620
Total	11.557	-188	11.370	15.498	100	15.598

Unidade: milhares de euros

Os recuperáveis de resseguro, calculados de acordo com o conceito de melhor estimativa, resultaram num valor de 15.598 mil euros, que corresponde a uma variação de 4.228 mil euros face ao valor do ano anterior de 11.370 mil euros.



Recuperáveis de resseguro relativos às reservas

No que diz respeito ao cálculo dos recuperáveis de resseguro relativos às reservas, e tendo por base a informação disponível relativa ao histórico de pagamentos de resseguro e que eles representam nos pagamentos de directo, efectuou-se uma estimativa dos custos futuros com o resseguro. Considerou-se também o *loss given default* de acordo com a probabilidade de *default* associada a cada ressegurador, conforme o respectivo *rating* a ser considerado.

Para as classes de negócio com menor informação histórica, não possibilitando a mesma metodologia, foi considerada uma abordagem simplificada, em função dos valores contabilísticos.

Recuperáveis de resseguro relativos aos prémios

A provisão para prémios relativa aos montantes recuperáveis de resseguro foi projectada tendo por base as projecções da melhor estimativa de provisão para prémios de seguro directo ajustadas às componentes dos resseguradores. Para tal, teve-se em conta o valor das indemnizações a receber do resseguradores, e o que se lhes espera pagar referente aos prémios futuros (prémios cedidos) calculando, assim, as comissões a receber por parte do ressegurador.

Restantes activos

O ajustamento efectuado em investimentos refere-se a uma participação mensurada a custo de aquisição em balanço contabilístico o qual foi reavaliada pelo Método da equivalência patrimonial ajustado. Os restantes activos não foram actualizados considerando a sua reduzida duração.

Contas a receber por operações seguros e intermediários

As melhores estimativas (*best estimates*) passaram a ser calculadas líquidas de reembolsos, motivo pelo qual estamos a retirar 3.649 mil euros, correspondentes às provisões de reembolsos.

D.2 Passivos

As provisões técnicas de Solvência II são avaliadas a valor de mercado, pela soma da *best estimate* e da margem de risco (*risk margin*), com os seguintes resultados:

**PASSIVO**

Passivo	2020			2021		
	Balanco Contabilístico	Reavaliações	Balanco Económico	Balanco Contabilístico	Reavaliações	Balanco Económico
Provisões técnicas - não vida	106.073	-8.998	97.075	115.322	-9.353	105.970
Provisões técnicas (ex.saúde)	88.292	-6.713	81.579	97.489	-7.584	89.905
Melhor Estimativa	-	-	75.577	-	-	83.068
Margem de risco	-	-	6.002	-	-	6.837
Provisões técnicas-Ac.e Doença (similar a não vida)	17.780	-2.284	15.496	17.834	-1.769	16.065
Melhor Estimativa	-	-	13.499	-	-	13.822
Margem de risco	-	-	1.997	-	-	2.243
Provisões técnicas-Saúde (similar a vida)	56.838	6.828	63.666	63.272	-2.088	61.184
Melhor Estimativa	-	-	63.220	-	-	60.789
Margem de Risco	-	-	446	-	-	395
Outras provisões técnicas	2.765	-2.765	-	3.153	-3.153	-
Depósitos de resseguradores	0	-	0	0	-	0
Passivos p impostos diferidos	2.345	4.396	6.741	1.330	4.511	5.841
Contas a pagar p operações de seg. e intermediários	20.023	-	20.023	21.621	-	21.621
Contas a pagar p operações resseguro	5.566	-	5.566	5.681	-	5.681
Contas a pagar p outras operações	5.677	-	5.677	3.823	-	3.823
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados em fundos próprios	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	2.283	-	2.283	2.878	-	2.878
Total Passivo	201.571	-539	201.031	217.081	-10.083	206.998
Excesso Activo sobre Passivo	53.770	-8.790	44.980	56.360	-3.721	52.603

Unidade: milhares de euros

Para a avaliação das provisões técnicas em base económica foram utilizadas técnicas actuariais de projecção de *cash-flows* futuros, tendo sido reconhecidas todas as responsabilidades explícitas e implícitas nos contratos.

Com vista à actualização dos fluxos de caixa (pagamentos e recebimentos) futuros foi utilizada a estrutura temporal de taxas de juro disponibilizada pela EIOPA com referência à data de 31 de Dezembro de 2021.

Nível de incerteza associado ao valor das provisões técnicas

A avaliação das provisões técnicas resulta da aplicação de métodos estatísticos que têm sempre um grau de incerteza implícito devido a factores aleatórios, mudanças estruturais ainda não reflectidas no sistema de informação da Companhia e porventura no mercado, bem como de alterações legais, judiciais e políticas com reflexo nos modelos aplicados.

Por outro lado, deve-se ter presente que, não só é necessário assumir padrões para algumas variáveis macro e microeconómicas, como também os métodos usados têm implícitos alguns pressupostos. Tudo isto pode sofrer alterações significativas à medida que o tempo passa, pelo que a monitorização constante destas situações é fundamental e imprescindível para uma actualização constante das conclusões obtidas.

O cálculo das provisões técnicas foi realizado de acordo com o estipulado pela Norma n.º 19/1994 de 6 de Dezembro, alterada pelas Normas n.º 3/1996 de 18 de Janeiro, n.º 4/1998 de 16 de Março, n.º 24/2002 de 23 de Dezembro e n.º 12/2006 de 13 de Novembro.

Refira-se, contudo, que o facto de a Companhia não utilizar simplificações no cálculo das provisões técnicas, reduz esse grau de incerteza.



Alguns pontos onde se pode observar potenciais riscos decorrentes das incertezas inerentes ao cálculo das provisões técnicas são:

- Incerteza no que concerne aos riscos respeitantes à envolvente macroeconómica e a persistência de um período prolongado de baixas taxas de juro, com impacto ao nível das provisões técnicas;
- Incerteza na utilização de pressupostos internos da Companhia, que resultam da experiência e sensibilidade actuarial, sinistralidade esperada (obtida através de análise histórica), longevidade esperada (obtida através de análise histórica), gastos e frequência de anulações;
- Incerteza associada à frequência e severidade dos sinistros (a ocorrer), com potencial para originar elevados custos, e consequentemente, prejudicar o nível de liquidez e de solvência (situação bastante observada no LoB de IOD);
- Incerteza no reforço das pensões presumíveis devido a possíveis revisões das responsabilidades desde o reconhecimento da pensão até à sua remissão ou homologação;
- Conjunto de incertezas para o ano de 2022 que podem afectar o nosso rendimento, nomeadamente a evolução da situação pandémica (Covid 19), aumento do custo das matérias primas, da quebra na distribuição de bens, do aumento do custo de energia ou da instabilidade internacional.

Melhor estimativa da provisão para sinistros

Considera-se provisão para sinistros não vida “o valor actuarial estimado dos custos que a empresa de seguros suportará para regularizar todos os sinistros que tenham ocorrido até à data a que se reporta a avaliação, quer tenham sido comunicados quer não”.

Para o cálculo desta provisão (excluindo provisões matemáticas e provisões para assistências vitalícias) foram considerados os seguintes pressupostos, que se ajustam consoante a linha de negócio em estudo:

- Matrizes de *run-off*: utilizadas matrizes de pagamentos ou de custo, conforme a linha de negócio;
- Horizonte temporal: 12 a 15 anos, conforme a linha de negócio e a qualidade e fiabilidade da informação disponível;
- Para as responsabilidades com mais de 15 anos considerou-se que o valor provisionado se encontra ajustado às responsabilidades assumidas;
- Método utilizado: modelo estocástico *Bootstrap*;
- Nas linhas de negócio sem dimensão estatística considerou-se adequada a provisão casuística dos sinistros não encerrados com a previsão das datas expectáveis de encerramento e os seus valores;
- Foram utilizadas matrizes líquidas de reembolsos, uma vez que, no nosso entender, a cadência de pagamentos é melhor reflectida se for líquida de reembolsos.



A melhor estimativa da provisão para sinistros apurada para cada uma das linhas de negócio, com exclusão das pensões e assistências vitalícias, é a apresentada em seguida:

PROVISÃO PARA SINISTROS - MELHOR ESTIMATIVA

Linhas de Negócio ME - Melhor Estimativa	2020			2021		
	Provisão para Sinistros Contabilística	Melhor Estimativa Provisão Sinistros	Peso Provisão Estatutária na Melhor Estimativa	Provisão para Sinistros Contabilística	Melhor Estimativa Provisão Sinistros	Peso Provisão Estatutária na Melhor Estimativa
1. Despesas Médicas	1.197	1.204	99,4%	1.559	1.568	99,4%
2. Protecção de Rendimentos	2.356	2.165	108,8%	1.971	1.983	99,4%
3. Acidentes de Trabalho	7.618	6.991	109,0%	7.449	7.084	105,1%
4. Automóvel - Responsabilidade Civil	43.736	36.092	121,2%	48.577	40.825	119,0%
5. Automóvel - Outros Ramos	2.278	2.054	110,9%	2.973	2.393	124,2%
6. Marítimo, Aéreo e Transportes	16	17	99,4%	21	21	99,4%
7. Incêndio e Outros Danos	11.775	9.215	127,8%	12.653	9.554	132,4%
8. Responsabilidade Civil Geral	2.365	2.377	99,5%	2.894	2.911	99,4%
9. Crédito e Caução	-	-	-	-	-	-
10. Protecção Jurídica	91	92	99,4%	97	98	99,4%
11. Assistência	1.954	1.966	99,4%	2.813	2.830	99,4%
12. Outros - Perdas Financeiras	1.475	1.485	99,4%	1.503	1.512	99,4%
Total	74.862	63.657	117,6%	82.511	70.779	116,6%

Unidade: milhares de euros

A melhor estimativa global para a provisão para sinistros não vida ascendeu a um valor de 70.779 mil euros, o que corresponde a uma variação de 11.731 mil euros face ao valor do balanço contabilístico, de 82.511 mil euros, onde já está incluída a provisão para desvios de sinistralidade constituída na linha de negócio "Incêndio e outros danos", no valor de 3.153 mil euros.

Melhor estimativa da provisão para sinistros - componente de outras despesas

Entende-se que, para assegurar o cumprimento integral das responsabilidades assumidas até ao respectivo *run-off*, devem ter-se em conta todos os custos necessários para regularizar os sinistros, devendo ser incluídas todas as despesas directas e indirectas.

Para a determinação da melhor estimativa da componente de outras despesas, foram consideradas todas as despesas necessárias à gestão dos sinistros até à sua extinção.

Para as linhas de negócio estudadas, à excepção de Acidentes de Trabalho e Automóvel (Responsabilidade Civil e Outras Coberturas) devido à reduzida materialidade das responsabilidades a avaliar, foi utilizada a mesma simplificação de anos anteriores para contabilizar as responsabilidades relativas à componente da provisão para custos de gestão de sinistros. Assim, apurou-se inicialmente um custo médio de gestão de sinistro por linha de negócio que foi multiplicado pelo número de sinistros pendentes de encerramento. Com o valor obtido procedeu-se posteriormente à actualização dos fluxos de caixa futuros recorrendo à estrutura de taxas de juro fornecida pela EIOPA. O custo médio de gestão foi calculado considerando uma taxa de inflação de 2%.

Relativamente às linhas de negócio Acidentes de Trabalho e Automóvel (Responsabilidade Civil e Outras Coberturas), os pressupostos considerados e a metodologia utilizada seguem os mesmos princípios também já apresentados em relatórios anteriores, e são os seguintes:

- Horizonte temporal: para cada linha de negócio, o horizonte temporal foi o mesmo que foi utilizado para o cálculo da provisão para sinistros;
- Taxa de inflação: 2%.



Método utilizado:

- Cálculo do custo médio de gestão de sinistros de cada linha de negócio: rácio entre o número de processos em gestão e o valor global de custos de gestão de sinistros por linha de negócio (disponibilizado pela área financeira);
- Cálculo dos sinistros pendentes de encerramento: multiplicação da projecção do número de sinistros ocorridos (através de métodos actuariais) e do rácio de pendentes de encerramento por ano de desenvolvimento;
- Cálculo da provisão para gestão de sinistros multiplicando o custo médio de gestão de sinistros (apurado em 1.), pela projecção dos sinistros abertos (apurado em 2.);
- Cálculo do valor actualizado da provisão para gestão de sinistros aplicando a estrutura temporal de taxas de juro sem risco proposta.

No quadro abaixo são apresentados os valores apurados para a melhor estimativa (após actualização) da provisão para gestão de sinistros para cada uma das diferentes linhas de negócio:

PROVISÃO PARA GESTÃO DE SINISTROS - MELHOR ESTIMATIVA

Linhas de Negócio ME - Melhor Estimativa	2020		2021	
	Provisão Gestão Sinistros Contabilística	Melhor Estimativa Provisão Custos Gestão	Provisão Gestão Sinistros Contabilística	Melhor Estimativa Provisão Custos Gestão
1. Despesas Médicas	0	0	0	0
2. Protecção de Rendimentos	66	67	72	73
3. Acidentes de Trabalho	548	554	548	551
4. Automóvel - Responsabilidade Civil	977	992	1.089	1.093
5. Automóvel - Outros Ramos	109	110	113	113
6. Marítimo, Aéreo e Transportes	1	1	1	1
7. Incêndio e Outros Danos	284	287	429	431
8. Responsabilidade Civil Geral	39	40	41	41
9. Crédito e Caução	-	-	-	-
10. Protecção Jurídica	10	10	11	11
11. Assistência	1	1	1	1
12. Outros - Perdas Financeiras	6	6	5	5
Total	2.041	2.068	2.309	2.320

Unidade: milhares de euros

A melhor estimativa global para a provisão para custos de gestão de sinistros ascendeu a um valor de 2.320 mil euros, correspondendo a uma variação de 11 mil euros face ao valor do balanço contabilístico, de 2.309 mil euros.

Responsabilidades de longa duração - pensões e assistências vitalícias

No cálculo das provisões matemáticas (pensões em pagamento, capitais de remição e responsabilidades que serão possivelmente pagas sob a forma de pensões ou capitais de remição), foram considerados os seguintes pressupostos:

Pensões:

- Tábuas de mortalidade: INE Mista 2018/2020;
- Encargos de gestão: 2,5%;
- Inflação: 0% (pelo facto de as pensões serem constantes);
- Actualização de fluxos de caixa futuros: estrutura temporal de taxas de juro sem risco disponibilizada pela EIOPA, à data de referência de 31 de Dezembro de 2021.



Capitais de remição:

- Tábuas de mortalidade: TD 88/90;
- Taxa de juro: 5,25%;
- Encargos de gestão: 0%;
- Com base na informação histórica, foi analisada e considerada a cadência de remição das pensões para o cálculo dos fluxos de caixa futuros.

Assistências Vitalícias:

- Tábuas de mortalidade: INE Mista 2018/2020;
- Inflação: 2%;
- Encargos de gestão: 2,5%;
- Actualização de fluxos de caixa futuros: estrutura temporal de taxas de juro sem risco disponibilizada pela EIOPA, à data de referência de 31 de Dezembro de 2021.

IBNR e IBNER das pensões e assistências vitalícias

Na melhor estimativa das pensões e assistências vitalícias foi considerado o valor de IBNR apurado e dos reforços efectuados em pensões já existentes e assistências vitalícias (AVs). Para as responsabilidades de longa duração da linha de negócio de Acidentes de Trabalho foi apurado um valor global da melhor estimativa que ascende a 60.789 mil euros, conforme se pode observar de seguida:

PENSÕES E ASSISTÊNCIAS VITALÍCIAS - MELHOR ESTIMATIVA

Tipo de Provisão	2020		2021		Var. % ME
	Valor Contabilístico	Melhor Estimativa	Valor Contabilístico	Melhor Estimativa	
Provisão Matemática	38.851	43.990	42.312	42.464	-3,5%
Provisão para Avs	8.966	10.390	9.682	98.723	-5,0%
IBNR Pensões	4.893	4.843	5.793	44.797	-7,5%
IBNR Avs	1.130	1.739	2.098	1.598	-8,1%
FAT	1.826	2.257	2.228	2.375	5,2%
Total	55.666	63.220	62.114	60.789	-3,8%

Unidades: milhares de euros

No que diz respeito a responsabilidades de vida - longa duração (pensões e assistências vitalícias), a CA Seguros procedeu, durante o ano de 2021, à alteração da taxa de juro de 1,25% para 0,75% para actualização das responsabilidades, situação que contribuiu para o aumento do valor contabilístico deste tipo de responsabilidades. O objectivo desta medida é irmo-nos aproximando da taxa de juro sem risco da EIOPA, com que são calculadas as responsabilidades de longa duração numa visão de solvência.

Melhor estimativa da provisão para reservas - análise global

O quadro abaixo apresenta os valores apurados para a melhor estimativa (após actualização) da provisão para sinistros para cada uma das diferentes linhas de negócio, tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos.

**PROVISÃO PARA SINISTROS - MELHOR ESTIMATIVA**

Linha de Negócio	2021				
	Provisão Sinistros Contabilística	Melhor Estimativa Provisão Sinistros (1)	Melhor Estimativa Provisão Sinistros (2)	Melhor Estimativa Reservas (1)+(2)	Peso Provisão Estatutária na Melhor Estimativa
1. Despesas Médicas	1.559	1.568	0	1.568	99,4%
2. Protecção de Rendimentos	2.044	1.983	73	2.056	99,4%
3. Acidentes de Trabalho	70.111	67.874	551	68.425	102,5%
4. Automóvel - Responsabilidade Civil	49.666	40.825	1.093	41.917	118,5%
5. Automóvel - Outros Ramos	3.086	2.393	113	2.507	123,1%
6. Marítimo, Aéreo e Transportes	22	21	9	31	72,6%
7. Incêndio e Outros Danos	13.081	9.554	431	9.986	131,0%
8. Responsabilidade Civil Geral	2.935	2.911	41	2.952	99,4%
9. Crédito e Caução	-	-	-	-	-
10. Protecção Jurídica	108	98	11	109	99,4%
11. Assistência	2.814	2.830	1	2.830	99,4%
12. Outros - Perdas Financeiras	1.508	1.512	5	1.516	99,4%
Total	146.934	131.568	2.328	133.896	109,7%

Unidades: milhares de euros

Considerando os pressupostos e metodologias atrás referidas, apurou-se uma melhor estimativa global para as Reservas no valor de 133.896 mil euros, o que corresponde a uma variação de - 8,9% face às provisões para sinistros de balanço no montante de 146.934 mil euros. Como se pode observar, os valores apurados são inferiores aos registados no balanço.

Linha de Negócio	2020				
	Provisão Sinistros Contabilística	Melhor Estimativa Provisão Sinistros (1)	Melhor Estimativa Provisão Sinistros (2)	Melhor Estimativa Reservas (1)+(2)	Peso Provisão Estatutária na Melhor Estimativa
1. Despesas Médicas	1.197	1.204	0	1.204	99,4%
2. Protecção de Rendimentos	2.423	2.165	67	2.232	108,5%
3. Acidentes de Trabalho	63.832	70.210	554	70.764	90,2%
4. Automóvel - Responsabilidade Civil	44.713	36.092	992	37.084	120,6%
5. Automóvel - Outros Ramos	2.387	2.054	110	2.164	110,3%
6. Marítimo, Aéreo e Transportes	17	17	1	18	99,4%
7. Incêndio e Outros Danos	12.059	9.215	287	9.502	126,9%
8. Responsabilidade Civil Geral	2.405	2.377	40	2.417	99,5%
9. Crédito e Caução	-	-	-	-	-
10. Protecção Jurídica	101	92	10	102	99,4%
11. Assistência	1.954	1.966	1	1.966	99,4%
12. Outros - Perdas Financeiras	1.481	1.485	6	1.490	99,4%
Total	132.569	126.876	2.068	128.945	102,8%

Unidades: milhares de euros

Salienta-se o impacto observado no âmbito das responsabilidades com pensões e assistências vitalícias em virtude do impacto causado pela utilização da estrutura temporal de taxa de juro sem risco a 31 de Dezembro de 2021, em vez da taxa de juro de 1%, utilizada actualmente para o cálculo das responsabilidades de longa duração.

Melhor estimativa da provisão para prémios

Considera-se provisão para prémios o "valor actuarial estimado dos custos que a empresa de seguros suportará para regularizar todos os sinistros que venham a ocorrer no futuro, após dedução do valor actuarial estimado dos prémios futuros".

CA Seguros



Os pressupostos considerados para o cálculo da Provisão para Prémios foram os seguintes:

Renovações

Não foram considerados os casos de renovações de apólices não mencionados na Norma Regulamentar já referida.

Prémios futuros

Foram consideradas todas as apólices em vigor à data que se reporta a avaliação, bem como as renovações tácitas de apólices que, nessa data, não possam ser anuladas, não sendo considerada a contratação de novo negócio.

Os prémios futuros considerados foram os seguintes:

- Prémios tipo I - prémios ainda não processados correspondentes a períodos ainda não decorridos dos contratos em vigor;
- Prémios tipo II - prémios ainda não processados correspondentes ao período de duração seguinte de contratos em vigor, renováveis no prazo máximo de 30 dias após a data de balanço e que não tenham sido denunciados no prazo previsto no contrato.

Anulações dos prémios futuros

Estimou-se o comportamento das anulações dos prémios futuros (prémios tipo I e prémios tipo II) tendo como pressuposto a média (ou a média ponderada) das anulações dos prémios futuros dos últimos 3 anos, para cada classe de negócio.

Cadência de recebimentos de prémios futuros

Assumiu-se que os prémios futuros estimados (considerando as anulações estimadas) serão devidos na totalidade no ano seguinte ao da avaliação, pelo que passíveis de uma actualização no final do ano, para a data de referência de 31 de Dezembro de 2021.

Estimação dos custos associados aos contratos

Para cada linha de negócio, e tendo em consideração a informação histórica, estimaram-se vários rácios de custos associados aos contratos (custos com sinistros, de gestão de sinistros, administrativos, de aquisição e de investimentos), aplicáveis à Provisão para Prémios Não Adquiridos (PPNA) e/ou prémios futuros (prémios tipo I e prémios tipo II), consoante a situação.

Cadência de custos

De forma a reflectir o período integral de desenvolvimento das responsabilidades, assumiu-se que a cadência de pagamentos das indemnizações referentes aos custos com sinistros futuros e aos custos de gestão desses mesmos sinistros futuros, para o cálculo da provisão para prémios (para cada linha de negócio), fosse a mesma que foi utilizada no cálculo da melhor estimativa da provisão para sinistros.

Relativamente aos custos administrativos e aos custos de aquisição, assumiu-se que os pagamentos irão ser efectuados na sua totalidade, ao longo do ano seguinte da avaliação (em



2022). No que diz respeito aos custos de investimentos assumiu-se que seguem a cadência de pagamentos dos custos de gestão de sinistros.

O cálculo da melhor estimativa da provisão para prémios é determinado pela aplicação dos vários rácios de custos acima referidos, aos prémios ainda não recebidos (prémios futuros), excluindo o rácio de custos de aquisição, no que diz respeito à parte relativa à Provisão para Prémios.

Os fluxos de caixa projectados de acordo com a cadência de pagamentos/recebimentos acima referidos foram actualizados para a data de 31 de Dezembro de 2021 através da aplicação da estrutura temporal das taxas de juro disponibilizada pela EIOPA.

Considerando os pressupostos e metodologias atrás referidas, apurou-se uma melhor estimativa global para a provisão para prémios no valor de 23.791 mil euros, que corresponde a uma variação de -23,7% face à provisão para prémios calculada com base económica, no valor de 31.165 mil euros, como se pode observar no quadro abaixo:

PROVISÃO PARA PRÉMIOS - MELHOR ESTIMATIVA

Linha de Negócio - ME	2020			2021			Var %
	Provisão para Prémios Económica (PNA + PRC)	Melhor Estimativa Prémios	Peso Provisão Prémios na Melhor Estimativa	Provisão para Prémios Económica (PNA + PRC)	Melhor Estimativa Prémios	Peso Provisão Prémios na Melhor Estimativa	
1. Despesas Médicas	480	-955	-50,2%	493	-876	-56,3%	6,1%
2. Protecção de Rendimentos	2.882	1.915	150,5%	2.914	2.015	144,6%	5,9%
3. Acidentes de Trabalho	1.950	1.558	125,1%	2.075	1.423	145,8%	-20,7%
4. Automóvel - Responsabilidade Civil	7.217	6.770	106,6%	7.485	6.838	109,5%	-2,9%
5. Automóvel - Outros Ramos	3.870	4.149	93,3%	4.194	4.298	97,6%	-4,3%
6. Marítimo, Aéreo e Transportes	48	2	2030,8%	47	4	1157,9%	872,9%
7. Incêndio e Outros Danos	9.207	8.445	109,0%	9.680	8.482	114,1%	-5,1%
8. Responsabilidade Civil Geral	1.375	933	147,4%	1.411	786	179,4%	-32,0%
9. Crédito e Caução	-	-	-	-	-	-	-
10. Protecção Jurídica	157	-79	-198,6%	161	-53	-307,0%	108,4%
11. Assistência	2.510	649	386,5%	2.587	932	277,5%	108,9%
12. Outros - Perdas Financeiras	140	-37	-380,9%	118	-96	-122,3%	-258,6%
Total	29.835	23.350	127,8%	31.165	23.754	131,2%	-3,4%

Unidades: milhares de euros

A melhor estimativa da provisão para prémios, em algumas linhas de negócio, resultou num valor negativo. Isto acontece sempre que o valor actual dos prémios futuros a receber é superior ao valor actual dos custos a pagar. A provisão para prémios (bruta de custos de aquisição diferidos e incluindo a Provisão para Riscos em Curso (PRC) é superior à melhor estimativa calculada, sendo que a primeira é apresentada bruta de custos de aquisição diferidos, por forma a poder ser comparada com provisão de melhor estimativa.

Não foi considerado qualquer valor para Provisão para Riscos em Curso em 2021.

Margem de Risco

O cálculo da margem de risco da CA Seguros foi efectuado com base na metodologia de custo de capital com recurso ao método de simplificação 2, de acordo com a Orientação 62 das Orientações sobre a avaliação de provisões técnicas - EIOPA-BoS-14/166 PT, aplicando o rácio da melhor estimativa nesse ano futuro à melhor estimativa à data da avaliação.

Esta simplificação 2 utilizou-se a um nível mais granular, em linha com o que se encontra previsto no Anexo Técnico IV - Hierarquia das simplificações para a margem de risco das Orientações anteriormente referidas.



Este cálculo mais granular permite captar o padrão de desenvolvimento diferenciado da melhor estimativa de Acidentes e Doença Taxa Similar Vida.

Alocação da margem de risco por linha de negócio

A margem de risco apurada para cada linha de negócio foi obtida através das proporções apuradas pelo método de Euler, tendo em conta o SCR utilizado para o cálculo da margem de risco.

O valor apurado global para a margem de risco ascendeu a um montante de 9.474 mil euros, subdividindo-se por linha de negócio da seguinte forma:

MARGEM DE RISCO

Margem de Risco ME - Melhor Estimativa	2020	2021	Var. % Margem de Risco
	Margem de Risco	Margem de Risco	
1. Despesas Médicas	305	314	2,8%
2. Protecção de Rendimentos	222	264	19,1%
3. Acidentes de Trabalho (NSLT)	1.470	1.664	13,2%
3. Acidentes de Trabalho (SLT)	446	395	-11,5%
4. Automóvel - Responsabilidade Civil	2.431	3.003	23,5%
5. Automóvel - Outros Ramos	407	492	20,8%
6. Marítimo, Aéreo e Transportes	6	6	9,7%
7. Incêndio e Outros Danos	2.501	2.669	6,7%
8. Responsabilidade Civil Geral	203	238	17,4%
9. Crédito e Caução	-	-	-
10. Protecção Jurídica	14	16	13,2%
11. Assistência	324	334	2,9%
12. Outros - Perdas Financeiras	116	787	578,6%
Total	8.446	10.182	20,6%

Unidades: milhares de euros

Outras provisões técnicas

Para efeitos de Solvência II, as outras responsabilidades previstas no passivo encontram-se avaliadas segundo os métodos e pressupostos nas demonstrações financeiras, respeitando as normas contabilísticas em vigor, com excepção do FAT e dos impostos diferidos passivos.

A Companhia registou na rubrica de impostos correntes um passivo que corresponde ao valor actualizado das responsabilidades com o Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT).

Não foi aplicada pela CA Seguros nenhuma medida transitória sobre as provisões técnicas.

Outros passivos

Os passivos no balanço são constituídos essencialmente por remunerações de mediação devidas a mediadores, e saldos devidos a segurados e resseguradores. Dados que estes passivos são de curta duração, não foi considerada qualquer actualização dos mesmos.



D.3 Outras responsabilidades

Não há outras responsabilidades a reportar.

D.4 Métodos alternativos de avaliação

A CA Seguros não aplica métodos alternativos de avaliação, à exceção da participação mensurada ao custo de aquisição em balanço contabilístico e reavaliada pelo Método da equivalência patrimonial em balanço económico.

D.5 Eventuais informações adicionais

A CA Seguros não aplicou nenhuma medida de longo prazo, nomeadamente, os ajustamentos de volatilidade e de congruência, as medidas transitórias relativas às taxas de juro sem risco e as medidas transitórias para as provisões técnicas, na quantificação do impacto do requisito de capital de solvência de acordo com o previsto no RJASR.



E. Gestão de capital



E. Gestão de capital

E.1 Fundos próprios

A Política de Gestão de Capital da CA Seguros tem como objectivo definir os princípios de acompanhamento, metodologia e monitorização que permitem à Companhia garantir a sua solidez financeira dentro nos limites de tolerância estabelecidos pela Política de Apetite ao Risco.

Com uma periodicidade trimestral, é efectuado o cálculo dos fundos próprios elegíveis para o cumprimento dos requisitos quantitativos de acordo com a regulamentação Solvência II e com base no conjunto dos objectivos estratégicos, foram definidas iniciativas estratégicas e preparadas as demonstrações financeiras previsionais para 2022 e 2023, reflectindo o impacto esperado das iniciativas e acções planeadas.

O orçamento plurianual da Companhia é realizado anualmente e faz uma projecção para os 5 anos seguintes, constitui a base para o exercício *Own Risk and Solvency Assessment* (ORSA), no qual são considerados apenas 3 anos.

Este exercício tem uma componente de análise das necessidades globais de solvência da CA Seguros, partindo da avaliação realizada ao nível do risco da carteira no ano de referência tendo por base quantificações prospectivas de risco e capital, realizadas a um horizonte temporal de três anos, é um elemento fundamental para uma gestão de capital adequada, pois permite analisar os riscos e necessidades de capital no curto e médio prazo.

O resultado do exercício ORSA sobre a adequação do capital considera uma análise do cumprimento de limites de apetite ao risco em cenários de *stress*, de forma a avaliar em que medida a exposição ao risco, está de acordo com os limites que a CA Seguros definiu, como estando disposta a aceitar.

O quadro e gráficos seguintes detalham os fundos próprios da CA Seguros em 31 de Dezembro de 2021:

FUNDOS PRÓPRIOS

Rubricas	2020	2021	Variação Absoluta	Var. %
Nível 1 - Capital	18.000	18.000	0	0%
Nível 1 - Reservas de Reconciliação	26.625	31.579	4.954	19%
Nível 3 - Reservas	355	0	-355	-100%
Fundos Próprios Elegíveis	44.980	49.579	4.599	10%

Unidade: milhares de euros

Para efeitos de solvência algumas rubricas de activos e passivos são valorizadas tendo em consideração diferentes critérios face aos utilizados nas demonstrações financeiras. Estas diferenças de critérios de avaliação dão lugar à alteração de valores e consequentemente à alteração do excedente de activos sobre passivos para efeitos de solvência.

A 31 de Dezembro de 2021, o excesso de activos sobre passivos para efeitos de Solvência II ascendeu a 52.603 milhares de Euros, sendo que o capital próprio reportado nas Demonstrações Financeiras foi de 56.360 milhares de Euros. A diferença de -3.758 milhares de Euros atribui-se aos seguintes principais factores:



- Elementos das contas que não são reconhecidos no balanço para efeitos de Solvência II, como activos intangíveis, assim como elementos que são reconhecidos para efeitos deste regime e não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia, como por exemplo a margem de risco aplicada sobre o cálculo das provisões técnicas;
- Diferenças no reconhecimento e valorização das provisões técnicas e recuperáveis de resseguro;
- Impostos diferidos que surgem como resultado das diferenças mencionadas nos pontos anteriores.

RECONCILIAÇÃO ENTRE VALORES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E EXCESSO DE ACTIVOS SOBRE PASSIVOS - SOLVÊNCIA II

Rubricas	2020	2021	Variação Absoluta	Var. %
Excesso de activos nas Demonstrações Financeiras	53.770	56.360	2.590	4,8%
Gastos de aquisição diferidos	-7.517	-8.024	-507	6,7%
Imobilizado intangível	-3.481	-3.655	-174	5,0%
Valoração de investimentos	1.605	2.245	640	39,9%
Recuperáveis de resseguro	-7.033	-6.423	610	0,0%
Provisões técnicas	4.935	14.594	9.659	195,7%
Impostos diferidos	2.700	1.154	-1.546	-57,2%
Contas a receber	-	-3.649	-3.649	100,0%
Excesso activos sobre passivos - Solvência II	44.980	52.603	7.623	16,9%

Unidade: milhares de euros

Os fundos próprios elegíveis da Companhia resultam da aplicação dos limites a cada nível (Nível) dos fundos próprios disponíveis. A 31 de Dezembro de 2021, a aplicação desses limites não provocou alterações quer na estrutura quer nos montantes dos fundos próprios disponíveis.

E.2 Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo

A Companhia mede e gere os requisitos de capital de solvência numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

A CA Seguros apresenta um rácio de Solvência II confortável de 166,5%, que se encontra não só acima do capital mínimo aceitável definido em 110% na política de apetite ao risco, como também acima do objectivo de capital de solvência de 140%. O rácio de capital mínimo (MCR) é de 369,9%.

REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA (SCR)

Rubricas	2020	2021	Variação Absoluta	Var. %
Fundos Próprios	44.980	49.579	4.599	10,2%
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	29.776	29.785	9	0,0%
Requisito de Capital Mínimo (MCR)	13.399	13.403	4	0,0%
Rácio fundos próprios elegíveis face ao SCR	151%	166%	15%	10,2%
Rácio fundos próprios elegíveis face ao MCR	336%	370%	34%	10,2%

Unidade: milhares de euros



Os objectivos da Companhia são claros no que se refere ao requisito de capital de solvência, privilegiando-se a manutenção de um rácio de Solvência II elevado, como indicador de uma situação financeira estável e robusta.

O exercício ORSA é um elemento fundamental para uma gestão de capital adequada, pois permite analisar o impacto de cenários de esforço (*stress tests*), no Balanço e Conta de Exploração da CA Seguros, projectando uma imagem das necessidades de capital no curto e médio prazo, através e projecções com base no plano de negócio e mediante cenários adversos, possibilitando uma reflexão da gestão sobre esses cenários. Esta análise é efectuada tendo por base os próximos três anos de actividade. Neste contexto ou fora dele são realizadas análises de sensibilidade periodicamente, relativos aos principais riscos, para testar a robustez da CA Seguros, face a potenciais cenários adversos.

E.3 Utilização do submódulo de risco accionista

A CA Seguros não utiliza o submódulo de risco accionista baseado na duração para cálculo do requisito de capital de solvência.

E.4 Diferenças entre a fórmula padrão e qualquer modelo interno utilizado

A CA Seguros utiliza a fórmula padrão e não utiliza um modelo interno para calcular o requisito de capital de solvência.

A CA Seguros não recorreu a utilização de cálculos simplificado ou parâmetros específicos para os cálculos dos seus requisitos de capital mínimo.

E.5 Incumprimento do requisito de capital mínimo e do capital de solvência

A CA Seguros cumpre plenamente os requisitos de capital de solvência em 31 de Dezembro de 2021, sem necessidade de recurso a qualquer tipo de medidas transitórias.

A política de distribuição de dividendos poderá ser ajustada, se necessário, com o objectivo de manter o rácio de Solvência II acima de 140%, de acordo com o definido no Política de Appetite ao Risco.

E.6 Eventuais informações adicionais

Sem informações adicionais relevantes.



Anexos



S 2.01.02 – Balanço

		Solvency II value
		C0010
Assets		
Goodwill	R0010	
Deferred acquisition costs	R0020	
Intangible assets	R0030	0,00
Deferred tax assets	R0040	5.701.631,63
Pension benefit surplus	R0050	94.874,13
Property, plant & equipment held for own use	R0060	1.933.122,86
Investments (other than assets held for index-linked and unit-linked contracts)	R0070	222.421.714,75
<i>Property (other than for own use)</i>	R0080	0,00
<i>Holdings in related undertakings, including participations</i>	R0090	2.484.955,00
Equities	R0100	0,00
Equities - listed	R0110	0,00
Equities - unlisted	R0120	0,00
Bonds	R0130	206.585.381,62
Government Bonds	R0140	179.781.216,47
Corporate Bonds	R0150	26.804.165,15
Structured notes	R0160	0,00
Collateralised securities	R0170	0,00
<i>Collective Investments Undertakings</i>	R0180	13.351.378,13
<i>Derivatives</i>	R0190	0,00
<i>Deposits other than cash equivalents</i>	R0200	0,00
<i>Other investments</i>	R0210	0,00
Assets held for index-linked and unit-linked contracts	R0220	0,00
Loans and mortgages	R0230	0,00
<i>Loans on policies</i>	R0240	0,00
<i>Loans and mortgages to individuals</i>	R0250	0,00
<i>Other loans and mortgages</i>	R0260	0,00
Reinsurance recoverables from:	R0270	15.598.083,65
<i>Non-life and health similar to non-life</i>	R0280	15.598.083,65
Non-life excluding health	R0290	13.241.675,88
Health similar to non-life	R0300	2.356.407,77
<i>Life and health similar to life, excluding health and index-linked and unit-linked</i>	R0310	0,00
Health similar to life	R0320	0,00
Life excluding health and index-linked and unit-linked	R0330	0,00
<i>Life index-linked and unit-linked</i>	R0340	
Deposits to cedants	R0350	0,00
Insurance and intermediaries receivables	R0360	2.111.266,44
Reinsurance receivables	R0370	304.164,37
Receivables (trade, not insurance)	R0380	2.181.363,30
Own shares (held directly)	R0390	0,00
Amounts due in respect of own fund items or initial fund called up but not yet paid in	R0400	0,00
Cash and cash equivalents	R0410	8.325.928,87
Any other assets, not elsewhere shown	R0420	928.818,05
Total assets	R0500	259.600.968,06



Liabilities		
Technical provisions - non-life	R0510	105.969.526,07
<i>Technical provisions - non-life (excluding health)</i>	R0520	89.904.819,50
Technical provisions calculated as a whole	R0530	0,00
Best Estimate	R0540	83.067.998,76
Risk margin	R0550	6.836.820,74
<i>Technical provisions - health (similar to non-life)</i>	R0560	16.064.706,57
Technical provisions calculated as a whole	R0570	0,00
Best Estimate	R0580	13.822.182,11
Risk margin	R0590	2.242.524,46
Technical provisions - life (excluding index-linked and unit-linked)	R0600	61.184.114,88
<i>Technical provisions - health (similar to life)</i>	R0610	61.184.114,88
Technical provisions calculated as a whole	R0620	0,00
Best Estimate	R0630	60.789.153,81
Risk margin	R0640	394.961,07
<i>Technical provisions - life (excluding health and index-linked and unit-linked)</i>	R0650	0,00
Technical provisions calculated as a whole	R0660	0,00
Best Estimate	R0670	0,00
Risk margin	R0680	0,00
Technical provisions - index-linked and unit-linked	R0690	0,00
<i>Technical provisions calculated as a whole</i>	R0700	0,00
<i>Best Estimate</i>	R0710	0,00
<i>Risk margin</i>	R0720	0,00
Other technical provisions	R0730	
Contingent liabilities	R0740	0,00
Provisions other than technical provisions	R0750	0,00
Pension benefit obligations	R0760	0,00
Deposits from reinsurers	R0770	0,00
Deferred tax liabilities	R0780	5.840.963,00
Derivatives	R0790	0,00
Debts owed to credit institutions	R0800	0,00
<i>Debts owed to credit institutions resident domestically</i>	ER0801	0,00
<i>Debts owed to credit institutions resident in the euro area other than domestic</i>	ER0802	0,00
<i>Debts owed to credit institutions resident in rest of the world</i>	ER0803	0,00
Financial liabilities other than debts owed to credit institutions	R0810	0,00
<i>Debts owed to non-credit institutions</i>	ER0811	0,00
Debts owed to non-credit institutions resident domestically	ER0812	0,00
Debts owed to non-credit institutions resident in the euro area other than domestic	ER0813	0,00
Debts owed to non-credit institutions resident in rest of the world	ER0814	0,00
<i>Other financial liabilities (debt securities issued)</i>	ER0815	0,00
Insurance & intermediaries payables	R0820	21.621.126,43
Reinsurance payables	R0830	5.681.188,87
Payables (trade, not insurance)	R0840	3.823.391,34
Subordinated liabilities	R0850	0,00
<i>Subordinated liabilities not in Basic Own Funds</i>	R0860	0,00
<i>Subordinated liabilities in Basic Own Funds</i>	R0870	0,00
Any other liabilities, not elsewhere shown	R0880	2.877.969,05
Total liabilities	R0900	206.998.279,63
Excess of assets over liabilities	R1000	52.602.688,43



S.23.01.01.01 - Fundos Próprios

		Total C0010	Tier 1 - unrestricted C0020	Tier 1 - restricted C0030	Tier 2 C0040	Tier 3 C0050
Basic own funds before deduction for participations in other financial sector as foreseen in article 68 of Delegated Regulation 2015/35						
Ordinary share capital (gross of own shares)	R0010	18.000.000,00	18.000.000,00		0,00	
Share premium account related to ordinary share capital	R0030	0,00	0,00		0,00	
Initial funds, members' contributions or the equivalent basic own - fund item for mutual and mutual-type undertakings	R0040	0,00	0,00		0,00	
Subordinated mutual member accounts	R0050	0,00		0,00	0,00	0,00
Surplus funds	R0070	0,00	0,00			
Preference shares	R0090	0,00		0,00	0,00	0,00
Share premium account related to preference shares	R0110	0,00		0,00	0,00	0,00
Reconciliation reserve	R0130	31.578.688,43	31.578.688,43			
Subordinated liabilities	R0140	0,00		0,00	0,00	0,00
An amount equal to the value of net deferred tax assets	R0160	0,00				0,00
Other own fund items approved by the supervisory authority as basic own funds not specified above	R0180	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds						
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds	R0220					
Deductions						
Deductions for participations in financial and credit institutions	R0230	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total basic own funds after deductions	R0290	49.578.688,43	49.578.688,43	0,00	0,00	0,00
Ancillary own funds						
Unpaid and uncalled ordinary share capital callable on demand	R0300	0,00			0,00	
Unpaid and uncalled initial funds, members' contributions or the equivalent basic own fund item for mutual and mutual - type undertakings, callable on demand	R0310	0,00			0,00	
Unpaid and uncalled preference shares callable on demand	R0320	0,00			0,00	0,00
A legally binding commitment to subscribe and pay for subordinated liabilities on demand	R0330	0,00			0,00	0,00
Letters of credit and guarantees under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0340	0,00			0,00	
Letters of credit and guarantees other than under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0350	0,00			0,00	0,00
Supplementary members calls under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0360	0,00			0,00	
Supplementary members calls - other than under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0370	0,00			0,00	0,00
Other ancillary own funds	R0390	0,00			0,00	0,00
Total ancillary own funds	R0400	0,00			0,00	0,00
Available and eligible own funds						
Total available own funds to meet the SCR	R0500	49.578.688,43	49.578.688,43	0,00	0,00	0,00
Total available own funds to meet the MCR	R0510	49.578.688,43	49.578.688,43	0,00	0,00	
Total eligible own funds to meet the SCR	R0540	49.578.688,43	49.578.688,43	0,00		
Total eligible own funds to meet the MCR	R0550	49.578.688,43	49.578.688,43	0,00	0,00	
SCR	R0580	29.785.075,12				
MCR	R0600	13.403.283,81				
Ratio of Eligible own funds to SCR	R0620	166,45%				
Ratio of Eligible own funds to MCR	R0640	369,90%				



S.23.01.01.02 - Reserva de Reconciliação

		C0060
Reconciliation reserve		
Excess of assets over liabilities	R0700	52.602.688,43
Own shares (held directly and indirectly)	R0710	0,00
Foreseeable dividends, distributions and charges	R0720	3.024.000,00
Other basic own fund items	R0730	18.000.000,00
Adjustment for restricted own fund items in respect of matching adjustment portfolios and ring fenced funds	R0740	0,00
Reconciliation reserve	R0760	31.578.688,43
Expected profits		
Expected profits included in future premiums (EPIFP) - Life business	R0770	0,00
Expected profits included in future premiums (EPIFP) - Non-life business	R0780	0,00
Total Expected profits included in future premiums (EPIFP)	R0790	0,00



S.25.01.01.01 - Requisito de Capital de Solvência

		Net solvency capital requirement	Gross solvency capital requirement	Allocation from adjustments due to RFF and Matching adjustments portfolios
		C0030	C0040	C0050
Market risk	R0010	4.720.862,50	4.720.862,50	0,00
Counterparty default risk	R0020	2.768.690,74	2.768.690,74	0,00
Life underwriting risk	R0030	0,00	0,00	0,00
Health underwriting risk	R0040	15.139.460,09	15.139.460,09	0,00
Non-life underwriting risk	R0050	25.704.297,65	25.704.297,65	0,00
Diversification	R0060	-14.942.653,02	-14.942.653,02	
Intangible asset risk	R0070	0,00		
Basic Solvency Capital Requirement	R0100	33.390.657,97	33.390.657,97	

		Value
		C0100
Adjustment due to RFF/MAP nSCR aggregation	R0120	0,00
Operational risk	R0130	4.311.968,77
Loss-absorbing capacity of technical provisions	R0140	0,00
Loss-absorbing capacity of deferred taxes	R0150	-7.917.551,61
Capital requirement for business operated in accordance with Art. 4 of Directive 2003/41/EC	R0160	0,00
Solvency Capital Requirement excluding capital add-on	R0200	29.785.075,12
Capital add-on already set	R0210	0,00
Solvency capital requirement	R0220	29.785.075,12
Other information on SCR		
Capital requirement for duration-based equity risk sub-module	R0400	
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for remaining part	R0410	
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for ring fenced funds	R0420	
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for matching adjustment portfolios	R0430	
Diversification effects due to RFF nSCR aggregation for article 304	R0440	
Method used to calculate the adjustment due to RFF/MAP nSCR aggregation	R0450	
Net future discretionary benefits	R0460	



S.28.01.01 - Requisito de Capital Mínimo MCR

		MCR components
		C0010
MCRNL Result	R0010	16.884.417,08

		Background information	
		Net (of reinsurance/SPV) best estimate and TP calculated as a whole	Net (of reinsurance) written premiums in the last 12 months
		C0020	C0030
Medical expense insurance and proportional reinsurance	R0020	0,00	0,00
Income protection insurance and proportional reinsurance	R0030	3.967.917,57	8.715.753,01
Workers' compensation insurance and proportional reinsurance	R0040	9.310.252,08	27.659.298,34
Motor vehicle liability insurance and proportional reinsurance	R0050	46.337.834,84	25.123.386,97
Other motor insurance and proportional reinsurance	R0060	6.917.572,60	15.069.214,30
Marine, aviation and transport insurance and proportional reinsurance	R0070	64.056,92	142.070,81
Fire and other damage to property insurance and proportional reinsurance	R0080	12.636.520,83	26.382.953,63
General liability insurance and proportional reinsurance	R0090	3.832.383,59	3.611.335,96
Credit and suretyship insurance and proportional reinsurance	R0100	0,00	0,00
Legal expenses insurance and proportional reinsurance	R0110	75.461,77	240.493,17
Assistance and proportional reinsurance	R0120	0,00	4.606.846,68
Miscellaneous financial loss insurance and proportional reinsurance	R0130	0,00	1.040.727,06
Non-proportional health reinsurance	R0140	0,00	0,00
Non-proportional casualty reinsurance	R0150	0,00	0,00
Non-proportional marine, aviation and transport reinsurance	R0160	0,00	0,00
Non-proportional property reinsurance	R0170	0,00	0,00



S.28.01.01 - Requisito de Capital Mínimo MCR

		C0040	
MCRL Result	R0200	1.276.572,23	
		Net (of reinsurance/SPV) best estimate and TP calculated as a whole	Net (of reinsurance/SPV) total capital at risk
		C0050	C0060
Obligations with profit participation - guaranteed benefits	R0210	0,00	
Obligations with profit participation - future discretionary benefits	R0220	0,00	
Index-linked and unit-linked insurance obligations	R0230	0,00	
Other life (re)insurance and health (re)insurance obligations	R0240	60.789.153,81	
Total capital at risk for all life (re)insurance obligations	R0250		0,00
		C0070	
Linear MCR	R0300	18.160.989,31	
SCR	R0310	29.785.075,00	
MCR cap	R0320	13.326.418,73	
MCR floor	R0330	7.403.565,96	
Combined MCR	R0340	13.326.418,73	
Absolute floor of the MCR	R0350	3.700.000,00	
Minimum Capital Requirement	R0400	13.403.283,81	



S.12.01.01 - Provisões Técnicas Vida e Acidentes e Doença STV

		Annuities stemming from non life insurance contracts and relating to health insurance obligations	Health reinsurance (reinsurance accepted)	Total (Health similar to life insurance)
		C0190	C0200	C0210
Technical provisions calculated as a whole	R0010	0,00		0,00
Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default associated to TP calculated as a whole	R0020	0,00		0,00
Technical provisions calculated as a sum of BE and RM				
Best Estimate				
Gross Best Estimate	R0030	60.789.153,81		60.789.153,81
Total recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re before the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0040	0,00		0,00
Recoverables from reinsurance (except SPV and Finite Re) before adjustment for expected losses	R0050	0,00		0,00
Recoverables from SPV before adjustment for expected losses	R0060	0,00		0,00
Recoverables from Finite Re before adjustment for expected losses	R0070	0,00		0,00
Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0080	0,00		0,00
Best estimate minus recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re	R0090	60.789.153,81		60.789.153,81
Risk Margin	R0100	394.961,07		394.961,07
Amount of the transitional on Technical Provisions				
Technical Provisions calculated as a whole	R0110	0,00		0,00
Best estimate	R0120	0,00		0,00
Risk margin	R0130	0,00		0,00
Technical provisions - total	R0200	61.184.114,88		61.184.114,88
Technical provisions minus recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re - total	R0210	61.184.114,88		61.184.114,88
Best Estimate of products with a surrender option	R0220	0,00		0,00
Gross BE for Cash flow				
Cash out-flows				
Future guaranteed and discretionary benefits	R0230	0,00		0,00
Future guaranteed benefits	R0240			
Future discretionary benefits	R0250			
Future expenses and other cash out-flows	R0260	0,00		0,00
Cash in-flows				
Future premiums	R0270	0,00		0,00
Other cash in-flows	R0280	0,00		0,00
Percentage of gross Best Estimate calculated using approximations	R0290	0,00%		
Surrender value	R0300	0,00		0,00
Best estimate subject to transitional of the interest rate	R0310	0,00		0,00
Technical provisions without transitional on interest rate	R0320	0,00		0,00
Best estimate subject to volatility adjustment	R0330	0,00		0,00
Technical provisions without volatility adjustment and without others transitional measures	R0340	61.184.114,88		61.184.114,88
Best estimate subject to matching adjustment	R0350	0,00		0,00
Technical provisions without matching adjustment and without all the others	R0360	0,00		0,00



S.05.01.02 - Premiums, Claims and Expenses by Line of Business

Line of Business for: non-life insurance and reinsurance obligations (direct business and accepted proportional reinsurance)														Total
	Medical expense insurance	Income protection insurance	Workers' compensation insurance	Motor vehicle liability insurance	Other motor insurance	Marine, aviation and transport insurance	Fire and other damage to property insurance	General liability insurance	Credit and suretyship insurance	Legal expenses insurance	Assistance	Miscellaneous financial loss		
	C0010	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110	C0120		C0200
Premiums written														
Gross - Direct Business	R0110	12.874.029,11	8.802.026,78	27.958.920,00	25.572.612,71	15.452.019,57	147.099,11	37.056.908,82	4.119.474,39	0,00	518.495,43	11.478.543,67	1.082.490,36	145.062.619,95
Gross - Proportional reinsurance accepted	R0120	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0130													0,00
Reinsurers' share	R0140	12.874.029,11	86.273,77	299.621,66	449.225,74	382.805,27	5.028,30	10.673.955,19	508.138,43	0,00	278.002,26	6.871.696,99	41.763,30	32.470.540,02
Net	R0200	0,00	8.715.753,01	27.659.298,34	25.123.386,97	15.069.214,30	142.070,81	26.382.953,63	3.611.335,96	0,00	240.493,17	4.606.846,68	1.040.727,06	112.592.079,93
Premiums earned														
Gross - Direct Business	R0210	12.860.531,78	8.769.927,90	27.833.899,41	25.304.433,06	15.127.681,06	147.539,78	36.580.297,39	4.086.774,46	0,00	514.619,00	11.401.854,00	1.104.734,44	143.732.292,28
Gross - Proportional reinsurance accepted	R0220	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0230													0,00
Reinsurers' share	R0240	12.844.506,99	85.973,11	299.621,66	435.771,66	357.630,83	4.396,80	10.459.661,92	465.560,51	0,00	272.905,57	6.723.851,28	41.337,37	31.991.217,70
Net	R0300	16.024,79	8.683.954,79	27.534.277,75	24.868.661,40	14.770.050,23	143.142,98	26.120.635,47	3.621.213,95	0,00	241.713,43	4.678.002,72	1.063.397,07	111.741.074,58
Claims incurred														
Gross - Direct Business	R0310	6.677.159,88	990.631,14	20.535.433,33	16.696.216,16	10.245.197,73	86.046,90	14.404.369,28	1.515.700,10	0,00	47.920,96	5.748.077,59	105.133,10	77.051.886,17
Gross - Proportional reinsurance accepted	R0320	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0330													0,00
Reinsurers' share	R0340	6.677.159,88	0,00	0,00	1.189.110,24	41.386,51	0,00	3.548.155,99	18.682,23	0,00	5.191,77	5.747.099,89	0,00	17.226.786,51
Net	R0400	0,00	990.631,14	20.535.433,33	15.507.105,92	10.203.811,22	86.046,90	10.856.213,29	1.497.017,87	0,00	42.729,19	977,70	105.133,10	59.825.099,66
Changes in other technical provisions														
Gross - Direct Business	R0410	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Proportional reinsurance accepted	R0420	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0430													0,00
Reinsurers' share	R0440	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	R0500	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Expenses incurred	R0550	2.937.572,76	3.437.885,46	3.356.873,17	3.175.839,14	1.884.863,57	36.936,26	8.888.506,10	885.957,04	0,00	98.101,81	3.693.365,50	298.482,03	28.694.382,84
Administrative expenses														
Gross - Direct Business	R0610	2.937.572,76	3.437.885,46	3.356.873,17	3.175.839,14	1.884.863,57	36.936,26	8.888.506,10	885.957,04	0,00	98.101,81	3.693.365,50	298.482,03	28.694.382,84
Gross - Proportional reinsurance accepted	R0620	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0630													0,00
Reinsurers' share	R0640	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	R0700	2.937.572,76	3.437.885,46	3.356.873,17	3.175.839,14	1.884.863,57	36.936,26	8.888.506,10	885.957,04	0,00	98.101,81	3.693.365,50	298.482,03	28.694.382,84
Other expenses	R1200													19.273.218,30
Total expenses	R1300													47.967.601,14



S.17.01.02 - Provisões Técnicas Não Vida

		Direct business and accepted proportional reinsurance														Total Non-Life obligation
		Medical expense insurance	Income protection insurance	Workers' compensation insurance	Motor vehicle liability insurance	Other motor insurance	Marine, aviation and transport insurance	Fire and other damage to property insurance	General liability insurance	Credit and suretyship insurance	Legal expenses insurance	Assistance	Miscellaneous financial loss			
		C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110	C0120	C0130	C0180		
Technical provisions calculated as a whole	R0010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direct business	R0020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Accepted proportional reinsurance business	R0030	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Accepted non-proportional reinsurance	R0040														0,00	
Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default associated to TP calculated as a whole	R0050	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Technical provisions calculated as a sum of BE and RM																
Best estimate																
Premium provisions																
Gross - Total	R0060	-875.569,07	2.015.071,51	1.422.915,78	6.838.159,05	4.298.440,49	40.758,24	8.481.739,43	786.344,11	0,00	-52.529,21	932.087,20	-96.338,36	23.791.079,18		
Gross - direct business	R0070	-875.569,07	2.015.071,51	1.422.915,78	6.838.159,05	4.298.440,49	40.758,24	8.481.739,43	786.344,11	0,00	-52.529,21	932.087,20	-96.338,36	23.791.079,18		
Gross - accepted proportional reinsurance business	R0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gross - accepted non-proportional reinsurance business	R0090														0,00	
Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re before the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0100	-863.605,64	103.096,06	-251.836,74	63.642,12	-112.504,68	-977,72	305.208,81	-113.067,22	0,00	-31.409,04	999.026,53	2.191,11	99.763,60		
Recoverables from reinsurance (except SPV and Finite Reinsurance) before adjustment for expected losses	R0110	-863.605,64	103.096,06	-251.836,74	63.642,12	-112.504,68	-977,72	305.208,81	-113.067,22	0,00	-31.409,04	999.026,53	2.191,11	99.763,60		
Recoverables from SPV before adjustment for expected losses	R0120	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recoverables from Finite Reinsurance before adjustment for expected losses	R0130	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0140	-863.605,64	103.096,06	-251.836,74	63.642,12	-112.504,68	-977,72	305.208,81	-113.067,22	0,00	-31.409,04	999.026,53	2.191,11	99.763,60		
Net Best Estimate of Premium Provisions	R0150	-11.963,43	1.911.975,45	1.674.752,52	6.774.516,93	4.410.945,17	41.735,96	8.176.530,62	899.411,33	0,00	-21.120,17	-66.939,33	-98.529,47	23.691.315,58		
Claims provisions																
Gross - Total	R0160	1.568.322,21	2.055.942,11	7.635.499,56	41.917.356,78	2.506.627,43	22.326,57	9.985.561,23	2.951.764,43	0,00	108.844,14	2.830.362,51	1.516.494,76	73.099.101,70		
Gross - direct business	R0170	1.568.322,21	2.055.942,11	7.635.499,56	41.917.356,78	2.506.627,43	22.326,57	9.985.561,23	2.951.764,43	0,00	108.844,14	2.830.362,51	1.516.494,76	73.099.101,70		
Gross - accepted proportional reinsurance business	R0180	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gross - accepted non-proportional reinsurance business	R0190														0,00	
Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re before the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0200	3.368.754,09	0,00	0,00	2.354.038,82	0,00	5,61	5.525.571,02	18.792,16	0,00	12.262,20	2.790.468,62	1.428.427,53	15.498.320,06		
Recoverables from reinsurance (except SPV and Finite Reinsurance) before adjustment for expected losses	R0210	3.368.754,09	0,00	0,00	2.354.038,82	0,00	5,61	5.525.571,02	18.792,16	0,00	12.262,20	2.790.468,62	1.428.427,53	15.498.320,06		
Recoverables from SPV before adjustment for expected losses	R0220	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recoverables from Finite Reinsurance before adjustment for expected losses	R0230	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0240	3.368.754,09	0,00	0,00	2.354.038,82	0,00	5,61	5.525.571,02	18.792,16	0,00	12.262,20	2.790.468,62	1.428.427,53	15.498.320,06		
Net Best Estimate of Claims Provisions	R0250	-1.800.431,88	2.055.942,11	7.635.499,56	39.563.317,91	2.506.627,43	22.320,96	4.459.990,21	2.932.972,26	0,00	96.581,94	39.893,89	88.067,23	57.600.781,64		
Total Best estimate - gross	R0260	692.753,14	4.071.013,63	9.058.415,34	48.755.515,78	6.805.067,92	63.084,81	18.467.300,67	3.738.108,54	0,00	56.314,93	3.762.449,71	1.420.156,41	96.890.180,87		
Total Best estimate - net	R0270	-1.812.295,31	3.967.917,57	9.130.252,08	46.337.834,84	6.917.572,60	64.056,92	12.636.520,83	3.832.383,59	0,00	75.463,77	-27.045,44	-10.462,23	81.292.097,22		
Risk margin	R0280	313.076,83	264.435,15	1.664.428,48	3.003.047,49	491.584,32	6.471,98	2.669.414,60	238.334,70	0,00	15.730,62	333.550,69	78.677,33	9.079.345,15		
Amount of the transitional on Technical Provisions																
TP as a whole	R0290	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Best estimate	R0300	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Risk margin	R0310	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Technical provisions - total																
Technical provisions - total	R0320	1.006.429,98	4.335.432,77	10.722.843,81	51.758.563,26	7.296.652,25	69.556,79	21.136.715,27	3.976.443,24	0,00	72.045,55	4.096.009,41	1.498.833,74	105.969.526,07		
Recoverable from reinsurance contract/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default - total	R0330	2.505.148,45	103.096,06	-251.836,74	2.417.680,94	-112.504,68	-972,11	5.830.779,83	-94.275,06	0,00	-19.146,83	3.789.495,15	1.430.618,64	15.598.083,65		
Technical provisions minus recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re - total	R0340	-1.498.718,48	4.232.336,72	10.974.680,56	49.340.882,33	7.409.156,92	70.528,90	15.305.935,43	4.070.718,29	0,00	91.192,39	306.514,26	68.215,10	90.371.442,41		
Use of Business: further segmentation (Homogeneous Risk Groups)																
Premium provisions - Total number of homogeneous risk groups	R0350	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Claims provisions - Total number of homogeneous risk groups	R0360	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cash-flows of the Best estimate of Premium Provisions (Gross)																
Cash out-flows																
Future benefits and claims	R0370	3.798.591,10	986.161,13	17.155.466,17	9.622.829,05	6.664.861,05	48.967,58	11.869.496,32	928.406,32	0,00	44.379,58	3.519.365,06	20.411,95	54.658.935,30		
Future expenses and other cash-out flows	R0380	1.657.548,47	3.175.564,18	-5.271.378,53	3.694.176,40	2.362.842,06	31.118,60	5.772.983,95	765.009,97	0,00	42.861,82	1.525.354,73	58.809,81	24.357.648,51		
Cash in-flows																
Future premiums	R0390	6.326.586,56	2.158.626,99	19.943.930,81	6.443.720,22	4.749.846,33	39.566,38	9.209.196,46	911.457,69	0,00	139.463,32	4.118.085,30	174.996,53	54.215.476,58		
Other cash-in flows (incl. Recoverable from salvages and subrogations)	R0400	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cash-flows of the Best estimate of Claims Provisions (Gross)																
Cash out-flows																
Future benefits and claims	R0410	1.559.147,53	1.971.297,72	7.049.377,94	40.893.478,77	2.380.853,46	21.285,96	9.499.139,49	2.894.353,87	0,00	97.152,40	2.813.024,89	1.503.073,27	70.682.190,30		
Future expenses and other cash-out flows	R0420	0,00	72.430,00	547.847,17	1.088.989,44	112.699,15	910,00	428.870,00	40.690,00	0,00	11.050,00	780,00	4.550,00	2.308.795,75		
Technical provisions without volatility adjustment and without others transitional measures	R0490	1.006.429,98	4.335.432,77	10.722.843,81	51.758.563,26	7.296.652,25	69.556,79	21.136.715,27	3.976.443,24	0,00	72.045,55	4.096.009,41	1.498.833,74	105.969.526,07		



S.19.01.21 - Informação de Sinistros

Gross Claims Paid (non-cumulative) - Development year (absolute amount). Total Non-Life Business

		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 & +
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110
Prior	R0100											76.600
N-9	R0160	18.564.531	6.619.775	1.575.454	1.056.447	345.146	345.747	190.003	237.040	-662	16.069	
N-8	R0170	23.874.466	6.818.003	1.696.804	749.521	449.788	24.490	349.417	-10.637	-24.670		
N-7	R0180	24.710.770	6.554.845	2.230.467	806.432	711.720	191.667	222.714	139.463			
N-6	R0190	19.976.059	8.486.502	1.074.772	305.793	427.473	81.679	51.128				
N-5	R0200	25.698.126	8.515.206	1.675.683	686.695	237.946	180.686					
N-4	R0210	40.885.861	16.500.246	1.711.892	767.107	323.498						
N-3	R0220	46.779.588	14.736.200	2.209.889	801.305							
N-2	R0230	40.615.650	13.882.680	2.072.980								
N-1	R0240	43.311.912	10.779.646									
N	R0250	43.902.745										

		In Current Year	Sum of Years
		C0170	C0180
Prior	R0100	76.600	310.571.842
N-9	R0160	16.069	28.949.550
N-8	R0170	-24.670	33.927.182
N-7	R0180	139.463	35.568.079
N-6	R0190	51.128	30.403.405
N-5	R0200	180.686	36.994.343
N-4	R0210	323.498	60.188.604
N-3	R0220	801.305	64.526.982
N-2	R0230	2.072.980	56.571.310
N-1	R0240	10.779.646	54.091.558
N	R0250	43.902.745	43.902.745
Total	R0260	58.319.450	755.695.600

Gross undiscounted Best Estimate Claims Provisions - Development year (absolute amount). Total Non-Life Business

		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 & +
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110
Prior	R0100											4.152.080
N-9	R0160	17.188.034	6.812.223	4.804.192	5.272.197	4.480.278	3.566.781	1.492.060	1.132.623	825.155	1.621.890	
N-8	R0170	17.741.920	6.483.126	6.713.744	5.234.358	3.973.624	1.680.483	1.413.352	1.620.672	1.962.392		
N-7	R0180	22.152.464	7.650.920	5.893.491	4.057.714	2.723.840	1.973.331	2.596.108	920.155			
N-6	R0190	16.784.563	7.083.778	5.005.738	2.429.233	1.474.371	2.328.589	2.079.999				
N-5	R0200	17.745.205	7.541.004	3.871.069	3.295.440	4.614.288	3.893.043					
N-4	R0210	23.362.139	7.303.991	3.699.107	5.349.922	3.655.055						
N-3	R0220	30.909.280	11.823.821	12.087.115	10.021.130							
N-2	R0230	25.127.164	7.675.096	6.428.815								
N-1	R0240	24.886.362	9.485.595									
N	R0250	28.770.834										

		In Current Year
		C0360
Prior	R0100	4.152.080
N-9	R0160	1.621.890
N-8	R0170	1.962.392
N-7	R0180	920.155
N-6	R0190	2.079.999
N-5	R0200	3.893.043
N-4	R0210	3.655.055
N-3	R0220	10.021.130
N-2	R0230	6.428.815
N-1	R0240	9.485.595
N	R0250	28.770.834
Total	R0260	72.990.986



Relatório do Revisor Oficial de Contas



Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Ao Conselho de Administração Executivo da
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.

Introdução

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) (Norma Regulamentar), analisámos o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira (Relatório), previsto na alínea a) do artigo 26.º da Norma Regulamentar n.º 10/2020-R, de 3 de novembro, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015, e subsequentes alterações (Informação quantitativa), da Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A. (a Entidade), com referência a 31 de dezembro de 2021.

O nosso relatório compreende o relato das seguintes matérias:

- A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e sobre a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e sobre o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo;
- B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação; e
- C. Relato sobre a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada.

A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e sobre a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e sobre o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo da Entidade o cálculo dos ajustamentos entre a respetiva demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e a classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo submetido à ASF, em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e subseqüentes alterações (Regulamento Delegado).

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia razoável de fiabilidade, sobre se os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

De acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da Norma Regulamentar, não é da nossa responsabilidade a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo dos elementos incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável da Entidade, definido no artigo 7.º da mesma Norma Regulamentar.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ("OROC") e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita, com segurança razoável, concluir que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e que o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a reconciliação da informação base utilizada para o cálculo dos ajustamentos com os sistemas de informação da Entidade e a respetiva demonstração da posição financeira estatutária em 31 de dezembro de 2021 objeto de revisão legal de contas, e sobre a qual foi emitida Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, datada de 8 de março de 2022;
- (ii) a revisão de acontecimentos subseqüentes ocorridos entre a data da Certificação Legal das Contas e a data deste relatório;
- (iii) o entendimento dos critérios adotados;
- (iv) o recálculo dos ajustamentos efetuados pela Entidade, exceto os referidos no parágrafo seguinte que estão excluídos do âmbito desta certificação;
- (v) a reconciliação da informação base utilizada para os cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2021, com o balanço para efeitos de

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões 31 de dezembro de 2021

Crédito Agrícola Seguros – Companhia
de Seguros de Ramos Reais, S.A.
PwC 2 de 6



solvência, os registos contabilísticos e demais informação mantida nos sistemas da Entidade, com referência à mesma data;

- (vi) a revisão em base de amostragem, da correta classificação e caracterização dos ativos de acordo com os requisitos do Regulamento Delegado;
- (vii) a revisão dos cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2021, efetuados pela Entidade; e
- (viii) a leitura da documentação preparada pela Entidade para dar cumprimento aos requisitos do Regulamento Delegado.

O trabalho realizado não compreendeu a certificação dos ajustamentos efetuados ao nível das provisões técnicas e dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, nem a verificação do cálculo dos requisitos de capital que, conforme definido no artigo 7.º da Norma Regulamentar, são incluídos no âmbito da certificação do atuário responsável da Entidade.

Relativamente aos ajustamentos efetuados ao nível de impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos acima referidos, o trabalho realizado apenas compreendeu a verificação do impacto em impostos diferidos, tomando por base os referidos ajustamentos efetuados pela Entidade.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e incluídos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança razoável, concluímos que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e que o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, à data a que se refere o Relatório (31 de dezembro de 2021), estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.



B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo da Entidade:

- A preparação do Relatório e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 10/2020-R, de 3 de novembro, da ASF; e
- A definição, aprovação, revisão periódica e documentação das principais políticas, estratégias e processos que definem e regulamentam o modo como a Entidade é dirigida, administrada e controlada, incluindo os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno ("Sistema de governação"), os quais devem ser descritos no capítulo B do Relatório, tendo em conta o previsto no artigo 294.º do Regulamento Delegado.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica" e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se o conteúdo do capítulo "Sistema de governação" do Relatório, reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Entidade em 31 de dezembro de 2021.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a apreciação da informação contida no relatório sobre o sistema de governação da Entidade quanto aos seguintes principais aspetos: informações gerais; requisitos de qualificação e de idoneidade; sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência; sistema de controlo interno; função de auditoria interna; função atuarial; subcontratação e eventuais informações adicionais;
- (ii) a leitura e apreciação da documentação que sustenta as principais políticas, estratégias e processos descritos no Relatório, que regulamentam o modo como a Entidade é dirigida, administrada e controlada e obtenção de prova corroborativa sobre a sua implementação; e
- (iii) a discussão das conclusões com os responsáveis da Entidade.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.



Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o Relatório (31 de dezembro de 2021), o conteúdo do capítulo “Sistema de governação”, não reflete, em todos os aspetos materiais, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Entidade.

C. Relato sobre a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira e a Informação quantitativa conjuntamente divulgada

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo da Entidade a preparação do Relatório e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 10/2020-R, de 3 de novembro, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse relatório, conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015, e subsequentes alterações.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre se a restante informação divulgada no Relatório e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada, é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) “Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica” e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se a restante informação divulgada no Relatório é concordante com a informação objeto do trabalho do revisor oficial de contas e com o conhecimento obtido durante o processo de certificação.



O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, a leitura integral do referido relatório e a avaliação da concordância conforme acima referida.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planejar e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho” que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o Relatório (31 de dezembro de 2021), a informação divulgada no Relatório não é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

D. Outras matérias

Tendo em conta a normal dinâmica de qualquer sistema de controlo interno, as conclusões apresentadas relativamente ao sistema de governação da Entidade não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção para períodos futuros, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados e no seu grau de eficácia. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao sistema de controlo interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem que sejam detetados.

8 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Fernando Manuel Miguel Henriques, ROC nº 904
Registado na CMVM com o nº 20160523

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões 31 de dezembro de 2021

Crédito Agrícola Seguros – Companhia
de Seguros de Ramos Reais, S.A.
PwC 6 de 6



Relatório de Certificação Actuarial



Ernst & Young, S.A.
Avenida da República, 90-3º
1649-024 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000

Fax: +351 217 957 590

www.ey.com

Assinado por: **Rita Marques Costa**

Num. de Identificação: 10385426

Data: 2022.04.08 11:01:11+01'00'



Assinado por: **Carla Cristina Martins de Sá Pereira**

Num. de Identificação: 10278051

Relatório de Certificação Atuarial

1. Introdução

Nos termos do artigo 7º da Norma Regulamentar nº 2/2017-R, de 24 de março, ("Norma Regulamentar") apresentamos o relatório de certificação atuarial para a Crédito Agrícola Seguros, Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A. ("Entidade") relativo ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de provisões técnicas de 167.154 milhares de euros, montantes recuperáveis de contratos de resseguro de 15.598 milhares de euros, um total de fundos próprios disponíveis de 49.579 milhares de euros, um total de fundos próprios elegíveis para a cobertura do requisito de capital de solvência de 49.579 milhares de euros, um total de fundos próprios elegíveis para a cobertura do requisito de capital mínimo de 49.579 milhares de euros, um requisito de capital de solvência de 29.785 milhares de euros e um requisito de capital mínimo de 13.403 milhares de euros).

2. Âmbito do trabalho

O nosso trabalho consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita, com segurança razoável, concluir sobre a adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo dos seguintes elementos:

- ▶ das provisões técnicas;
- ▶ dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro;
- ▶ dos módulos de risco específico de seguros não vida e de risco específico de seguros de acidentes e doença, divulgados no relatório sobre a solvência e situação financeira.

O trabalho realizado incluiu os procedimentos implícitos no Capítulo II do Anexo II da Norma Regulamentar.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco considerámos o controlo interno relevante para a apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Assinado por: **Rita Marques Costa**
 Num. de Identificação: 10385426
 Data: 2022.04.08 11:02:33+01'00'

Página 2



Assinado por: **Carla Cristina Martins de Sá Pereira**
 Num. de Identificação: 10278051

3. Responsabilidades

O presente relatório encontra-se elaborado em conformidade com o disposto na Norma Regulamentar.

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a preparação e aprovação do relatório sobre a solvência e a situação financeira.

É da responsabilidade do atuário responsável a emissão de uma opinião de índole atuarial, independente, sobre os elementos referidos no número anterior.

Para as nossas conclusões foram tomadas em consideração as conclusões do revisor oficial de contas, incluindo, se aplicável, eventuais inconformidades por este detetadas.

4. Opinião

Com base nos procedimentos realizados e referidos na Seção “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança razoável, concluímos que os cálculos das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e das componentes do requisito de capital de solvência relacionadas com esses itens, abaixo apresentados, estão isentos de distorções materiais e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com as disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis.

Provisões Técnicas	u.m.: milhares de euros		
	Melhor Estimativa	Margem de risco	Provisões técnicas
Não Vida	83 068	6 837	89 905
Acidentes e Doença (NSTV)	13 822	2 243	16 065
Acidentes e Doença (STV)	60 789	395	61 184
TOTAL	157 679	9 474	167 154

STV - Base técnica semelhante às do seguro de vida;

NSTV - outras atividades de seguro de acidentes e doença

Recuperáveis de Resseguro u.m.: milhares de euros	
Não Vida	13 242
Acidentes e Doença (NSTL)	2 356
Acidentes e Doença (STL)	0
TOTAL	15 598

Requisitos de capital de solvência u.m.: milhares de euros	
Risco específico de seguros não vida	25 704
Risco específico de seguros de acidentes e doença	15 139



Página 3

Importa referir que os cálculos apurados baseiam-se em métodos estatísticos, hipóteses e pressupostos sobre os quais há um conjunto de fontes específicas de incerteza, as quais poderão ser afetadas por fatores cuja alteração poderá resultar numa diferença material nos resultados futuros.

Lisboa, 8 de abril de 2022

Ernst & Young, S.A.

Representada por:

Assinado por: **Rita Marques Costa**

Num. de Identificação: 10385426

Data: 2022.04.08 11:03:37+01'00'



Rita Costa
Partner

Assinado por : **Carla Cristina Martins de Sá
Pereira**

Num. de Identificação: 10278051

Carla Sá Pereira
Partner e Atuária Responsável

